

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

TESTEMUNHO CRISTÃO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO:
Um estudo sobre o Programa de Desenvolvimento de Área - PDA da Visão
Mundial junto aos índios Tapeba - Caucaia-CE

Elaborado por Norma Patricia Athayde Boucinha
Orientadora: Maria Neyara de Oliveira Araújo

Dissertação de Mestrado
Fortaleza, 15 de maio de 2009

NORMA PATRICIA ATHAYDE BOUCINHA

TESTEMUNHO CRISTÃO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO:

Um estudo sobre o Programa de Desenvolvimento de Área - PDA da Visão Mundial junto aos índios Tapeba - Caucaia-CE.

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará- UFC, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Maria Neyara de Oliveira Araújo

Fortaleza

2009

TERMO DE APROVAÇÃO

Norma Patricia Athayde Boucinha

TESTEMUNHO CRISTÃO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO: Um estudo sobre o Programa de Desenvolvimento de Área - PDA da Visão Mundial junto aos índios Tapeba-Caucaia - CE.

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará - UFC, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Fortaleza, 15 de maio de 2009

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Maria Neyara de Oliveira Araújo (Orientadora)

Prof. Dr. Francisco Alencar Mota (Convidado)

Profª. Dra. Isabelle Braz Peixoto da Silva (Convidada)

Ficha Catalográfica

Boucinha, Norma Patricia Athayde.

Testemunho Cristão e Desenvolvimento Comunitário: Um estudo sobre o Programa de Desenvolvimento de Área - PDA da Visão Mundial junto aos índios Tapeba – Caucaia - CE/Norma Patricia Athayde Boucinha.– Fortaleza: O Autor, 2009. 150 Folhas.

Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará - UFC, 2009.

Inclui Bibliografia

Palavras Chaves: Visão Mundial; PDA- Programa de Desenvolvimento de Área; Comunidade Tapeba.

AGRADECIMENTOS

A Professora Maria Neyara de Oliveira Araújo, pela orientação eficiente, que me proporcionou a tranquilidade, a liberdade e a segurança indispensáveis à pesquisa e à construção desta dissertação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFC; agradeço a todos os professores que colaboraram com a minha formação.

Aos colegas de curso, pela trajetória acadêmica compartilhada, amizade e carinho recebido.

Aos Professores Domingos Abreu e Francisco Alencar Mota, pelas considerações pertinentes dispensadas ao projeto de pesquisa e dissertação.

Aos professores Isabelle Brás Peixoto da Silva e Francisco Alencar Mota, por terem aceitado participar da banca examinadora.

A Munik, que me apoiou com sua amizade e carinho tornando possível importantes etapas deste trabalho.

A todos os funcionários da pós-graduação em Sociologia, pela ajuda e assistência concedida a cada momento.

A Fundação Cearense de Apoio à Pesquisa - FUNCAP, pela bolsa de estudos em nível de mestrado concedida ao longo do curso.

Aos Tapeba de Caucaia, pela amizade, acolhimento e colaboração ao longo de toda a pesquisa. Em especial, a Margarida Tapeba e sua família em Capuã, Lagoa II, que me acolheu em sua casa durante meu trabalho de campo.

A Visão Mundial que contribuiu cedendo seu tempo para colocar a minha disposição documentos, atas, balanços contábeis e obter as informações necessárias. Destaco o apoio do gerente de projetos em Fortaleza, Carmilson Brito que sempre foi solícito em receber-me.

Ao grupo de trabalho do Projeto Humanas – UFC, pela amizade e dicas sempre oportunas.

A Marilene e Deliane, que ocuparam suas mãos para que eu pudesse seguir estudando.

Aos meus filhos e neto, Erika Patricia, Maria Inez, Priscila, Carlos Eduardo Jr. e João Victor os quais, por existirem, me inspiram a seguir em frente.

A todos os familiares que me acompanharam no transcurso das minhas atividades acadêmicas, especialmente aos meus pais (in memoriam), que sempre se esforçaram para que eu pudesse alcançar meus objetivos e sonhos.

Ao amor, amigo e companheiro, Pablo Eduardo Albé a quem sou profundamente grata por sua assistência durante o período da elaboração textual deste trabalho, proporcionando-me os meios necessários, e, conferindo-me acima de tudo, o apoio emocional para seguir adiante com minhas atividades, suportando minha angústia e compartilhando as alegrias.

Enfim, reconhecendo de antemão não ser possível enumerar cada uma das contribuições recebidas para a efetivação deste trabalho, o meu muito obrigado a todos.

RESUMO

Esta dissertação buscou estudar o Programa de Desenvolvimento de Área, PDA, uma metodologia de intervenção social implementada pela ONG Visão Mundial como um instrumento para geração de trabalho, renda e para a promoção de desenvolvimento sustentável em territórios caracterizados por alto grau de vulnerabilidade e exclusão social.

O estudo refere-se ao PDA-Caucaia desenvolvido junto à comunidade indígena Tapeba, do município de Caucaia – CE, no período de 1995 a 2007. O objetivo é perceber os significados e as formas que emergem do contato entre a ONG, (cuja base discursiva localiza-se nos princípios da ação protestante) e os indígenas, em franco processo de afirmação de sua identidade étnica.

Palavras-chave: Visão Mundial, PDA- Programa de Desenvolvimento de Área - Comunidade Tapeba.

ABSTRACT

This dissertation aims to study the actions of Development Transforming Communities, PDA, a methodology for social intervention implemented by the ONG World Vision as a tool for generation of employment, income and to promote development in areas characterized by high degree of vulnerability and social exclusion.

The study of the PDA-Caucaia developed with the Indian community Tapeba on the city of Caucaia - CE, in the period of 1995 the 2007. The objective is to perceive the meanings and the forms that emerge of the contact between the ONG, (whose discursive base bees situated in the principles of the protestant action) and the Indian community, in their full affirmation process of its ethnic identity.

Keywords: World Vision, PDC-Program for Development Transforming Communities - Community Tapeba

RESUMEN

Esta disertación buscó estudiar el Programa de Desarrollo de Área, PDA, una metodología de intervención social implementada por la ONG Visión Mundial como un instrumento para la generación de trabajo, renta y para la promoción de desarrollo sustentable en territorios caracterizados por un alto grado de vulnerabilidad y exclusión social.

El estudio se refiere al PDA - Caucaia, desarrollado junto a la comunidad indígena Tapeba, del Municipio de Caucaia- CE, en el período comprendido entre los años 1995 y 2007. El objetivo es percibir los significados y las formas que emergen del contacto entre la ONG (cuya base discursiva se centra en los principios de la acción protestante) y los indígenas, en franco proceso de afirmación de su identidad étnica.

Palabras clave: Visión Mundial, PDA - Programa de Desarrollo de Área - Comunidad Tapeba

A utopia está lá no horizonte. Aproximo-me dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.

Utopia [...] ella está en el horizonte. Me acerco dos pasos, ella se aleja dos pasos. Camino diez pasos y el horizonte se corre diez pasos más allá. Por mucho que yo camine, nunca la alcanzaré. Para que sirve la utopia? Para eso sirve: para caminar.

Eduardo Galeano

Las palabras andantes, 1994

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 01	49
Quadro 02	49
Quadro 03	60
Quadro04	60
Quadro 05	80
Quadro 06	81
Quadro 07	90
Quadro 08	90
Quadro 09	99

SIGLAS E ABREVIACÕES

ABONG Associação Brasileira das Organizações não Governamentais

ADELCO Associação para Desenvolvimento Local Co-Produzido

ABU Aliança Bíblica Universitária

AEVB Aliança Evangélica Brasileira

AF Ano Fiscal CAD Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento

AIDS Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

ANDE Agência Nacional de Desenvolvimento Micro empresarial

AOD Ajuda Oficial ao Desenvolvimento

ASA Brasil Semi-Árido Brasileiro

BID Banco Interamericano de Desenvolvimento

BM Banco Mundial

CAD Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento

CAPOIB Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil

CEBs Comunidades Eclesiais de Base

CDCJN Conselho de Desenvolvimento Comunitário Jardim da Natureza

CDPDH Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos

CCF Fundo Cristão para Crianças

CDCJN Conselho de Desenvolvimento Jardim da Natureza

CE Ceará

CEARAH Periferia Centro de Estudos e Articulação em Assentamentos Humanos

CEB Confederação Evangélica do Brasil

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

CESE Coordenadoria Ecumênica de Serviço

CLADE Congresso Latino Americano de Evangelização

CMI Conselho Mundial de Igrejas

CNUMAD Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

CONIC Conselho Nacional de Igrejas Cristãs

CONSEA Conselho Nacional de Segurança Alimentar

COOPERATUR Programa de Cooperativas Jovens de Turismo

COPICE Coordenação das Organizações dos Povos Indígenas no Ceará

DMA Desenho, Monitoramento e Avaliação

DST Doenças Sexualmente Transmissíveis

DTS Desenvolvimento Transformador Sustentável

EACR Equipe de Assessoria às Comunidades Rurais

ECA Estatuto da Criança e do Adolescente

ECO 92 Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

FOD Financiamento Oficial para o Desenvolvimento

FTL Fraternidade Teológica Latino Americana
FUNAI – Fundação Nacional de Apoio ao Índio
FUNAI Fundação Nacional do Índio
FUNASA Fundação Nacional da Saúde
FUNDAF Fundação Nacional do Índio
GAPA-BA Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS da Bahia
HIV / AIDS Vírus da Imunodeficiência Humana
IAQ Informação para Aprendizado e Qualidade
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICCO Organização Intereclesiástica de Cooperação para o Desenvolvimento
IDH Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISER Instituto de Estudos da Religião
NFOWE Comitê Internacional Banco Mundial – ONGs
NOG Não Governamental
ONG Organização não Governamental
ONU Organização das Nações Unidas
OPAN Operação Amazônia Nativa
OSC Organização da Sociedade Civil
OSCIP Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
OXFAM Internacional
PADEC Programa de Desenvolvimento Comunitário
PDA Programa de Desenvolvimento de Área
PDE Programa de Desenvolvimento Econômico
PED Países em Desenvolvimento

PI Pastoral Indigenista

PNUMA Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PROHABITE Programa para Construção e Melhoria de Habitações

PRONAF Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SEDUC Secretaria de Educação

SEPAL Serviço de Evangelização da América Latina

SPI Serviço de Proteção aos Índios

TI Temática Indigenista

UFC Universidade Federal do Ceará.

UNI União das Nações Indígenas

UNICEF The United Nations Children's Fund (Fundo das Nações Unidas para a Infância)

USAID Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

VINDE Visão Nacional de Evangelização

VMB Visão Mundial Brasil

WVI World Vision International

NOTAÇÕES

CA Criança apadrinhada

DVM Diretoria da Visão Mundial

IT Índio Tapeba

MA Mãe de criança apadrinhada

MNA Mãe de criança não apadrinhada

NA Criança não apadrinhada

TVM Técnico da Visão Mundial

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1º CAPÍTULO - A VISÃO MUNDIAL.....	20
1.1 Ação Protestante e Ação Social.....	24
1.2 Responsabilidade Social e Missão Integral.....	33
1.3 Trajetórias e Percursos.....	38
1.3 Captação de recursos e sustentabilidade.....	40
1.4 O Sistema de Apadrinhamento.....	49
1.4.1 Marketing e Apadrinhamento.....	51
2º CAPÍTULO - OS TAPEBA DE CAUCAIA.....	58
2.1 Os Índios Tapeba e seu Discurso Étnico.....	62
2.1.1 Quem deu esse nó não soube dar: saber antropológico.....	68
2.1.2 Pararuá e Uruá: saber econômico.....	69
2.1.3 Dançando o Toré: saber ontológico.....	70
3º CAPÍTULO - PDA-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE ÁREA.....	73
3.1 Ferramentas do Desenvolvimento.....	75
3.2 Atividades do PDA.....	80
3.3 Desenvolvimento Transformador Sustentável.....	83
3.4 O PDA – Caucaia.....	91
4º CAPÍTULO - PPP- PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.....	100
4.1 Resignificação e Complementaridades.....	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	121
ANEXOS.....	129

INTRODUÇÃO

No auge da “guerra fria”, o bloco dos países liderados pelos Estados Unidos promove uma ação expansionista, sem precedentes, com a finalidade de fazer frente a qualquer tentativa de implantação das idéias socialistas. Governos, instituições financeiras, organizações civis e igrejas se unem para apoiarem e sustentarem essas ações. Simultaneamente nesse período, a “empresa missionária” (MENDONÇA, 2008 p.288), oriunda do protestantismo americano, vai se constituir uma substancial agência desse processo. Um expressivo número de iniciativas civis e governamentais envia suas “missões” para a América Latina; no bojo do avanço desenvolvimentista, chega ao Brasil a então “Confraternidade Visão Mundial”.

Desde 1950, a Visão Mundial já atuava na promoção de iniciativas assistenciais e se definia como uma organização de vocação e inspiração cristã. Seu fundador, Robert Pierce, empreendeu campanhas de ajuda e emergência na guerra da Coréia, por meio da divulgação do “apadrinhamento de crianças”; uma prática de apadrinhamento que envolve a adoção temporária e a distância de crianças pobres implicando a doação mensal em determinada quantia em dinheiro para subsidiar os projetos de assistência.

Presente no Brasil desde 1975, inicialmente como confraternidade e, depois, como organização não governamental-ONG, a Visão Mundial vem promovendo e apoiando projetos e programas sociais nas áreas de desenvolvimento, direitos humanos e emergência. Sua trajetória reúne, desde o enfoque assistencialista à incorporação das mais contemporâneas recomendações e mediações na área das práticas sociais.

Na década de 80, dá início aos projetos focados no desenvolvimento que irão adquirir um *status* importante, ajudando a defini-la como uma organização de assistência e desenvolvimento. O período se caracteriza pela efervescência dos movimentos sociais que surgem por todo o país e trazem à superfície questões de distinta natureza: questão agrária, religiosa, étnica, gênero etc. É nesse cenário que os Programas de Desenvolvimento de Área, mais conhecidos como PDAs, são concebidos e executados conduzindo propostas consideradas modernas e eficientes pelos organismos internacionais como o Banco Mundial, BM, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento para o Ambiente, PNUMA entre outros.

O PDA consiste em ser uma metodologia de intervenção social implementada pela ONG Visão Mundial, como um instrumento para geração de trabalho, renda e para a promoção de desenvolvimento sustentável em territórios caracterizados por alto grau de vulnerabilidade e exclusão social. Ali são incrementadas várias frentes ao mesmo tempo: desenvolvimento infantil (Educação), saúde, desenvolvimento econômico, desenvolvimento rural e agroecologia, desenvolvimento sócio-político-comunitário, habitação e moradia, promoção da justiça, emergência e reabilitação e testemunho cristão¹.

O recorte escolhido para o presente estudo é o PDA-Caucaia, desenvolvido no período de 1995 a 2007 no município de Caucaia-CE, junto à população indígena existente ali, os Tapeba. Localizado na Região Metropolitana de Fortaleza em uma área de 1.227,895 Km², distribuída nos distritos de Bom Princípio, Catuana, Guararú, Jurema, Mirambé, Sítios Novos e Tucunduba, o município se caracteriza em possuir uma população concentrada nos espaços urbanos; a taxa de urbanização, em 2000, já atingia 90,26% com relação a 9,75% da população rural. Essa diferença marcada por uma intensa urbanização envolve inúmeros aspectos da vida social. Com o crescimento desordenado da cidade e a má distribuição da sua economia, grande parte da população consiste em ser penalizada vivendo em condições muito precárias.

A proposta em contribuir com o desenvolvimento da comunidade conduziu a Visão Mundial a fazer a opção por aquela área para estabelecer um projeto de assistência e desenvolvimento. Uma das primeiras ações foi constituir o Conselho de Desenvolvimento Comunitário Jardim da Natureza, CDCJN, em 1998, o qual assumiu juridicamente a parceria com a Visão Mundial para a administração do PDA Caucaia.

O CDCJN, em parceria com a Visão Mundial, atendia crianças e adolescentes indígenas e não indígenas de cinco comunidades: Lagoa dos Tapeba I e Lagoa dos Tapeba II, Tapeba do Trilho, Jardim do Amor e Tabuleiro Alto, efetivando ações nas áreas de arte-educação, saúde, habitação, desenvolvimento econômico e organização comunitária. No entanto, as características peculiares aos Tapebas criam tensões e abrem outras possibilidades para pensar o PDA. Em 2005, durante o último período do convenio, surge o Projeto Político Pedagógico, PPP, elaborado pelo Conselho Comunitário Jardim da Natureza, CDCJN.

¹ “Testemunho cristão” é o termo que se refere às atividades desenvolvidas em parceria com as igrejas e organizações cristãs locais e assinalam o caráter religioso professado pela ONG.

Diante desse panorama, que assinala para a ampliação do objeto, o objetivo é perceber como as intenções aparentemente contrastantes — (a construção da identidade étnica, para os Tapeba, e o reconhecimento religioso, para os agentes da ONG) — interagem no campo civil (ações de desenvolvimento social local).

Nesta perspectiva, a dimensão conceitual da temática, em especial a fecundidade contida na abordagem do sistema de dádivas procura ressaltar as possibilidades que surgem da resignificação do sentido do projeto na comunidade Tapeba. O PDA, enquanto fenômeno em si, expressa, a partir de suas práticas, experiências concretas de novas formas organizativas que criam uma dinâmica operacional e tecnologias sociais as quais desejo conhecer.

Em seguida, o tema é abordado como um campo de práticas em constituição do discurso étnico dos Tapeba. Neste momento, discutem-se diferentes racionalidades presentes, destacam-se algumas problemáticas e desafios que surgem no campo, especialmente quanto às questões sobre suas possibilidades concretas em termos de capacidades reais para gerar desenvolvimento territorial, a partir da própria comunidade.

Das perguntas e interrogações, das quais aqui me ocupo em entender, trago como proposta metodológica algumas estratégias para perseguir o objetivo central da pesquisa:

A – Levantamento prospectivo da ONG Visão Mundial. Utilizo, para tanto, a coleta de dados por meio de entrevistas semi-estruturadas com seus agentes, tendo em vista possibilitar o conhecimento da composição do PDA, de suas atividades e dos recursos por eles utilizados; a pesquisa documental; pesquisa na Internet de informações específicas sobre a ONG e sua atuação na área social; bem como, entrevistas a gerentes, agentes financeiros e conselheiros da Visão Mundial Brasil.

B – Procedimento da pesquisa de campo junto ao grupo Tapeba no município de Caucaia, dada a relevância para a compreensão dos fenômenos encontrados no desenrolar do PDA–Caucaia, a fim de registrar impressões, dados e selecionar o possível para esta dissertação. Como técnica de coleta de dados junto aos Tapeba, fiz uso de entrevistas e escutei suas narrativas sobre os acontecimentos procurando afinar o ouvido, a partir da perspectiva do informante. Como previsto nessa técnica, a análise dos dados coletados realizou-se primeiramente, de acordo com os temas abordados pelas narrativas. As entrevistas foram realizadas com as lideranças Tapeba que estavam diretamente relacionadas ao processo e às ações desenvolvidas pelo PDA. Dando seguimento, entrevistei famílias que tinham crianças participando do programa e, também, algumas das crianças, cujas narrativas demonstraram um potencial significativo para estabelecer muitos dos significados atribuídos ao programa. A

relação do perfil dos participantes da coleta de informações foi assim distribuída: pessoas da liderança indígena Tapeba; índios Tapeba; crianças apadrinhadas e não apadrinhadas; mães de crianças apadrinhadas e não apadrinhadas; padrinhos/madrinhas; técnicos e membros da diretoria da Visão Mundial.

C- Procedimento à pesquisa documental sobre o sistema de apadrinhamento. Para tanto, emprego a seleção das informações coletadas por *e-mail*, revistas, internet, trabalhos acadêmicos e pesquisas de *marketing* (as pesquisas são parte do acervo documental da Visão Mundial).

D- Reconstituem-se os tipos de discursos entre os sujeitos da pesquisa: o discurso elaborado pela ONG Visão Mundial, pautado em sua atuação social e religiosa e como organização civil de interesse público, o discurso étnico da comunidade Tapeba, notadamente constituído para a atuação das suas reivindicações políticas, e o discurso dos padrinhos e afilhados baseado na dádiva e reciprocidade.

A máquina fotográfica foi um recurso bastante empregado e utilizado apenas mediante o consentimento dos pesquisados. Compreendendo serem as imagens e figuras partes integrantes do conteúdo textual, portanto, incluo no corpo do trabalho, quadros e fotografias que projetam e complementam o conteúdo descritivo.

D - Por meio da pesquisa de campo, traço uma análise paralela com os resultados considerados pela equipe da Visão Mundial, procurando apontar, quais os cruzamentos presentes neste quadro, e o que isto nos informa de relevante para este trabalho.

O trabalho está organizado em quatro capítulos que procurarão situar a análise no plano do PDA-Caucaia. O primeiro capítulo descreve a ONG Visão Mundial, reconstituindo sua trajetória sob a transversalidade da ação protestante e detalhando seu funcionamento técnico-administrativo com destaque para o sistema de apadrinhamento. O segundo capítulo agrega a análise e descrição da comunidade Tapeba sob a transversalidade do discurso étnico e suas vertentes. O terceiro capítulo expõe o programa de desenvolvimento econômico PDA, discorrendo sobre suas práticas, experiências concretas e as novas formas de organização que emergem e culminam com o surgimento em 2005, do Projeto Político Pedagógico, PPP. Finalmente, o quarto capítulo apresenta as considerações sobre o Projeto Político Pedagógico: constituição; elaboração metodológica; e objetivos.

1º CAPÍTULO - VISÃO MUNDIAL

Seguir a Jesus Cristo, nosso Senhor e Salvador, trabalhando com os pobres e oprimidos para promover a transformação humana, buscar a justiça e testificar das boas novas do reino de Deus.

Procuramos cumprir essa missão por meio de um compromisso integral e integrado com uma transformação sustentável, baseada na comunidade, com atenção especial à problemática da criança; ajuda em situações de emergência para socorrer as pessoas afetadas por conflitos ou desastres; promoção da justiça que busque a mudança de estruturas injustas que oprimem aos pobres com os quais trabalhamos; iniciativas estratégicas que apóiem a igreja no cumprimento de sua missão; conscientização do público a fim de que compreenda a problemática da pobreza, visando levá-lo a compartilhar recursos, a comprometer-se e a orar; o testemunho cristão por meio do estilo de vida, ações, palavras e sinais que estimulem as pessoas a responderem ao Evangelho. (Declaração de Missão da Visão Mundial)

A Visão Mundial é uma das muitas organizações que chegou ao Brasil no bojo do movimento missionário americano e das significativas alterações no panorama político e religioso cristão do pós-guerra que viram crescer rapidamente agências não-governamentais a fim de atuarem no plano internacional (Escobar; Roque, 2001) ².

Entre essas alterações, podemos destacar no plano político, o aparecimento da “Guerra Fria” e as conseqüências ideológicas advindas da disputa política e econômica entre os blocos socialista e capitalista, sobretudo o paradigma de desenvolvimento sob a liderança dos Estados Unidos; e no plano religioso, a crescente vitalidade missionária evangélica levada a cabo por agências independentes da atividade protestante tradicional, o desenvolvimento do ecumenismo conciliar do Conselho Mundial de Igrejas³, o impacto do Concílio Vaticano II⁴

² Roque destaca que mais da metade do total das agências não-governamentais de cooperação internacional europeias foram criadas entre 1945 e 1975 (ROQUE, 2001).

Samuel Escobar, importante missiólogo evangélico latino-americano, a propósito de uma avaliação da missiologia evangélica pós-guerra e do ciclo do protestantismo de missão que se desenvolveu a partir daí observa: “Houve um crescimento explosivo das missões de fé e agências paraeclesiais que espalharam conceitos missionários, ao lado de metodologias que refletiam os valores da cultura americana e muito mais. Por meio do uso massivo da mídia cristã, das instituições teológicas e das conferências missionárias, sua influência foi sentida não somente nos países que recebiam missionários, mas também nos antigos países enviados da Europa” (ESCOBAR, 2001).

³ O Conselho Mundial de Igrejas (CMI) é a principal organização ecumênica cristã em nível internacional, fundada em 1948, em Amsterdã, Holanda. Com sede em Genebra, Suíça, o CMI congrega mais de 340 igrejas e denominações em sua membresia. Estas igrejas e denominações representam mais de 500 milhões de fiéis presentes em mais de 120 países. O atual secretário geral do CMI é Samuel Kobia, metodista do Quênia, e o Moderador do Comitê Central é Walter Altmann, luterano do Brasil, eleito após a IX Assembléia Geral, realizada em Porto Alegre, Brasil, em fevereiro de 2006. Críticas são feitas por denominações mais

na renovação da prática eclesial latino-americana, o expressivo crescimento e reconhecimento do pentecostalismo como uma força religiosa em expansão e a emergência do Movimento de Lausanne⁵ a partir de 1974. Este movimento é considerado como uma nova plataforma de reflexão missiológica evangélica. Os eventos foram determinantes para o desenvolvimento de um campo de preocupações, estratégias missionárias, posicionamentos teológicos e ideológicos e práticas sociais no protestantismo mundial, para o qual a liderança e influência de diversas agências protestantes nos Estados Unidos desempenharam um papel chave.

A Visão Mundial Internacional (World Vision International–WVI) se define como uma organização cristã que promove e apóia projetos e programas sociais nas áreas de desenvolvimento, direitos humanos e emergência. Mas, observando com mais cuidado sua trajetória nos últimos 50 anos, percebemos que a Visão Mundial percorreu uma longa estrada até se tornar uma agência internacional pautada pelas questões estruturais globais. Um caminho que vai do assistencialismo dos primeiros anos até incorporar na sua agenda as mais recentes orientações do setor.

Foi criada em 1950, nos Estados Unidos, como uma organização de serviço missionário a fim de prestar assistência a órfãos e viúvas da China e da Coréia. Bob Pierce, jovem pregador batista norte-americano, trabalhava sob os auspícios da organização norte-americana “Mocidade Para Cristo” e, sensibilizado pelo drama das crianças chinesas e coreanas, após a Segunda Guerra, decidiu percorrer os Estados Unidos em campanhas de solidariedade para iniciar um trabalho humanitário. Desde então, empreendeu esforços para levantar fundos e desenvolver o trabalho de base que ao lado da ajuda aos órfãos tinha um forte componente missionário.

Em 1953, iniciou oficialmente o primeiro programa de apadrinhamento de crianças que acabou se tornando a estratégia mais duradoura e eficaz de levantamento de fundos na organização. Bob Pierce, como era chamado, acreditava e defendia que ser “padrinho” era ajudar crianças pobres dirigindo-se às “causas-raiz do problema” (Relatório 50 anos, 2008,

conservadoras, que, por interpretação mais estrita em questões doutrinárias, discordam da abordagem do CMI em enfatizar a busca de unidade das igrejas.

⁴ O Concílio Vaticano II (CVII), XXI Concílio Ecumênico da Igreja católica, foi aberto sob o papado de João XXIII no dia 11 de outubro de 1962 e terminado sob o papado de Paulo VI em 8 de dezembro de 1965. Nestes três anos se discutiu e regulamentou vários temas da Igreja católica. Conf. no site www.vatican.va/archive/hist_councils/iivatican_council/index_po.htm

⁵ Movimento de Lausanne ou Congresso Mundial de Evangelização em Lausanne, 1974, que deu origem ao Pacto de Lausanne, cujo relator foi John Stott, mas tece a contribuição significativa dos teólogos latino-americanos Orlando Costas, Samuel Escobar e René Padilla. Desde então, o movimento evangelical está associado ao movimento de Lausanne ou espírito de Lausanne. www.lausanne.org/pt/news-releases

p.3). Depois disso, a Visão Mundial foi aumentando sua presença, primeiramente na Ásia (Taiwan, Filipinas, Vietnam, Afeganistão, Indonésia, Índia, Japão, Singapura, etc.), depois na África (Angola, Zaire, Burundi, África do Sul, etc.) e América Latina (Colômbia, Brasil, Chile, etc.). Em um primeiro momento, vão sendo abertos “escritórios de campo”, por meio dos quais, os recursos são repassados para o sustento dos orfanatos que, em 1959, já chegavam a 150, com cerca de 13.200 crianças espalhadas em cinco países. Ao mesmo tempo “escritórios de sustento”, responsáveis por organizar campanhas de levantamento de fundos vão sendo criados em países como Canadá (1955), Austrália (1966), Nova Zelândia (1971), Inglaterra (1978), Alemanha (1979), Áustria (1981), e países como África do Sul (1973), Singapura (1984), Taiwan e Coréia (1991). No final da década de 1960, a Visão Mundial desloca sua ênfase da assistência à “criança órfã” para assistência às “crianças empobrecidas” possibilitando ampliar o foco de sua ação, o que irá se repetir em momentos posteriores; e no início da década de 70 é criada a “Divisão de Socorro e Desenvolvimento”, que se torna outro eixo principal de ação da organização, para atuar com programas de ajuda emergencial a países e populações vítimas de guerra e calamidades naturais apoiando sua reconstrução e sobrevivência. Na década de 80, serão os projetos desenvolvimento⁶ que irão adquirir um status importante ajudando a defini-la como uma organização de ajuda e desenvolvimento. Essa dupla preocupação, às vezes traduzida na oposição assistência/transformação, será responsável pela tensão presente na década de 70 e 80, e motivará seguidas revisões no *modus operandi* da organização, especialmente em relação ao conceito de desenvolvimento e seu agenciamento coletivo. Tais revisões acontecem no bojo das mudanças por que passam os movimentos religiosos no Brasil e por meio dos quais, surgem os novos sujeitos sociais, que atuam na sociedade, em parcerias e redes com o Estado e demais setores da sociedade, na busca de equacionar a realidade imposta pelo ajuste estrutural e as idéias do sistema neoliberal.

Ao aportar no Brasil em 1975, a Visão Mundial chegou trazendo na bagagem o ideal de transformação socioeconômico priorizando o trabalho com as crianças mais pobres de cada região. Em linhas gerais, sua trajetória no Brasil está relacionada com as sucessivas mudanças

⁶ Sendo o termo desenvolvimento polissêmico, destaco aqui que o conceito apropriado pela Visão Mundial para desenvolver seus programas, o qual diz respeito aos aspectos da agenda global do desenvolvimento (desarmamento, pobreza, HIV/AIDS, trabalho e exploração sexual infantil, igualdade de gênero, comércio internacional, ajuda humanitária, etc.). A Visão Mundial luta com sua identidade evangélica, na tensão entre afirmar-se parceira preferencial dos pobres no que ela chama Desenvolvimento Transformador Sustentável e apoiar as igrejas evangélicas tornando-se sua parceira em projetos.

de paradigmas em âmbito internacional e depois com as mudanças no que vinha ocorrendo no cenário local.

Com o fim da guerra do Vietnã, a organização é obrigada a deixar para trás milhares de crianças apadrinhadas naquele país e no Camboja. São mais de 30.000 crianças, ou seja, quase a metade do total de crianças assistidas pela organização que precisavam ser substituídas. É nesse contexto que a Visão Mundial abre seu escritório no Brasil percorrendo várias cidades em todo o país para identificar creches, escolas, casas-lares e centros para a infância que pudessem estabelecer parcerias com a organização no sistema de apadrinhamento. De acordo com a “Cartilha do Padrinho”⁷, o sistema do apadrinhamento ou patrocínio:

[...] busca uma relação transformadora, na qual o padrinho ou patrocinador se interessa pelas necessidades dos outros e compreendem em seus corações e mentes que há situações que merecem seu interesse e participação: os desafios de combate à pobreza e injustiça contra crianças, adolescentes e suas comunidades. Mediante a contribuição de recursos, o compromisso e a oração, o sistema deseja conseguir cobrir as carências e necessidades, nas quais muitas comunidades enfocadas nas crianças, adolescentes e suas famílias estão enfrentando, e que as impedem de desfrutarem de uma vida plena, com oportunidades de desenvolvimento e crescimento (CARTILHA DO PADRINHO, item 9).

De projetos em parceria com instituições voltadas para o atendimento à criança como creches e orfanatos, os acontecimentos dos anos 80 e 90, desafiam a organização para um conjunto de iniciativas voltadas para promoção do desenvolvimento em parceria com diversas organizações locais, além de se dedicar à promoção e defesa de direitos sociais, especialmente da criança e do adolescente.

Em 2003, a organização é uma das entidades convocadoras e apoiadoras principais da “I Consulta Evangélica de Ação Social”, realizada em São Paulo, cujo objetivo foi debater sobre as estratégias de ampliar a visibilidade, os esforços dispersos e o potencial de influência nos espaços e nas políticas públicas a fim de demonstrar a relevância da atuação social evangélica no país. Este projeto unificador viria a concretizar-se por meio do agenciamento paraeclesial⁸ e pela dimensão da ação social. Principalmente, após o episódio da

⁷ Conf. a “Cartilha do Padrinho” em anexo.

⁸ O campo paraeclesial constitui-se em campos de ação da igreja representados por organizações que trabalham com uma identidade autônoma, mas, aos quais, competem os mesmos campos de atuação da Igreja (FREESTON, 1983).

derrocada⁹ da Associação Evangélica Brasileira (AEVB), era preciso emergir uma instância de representação do segmento protestante que se configurava como um segmento evangélico progressista¹⁰.

Essa é uma das razões para que a Visão Mundial seja considerada como um dos principais protagonistas na conformação de um ideário evangélico que destina à “responsabilidade social” e lhe seja atribuída uma posição estratégica na concepção de missão¹¹, conceito teológico chave no cristianismo.

1.1 Ação Protestante e Ação Social

Há aproximadamente um pouco mais de 20 anos, Antônio Gouvêa Mendonça escreveu “O Celeste Porvir”¹², sobre a inserção do protestantismo no Brasil, quando suas preocupações se voltavam para entender porque a presença, já sensível, do protestantismo em terras brasileiras não correspondia uma participação ideológica, cultural e política. Naquele momento, as principais referências de trabalhos sociológicos ou antropológicos sobre o protestantismo resumiam-se a pouquíssimos nomes como Emílio Willems, Émile Leonard, Waldo César, Rubem Alves, Cândido Procópio de Camargo e Peter Fry, para citar os mais

⁹ A derrocada se refere ao final dos anos de 1990, quando se instalou uma crise na AEVB com o envolvimento do presidente da associação, Rev. Caio Fábio D’Araújo F.º, em uma série de escândalos políticos e morais. A personalização da AEVB em torno da figura carismática de Caio e a tentativa de abarcar o maior número possível de tendências e lideranças evangélicas pouco comprometidas com o ideário “evangélico”, além da cada vez maior oposição e envolvimento de Caio Fábio com a tentativa de exclusão da Igreja Universal do campo evangélico. Caio Fábio também recebeu ataques e acusações do governador do Estado do Rio de Janeiro e da imprensa depois de ser encontrada cocaína nas dependências da Fábrica de Esperança, projeto social dirigido por Caio Fábio. Nas eleições de 1998, Caio Fábio se viu envolvido em nova controvérsia política, agora em relação a um suposto dossiê que conteria evidências de que o presidente da república, que concorria à reeleição, e outros membros de seu governo e partido teriam contas clandestinas em paraísos fiscais. Abalado com novas acusações da imprensa e, agora, sem o apoio de antigos aliados, Caio Fábio retira-se de sua atuação pública após a revelação de um caso amoroso com sua secretária (CONRADO, 2006, p.73).

¹⁰ O segmento Progressista se caracteriza pelo grupo de denominações e igrejas que vão fundamentar suas ações diante da sociedade, em conformidade com a Teologia da Missão Integral da Igreja, e com o Movimento de Lausanne.

¹¹ Missão é um conceito teológico que define por meio de quais ações, determinado grupo religioso traça seu percurso histórico na sociedade secular (FRESTON, 1993).

¹² No seu livro, “O Celeste Porvir: a inserção do protestantismo no Brasil” (2008), Antonio Gouvêa Mendonça reconstituiu o caminho da penetração no Brasil do presbiterianismo, de 1859 ao final do século XIX, e analisa suas peculiaridades em face da história do calvinismo. Ele rastreia essa gênese histórica tendo como ponto de partida o hinário utilizado nas igrejas daqui. Nesse percurso, demonstra a distância que separa a mentalidade dos presbiterianos brasileiros da própria tradição européia, buscando as peculiaridades da inserção dessa religião no país, desenvolvendo interessante reflexão sobre a inserção predominantemente rural nos primórdios da difusão do culto entre nós. O interesse do autor foi o de compreender como os fatores específicos de ordem histórico-social no Brasil, aliados à especificidade da mensagem religiosa dos missionários, modelaram aqui um protestantismo com características próprias, até certo ponto negadoras de seus modelos históricos ligados ao liberalismo e à modernidade.

conhecidos. Desde então, os trabalhos se multiplicaram, embora, de acordo com o “Censo Institucional Evangélico”, estes tenham se focalizado, sobretudo, sobre os pentecostais e os desdobramentos da sua presença na vida social brasileira, (ISER, 1992).

Na história do protestantismo brasileiro, suas diversas estratégias de ação social, concebidas pelos seus sistemas teológicos e ideológicos, apontam menos para estratégias de envolvimento em movimentos organizados de transformação social e mais para uma abordagem social centrada no associativismo assistencialista e educacional (MENDONÇA, VELASQUEZ, 2000). Essa tendência estaria associada às características dos diversos grupos protestantes¹³ que aportaram no país, a conjunturas históricas específicas e aos diversos embates religiosos nesse campo.

As iniciativas filantrópicas por parte dos protestantes no Brasil não são novas, já que remonta à chegada dos missionários no século XIX e suas obras educacionais¹⁴. Na verdade, a ênfase desse modelo de filantropia correspondia à expectativa de que tal propaganda indireta contribuísse para trazer a “civilização protestante” que segundo Weber no seu livro, “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” (2003), chega aportando seus ideais liberais. É importante para o empreendimento missionário garantir apoio por parte da sociedade aonde ele aporta. As inovações criadas pelas organizações protestantes e evangélicas permitem demonstrar indiretamente a superioridade do protestantismo além de inculcarem princípios como democracia, individualismo, igualdade de direitos, responsabilidade pessoal, liberdade intelectual e religiosa. Vê-se, portanto, que, ao olhar para a Visão Mundial, estamos diante de

¹³ Enunciam-se protestantes aqueles que se posicionam teologicamente e politicamente dentro do conceito imbuído pela “reforma protestante”. Este movimento religioso ocorreu em 1517 no dia 31 de outubro quando o monge Martinho Lutero fixa no castelo de Wimtember as 95 teses. Ao sofrer a excomunhão da Igreja Católica em 1520 no dia 10 de dezembro ele então, queima a bula Papal. Essa data marca o rompimento com a igreja romana.

No Brasil as missões evangélicas (batistas, metodistas, episcopais, congregacionais e presbiterianos) americanas que chegam à segunda metade do século XIX têm de enfrentar as dificuldades estruturais para romper com o exclusivismo católico no país. Um segundo momento acontece com a consolidação da presença dos protestantes históricos e a conformação de estruturas de intercâmbio e cooperação inspirados nas iniciativas ecumênicas continentais e mundiais emergentes: as alianças e associações de igrejas para cooperar na educação religiosa, na filantropia e na formação pastoral desembocam na formação da Confederação Evangélica do Brasil (CEB) em 1934 que permite aos grupos evangélicos históricos, nos anos 1950 e inícios de 1960, a articulação de uma postura engajada nos processos de transformação da sociedade brasileira, como bem demonstra a atuação do Setor de Responsabilidade Social da Igreja e suas conferências. Por ultimo, a reconfiguração da visão de mundo na esfera religiosa se dá com a supremacia numérica do pentecostalismo, quando paulatinamente ele vai se tornando o segmento majoritário no protestantismo com significativa presença na política e na mídia a partir da década de 1990 (BASTIDE, 1990).

¹⁴ No Estado do Ceará, o empreendimento missionário ligado a denominação Batista é um exemplo dessa estratégia. Suas ações foram constituídas pelo tripé: fundação da Primeira Igreja Batista; início das atividades do Colégio Batista Santos Dumont e do Hospital Memorial Batista (informação verbal da própria autora).

antigas práticas com sua versão de modernização liberal e republicana, *à americana*. Na medida em que religião e civilização estiveram intimamente conectadas na visão do protestantismo missionário norte-americano, em várias partes aonde ele chegava dedicava-se à reforma da composição da sociedade na direção de “umas populações livres, letradas, industriosas, honestas e obedientes à lei” (OLMSTEAD apud MENDONÇA, 2008, p. 92).

Por conseguinte, a atividade missionária na América Latina e no Brasil dividiu-se entre aqueles que concebiam a missão a partir da evangelização direta e do proselitismo entre os católicos e os que eram partidários de um esforço de melhoria social por meio da filantropia e da aliança com setores republicanos e liberais para instaurar o progresso político e econômico nas sociedades latino-americanas¹⁵. A concepção embutida neste último modelo é de que uma ação junto às crianças e adolescentes corresponde a uma missão que, embora não diretamente evangelizadora, investe, por intermédio de diversos instrumentos pedagógicos, na formação de valores, hábitos e atitudes em consonância com o ideal protestante da autonomia individual e desenvolvimento pessoal, desde que portador de dignidade por ser criado à imagem e semelhança de Deus. Dessa maneira, a penetração pela via da educação aconteceu em dois planos: o ideológico, quando procurou, por meio de grandes colégios, atingirem os altos escalões da sociedade; e o instrumental, auxiliar do proselitismo e da manutenção do culto na camada inferior da população. Este último plano foi representado pelas “escolas paroquiais” (HACK, 2000), também chamadas “escolas anexas” (FERREIRA, 1991), pois funcionavam em salas da igreja ou em prédios ligados ao templo com propósitos religiosos, alfabetizadores e de educação elementar. Esse modelo irá atuar na constituição do campo protestante, e também nas organizações que vão ter importância significativa para a discussão sobre a participação dos evangélicos na política e nas ações sociais. Nesse sentido, uma das formas de canalizar o desejo de renovação da vida cultural brasileira foi o investimento em práticas assistenciais e educacionais aliado a demandas por igualitarismo estatal no tratamento das religiões.

Pode-se, por outro lado, perceber certos paralelismos com o que poderíamos chamar de modelos fundamentais de ação social, conceitos fundantes de modelos históricos e atuais de intervenção social na história do país. Distribuição de cestas básicas constitui o trabalho

¹⁵ De acordo com documentos da Igreja Metodista, a influência do reverendo Hugh Clarence Tucker junto à ilustres republicanos como Prudente de Moraes, Oswaldo Aranha, Saldanha Marinho, Visconde Nogueira da Gama e Barão Homem de Melo, ajudou a implantação das primeiras creches no país. Destacamos também que Tucker é responsável pela criação do primeiro “Centro Social Brasileiro” que foi fundado nas favelas da Saúde e da Gamboa no Rio de Janeiro em 1906 (AVANTE, Jornal oficial da Igreja Metodista). Conf. no site www.metodistasonline.kit.net

social registrado com maior frequência pelas igrejas, constituindo, muitas vezes, a única ação de igrejas iniciantes ou menores em bairros pobres. As cestas, frequentemente, são distribuídas entre poucos participantes da própria igreja ou da comunidade, sendo um trabalho feito, fundamentalmente, por voluntários. A Campanha do Quilo já se tornou uma prática quase que generalizada em várias denominações. Algumas igrejas chegam a centrar sua atuação em campanhas – de alimentos e agasalhos – e distribui as doações através de entidades cadastradas em uma central de distribuição. Estas mesmas campanhas, às vezes, têm também uma característica de impacto, tipo SOS, e são realizadas em algumas regiões de pobreza e em locais que vivem alguma emergência ou calamidade. Outras arrecadam víveres para suprir as instituições filantrópicas denominacionais. Além da tradicional arrecadação de alimentos e agasalhos, são frequentes também as doações de brinquedos na época de natal e Dia das Crianças.

De acordo com Ferreira (1991), esse modelo é amplamente disseminado nas igrejas protestantes apoiados nos dispositivos bíblicos e teológicos da compaixão, da misericórdia e do amor ao próximo. Doações e ajudas são frequentemente vistas como um dever do crente que precisa demonstrar seu compromisso com Cristo por meio do socorro aos necessitados e pobres, muito embora, no protestantismo, a “doutrina da salvação” se baseia nas “Cinco Solas” da Reforma Protestante: “Sola Scriptura, Soli Deo Gloria, Solo Christo, Sola Gratia, Sola Fide”¹⁶. As obras são sinais da conversão e da experiência religiosa comprometida e orientada para o bom “testemunho cristão”. Este exemplo de doações e ajuda voluntária está bastante associado à concepção que articula a missão da igreja com a evangelização, concedendo a ela um lugar prioritário, ou quase exclusivo, dentre suas atividades voltadas para fora da comunidade de fiéis.

A partir das iniciativas filantrópicas relacionadas com a ação protestante e os desdobramentos encontrados na Visão Mundial, dialogo com França Filho (2002), quando o autor, examinando a origem do termo “terceiro Setor”, busca enfatizar que tipo de discurso acompanhava as organizações que chegaram à América Latina no início do século trazendo as idéias do serviço voluntário. De acordo com ele:

[...] o tipo de formulação discursiva sugerida, que se encontra associado a contextos específicos de sociedade: respectivamente, aqueles da América do Norte, da Europa e da América Latina. O termo terceiro setor, por exemplo, é herdeiro de uma tradição anglo-saxônica, particularmente impregnada pela idéia de filantropia.

¹⁶ Conf. no site www.monergismo.com/textos/cinco_solas/cinco_solas_reforma_erosao.htm

Essa abordagem identifica o terceiro setor ao universo das organizações sem fins lucrativos (non-profit organizations). Com essa noção de terceiro setor, O termo “terceiro setor”, portanto, nessa filiação anglo-saxônica, refletiria apenas a ponta do iceberg que representa este «mar» de iniciativas não-governamentais e não-mercantis na América Latina (FRANÇA FILHO, 2002 p. 10).

Do mesmo modo, analisando os diferentes modelos de intervenção social no Brasil, Quiroga (2001) destaca três conceitos que funcionaram como operadores de legitimação de práticas de intervenção social junto aos grupos empobrecidos: a caridade, a filantropia e a justiça. Parece-nos possível identificar também na atuação social evangélica alguns modelos que, constituindo-se ao longo da história, coexistem por meio de sua resignificação à luz de situações atuais. Segundo Quiroga, a caridade cristã vai se tornar a base de um padrão assistencial que domina todo o período colonial até as vésperas do período republicano, operando em nome de compromissos espirituais, cujo símbolo principal encontrava-se nas Santas Casas de Misericórdia e nas inúmeras irmandades e confrarias que sustentavam um modelo. Afirma Quiroga:

A caridade constituiu a pedra fundamental sobre o qual foi erigido todo um complexo institucional abrangendo hospitais, asilos e casas de recolhimento, educandários e institutos educacionais, além da supervisão e assistência às cadeias públicas e administração de enterros e cemitérios (id. 2001 p.45).

Os evangélicos passaram a representar, nos anos 1980 e 1990, uma presença emblemática no espaço público. A trajetória que observamos no item anterior, sobre as distintas fases da Visão Mundial, demonstra como a organização busca redefinir e constituir seu lugar na sociedade brasileira a fim de influir sobre outras esferas. Sua natureza como sendo uma organização sem fins lucrativos é permeada por diferentes valores, práticas, discursos, interesses, posições e alianças institucionais. Vão desde a caridade judaico-cristã de diferentes grupos religiosos ligados ao universo do cristianismo ao ativismo politizado das ONGs, do associativismo cívico moderno das campanhas em prol de cidadania à filantropia tradicional das elites. Por isso, daremos atenção ao processo de expansão e ajuste dos evangélicos no Brasil e o lugar ocupado pela Visão Mundial, como uma das organizações do “evangelicalismo”¹⁷ que, por seu âmbito de atuação, desempenhou um lugar central na

¹⁷ O Evangelicalismo, movimento do cristianismo moderno que transcende as fronteiras denominacionais e confessionais, enfatiza a conformidade com doutrinas básicas da fé e um alcance missionário de compaixão e urgência. Quem se identifica com este movimento é um “evangélico conservador (ou evangelical)”, que crê no evangelho de Jesus Cristo e o proclama. A palavra é derivada do substantivo grego

descoberta e incorporação de novos temas metodologias e estratégias dos evangélicos no campo social.

O entorno dos anos 80 nos desvenda um cenário internacional de profundas polaridades com contextos de extrema pobreza, subdesenvolvimento e conflitos políticos. Na América Latina emergem posicionamentos teológicos cada vez mais progressistas com significativa influência na prática pastoral das igrejas. Esses fatores contribuíram para seguidas revisões na estrutura, no discurso e na prática dos evangélicos. Nesse entorno, a presença e o desempenho dos atores religiosos eram muito residuais. As práticas sociais tendiam a reproduzir o sentido filantrópico e obscurecer as formas mais modernas de participação nos movimentos sociais. Assim, sua participação era reduzida frente às resistências intelectuais e políticas que distanciavam a aproximação entre esses sujeitos religiosos dos governos e outros segmentos da sociedade.

Nesse realinhamento ideológico, o protestantismo reivindica seu espaço na religião civil postulando voz e legitimidade às suas demandas e à representatividade social. Ao mesmo tempo, podemos constatar uma fragmentação do bloco de igrejas protestantes dando margem para o surgimento de grupos que buscam construir espaços de visibilidade pública própria. Esses grupos vão atuar decorrentes das pressões dos ajustes estruturais, resultantes da crise econômica e que exigem um posicionamento das igrejas, sob a forma de pronunciamentos, mobilizações e aplicações de projetos na área social. Os debates suscitados e a presença na mídia desses novos atores foram alterando a percepção social em torno da relação entre igrejas, grupos religiosos e ação social e política.

Pesquisas, sondagens e observações empíricas dão conta da importância da presença estratégica desses atores religiosos nas ações e políticas sociais, sobretudo em alguns contextos onde a única presença organizada na comunidade é dada pela igreja (católica ou evangélica), o que lhes confere um papel fundamental para o encaminhamento e resolução de problemas da comunidade. Como resultado, há uma intensa visibilidade e o entendimento de que eles são um recurso estratégico no enfrentamento dos problemas sociais, tanto a nível instrumental, como legitimadores na ação, ou, como uma articulação com as agências governamentais, político-partidárias e outras organizações da sociedade civil. Conforme Joanildo Burity:

euangelion, traduzido como boas-novas, notícias de alegria, sendo *euangelizomai* o verbo correspondente, que significa anunciar boas-novas ou proclamar como boas-novas. Estas palavras aparecem quase cem vezes no Novo Testamento e passaram para os idiomas modernos por meio do equivalente em latim, *euangelium* (MENDONÇA, 2008).

As pesquisas de opinião dando conta da massiva confiança popular nas igrejas foram um elemento que contribuiu para dar visibilidade política à ação social, tanto para os próprios grupos religiosos (que utilizaram isso como moeda política para cobrarem maior espaço), como para as elites políticas (que viram na aproximação com esses setores uma forma de ganhar legitimidade diante da população) (BURITY, 2006, pp. 46, 47).

As ONGs de caráter cristão-evangélico, nesse sentido, foram encabeçando esses grupos religiosos por meio das formas de atuação social e da facilidade para construir os espaços de representatividade e reconhecimento sociais. São essas organizações que irão consolidar resultados tangíveis na solução de problemas sociais. Naturalmente isso não será um bloco homogêneo. Há certamente ações puramente assistencialistas, com ou sem o viés proselitista, sem qualquer tipo de preocupação com a causa cívica pertinente à questão da pobreza ou de outras questões sociais. Há, também, outras marcadas pela ambigüidade, com sinais de avanço em alguns aspectos, mas reproduzindo padrões tradicionais filantrópicos.

Nesse sentido, a composição proposta pela Visão Mundial, que atua com base no modelo da filantropia protestante, vai ser de interesse particular para a discussão deste trabalho, porque, não adota apenas o recorte eclesiástico (relativo à igreja), para definir a configuração interna do campo, mas inclui um recorte “trans-institucional”¹⁸ que leva em conta o peso dos modelos de ações cívicas que vão sendo constituídas no país. A organização, inspirada pela máxima cristã do “amor ao próximo”, dirige seus esforços para assistir especialmente crianças e adolescentes, embora, nos últimos anos, há diversificado o público a quem dirige suas iniciativas.

Sua inserção na questão social é valorizada pelo mundo evangélico, desde que em seus programas de intervenção incluam-se atividades de “formação cristã e referência espiritual”. A Visão Mundial já é parte da presença do protestantismo no país onde, ao lado de outras entidades, foi se constituindo a prestar atendimento social aos segmentos desfavorecidos da população. Uma boa parte destas outras entidades, embora a maioria se dedique a atividades consideradas assistencialistas, começa a incorporar outros discursos e práticas participando de Conselhos tutelares e fóruns da sociedade civil organizada. Mediadas pelo do discurso da missão integral¹⁹, estas organizações incorporaram no trabalho de evangelização o discurso e

¹⁸ Trans-institucional é o termo que Giddens, utiliza para conceituar os novos formatos das instituições e seus relacionamentos com o Estado e a sociedade (GIDDENS, 1991).

¹⁹ A teologia da Missão Integral é o assunto do nosso próximo item.

a prática social implantando atividades e serviços na área de educação, saúde, geração de renda buscando sua reintegração e ressocialização por meio de diferentes estratégias. Essas agências assumem uma identidade interdenominacional e, dessa maneira, podem contar com voluntários ou doações de qualquer igreja e manter um caráter independente das políticas denominacionais. Experimentaram um crescimento vertiginoso nas últimas décadas desenvolvendo “ministérios” ou atividades específicas de expansão da mensagem evangélica e representam um leque variado de posicionamentos teológicos e ideológicos. Os evangélicos estão atuando de modo diversificado no seio da ação evangélica em termos, práticas e concepções renovadas. Como sugere Conrado:

Na década de 1990, atividades do campo da assistência, especialmente aquelas desenvolvidas por grupos religiosos que anteriormente eram qualificadas como assistencialistas e vistas como práticas que evocavam hierarquia, favor e clientela, ligam-se ao discurso da cidadania por meio de campanhas de apelo à solidariedade cívica na esteira da revisão de velhas antinomias como assistência x política, emergencial x estrutural, ação imediata x projeto histórico, etc. (CONRADO, 2006, p.17).

Em 1998, junto à União Européia o assunto discutido foi sobre “religião e governança”. Como base para o debate, a Academia Mundial de Arte e Ciência e a Unidade de Estudos Avançados da Comissão Européia fez uso do documento, Religion and Governance²⁰ dos autores Harlan Cleveland e Marc Luyckx²¹ (1998). Do mesmo modo, o relatório elaborado pelo Programa do Banco Mundial no Brasil, com assistência da Unidade da Sociedade Civil e ONGs – NFOWE, do Departamento de Desenvolvimento Social do Banco Mundial (Garrison, 2000). Ambos incursionam no terreno dos novos paradigmas culturais que percebe a religião como uma “espiritualidade organizada”. Esses paradigmas procuram conservar as melhores “conquistas da modernidade” que aponta para a uma racionalidade mais “tolerante, intuitiva, sustentável, comunicativa, espiritual e uma organização societária mais horizontal” (id. 1998). No entanto, resiste às separações das esferas sociais, possibilitando a penetração dos espaços públicos pela religião e outros atores sociais, intervindo assim, na formação das políticas públicas. No documento redigido por Garrison, diz que o papel da religião é amplamente reconhecido, destacando o caso da Igreja Católica e as pastorais. No âmbito do protestantismo, o documento reconhece que há um menor peso estatístico na população, apontando para as principais direções já citadas

²⁰ Conf. no site http://www.wnrf.org/sem/print_govern.shtml.

anteriormente: a atuação via escolas, hospitais e a expansão do número de pentecostais. Em breve resumo, o documento indica que há uma reabilitação da parceria entre as instituições religiosas com as iniciativas sociais para o enfrentamento da pobreza e da exclusão.

A ampliação dos espaços públicos, o processo de realinhamento ideológico e maior pluralismo religioso tiveram como consequência um duplo efeito nas posições ocupadas pelas organizações religiosas no Brasil. Primeiro, pela entrada em cena dos evangélicos, especialmente os pentecostais e neopentecostais²², num campo marcado pela presença da Igreja Católica. Estes segmentos chegavam como uma espécie de concorrência as denominações tradicionais. Especialmente porque seus cultos e ritos transitavam com facilidade por possuírem características semelhantes ao sincretismo de outras religiões (PORTELA, 2006). Segundo, por uma reconfiguração de lugares definidos pela heterogeneidade ideológica e teológica das organizações e grupos religiosos que atuam na área do social. Um grupo era reconhecido como engajado ou alienado, tradicional ou progressista de acordo às suas articulações com as redes com as quais atuava. Estas redes se classificavam conforme seus discursos.

Na América Latina, o movimento das CEBs, Comunidades Eclesiais de Base e a Teologia da Libertação, abrem o debate ativo sobre as políticas econômicas e sociais. Esses movimentos ampliam a presença da religião, como elemento participante da política e do engajamento da igreja nas lutas sociais. Com ele, também, a introdução de valores e demandas que mobilizarão a sociedade em torno das suas representações por direitos e participação. De outro lado, uma redefinição da relação entre religião e sociedade, que desloca experiências passadas para outras formas de atuação e da elaboração de projetos, resgatando um legado passado em diferentes contextos históricos como, por exemplo, a resistência de alguns setores da igreja ao golpe de 1964, a inspiração do protestantismo histórico nos movimentos ingleses durante as crises de recessão e nas iniciativas ecumênicas dos anos de 1950²³ e, finalmente, no modelo da pastoral social das CEBs dos anos 60. Nessa direção também, é que se aponta, a par dessas transformações, para a articulação e

²² O termo Pentecostal busca representar todas as religiões que descaracterizam os fatos fundadores cristãos e os substituíram pela centralidade do Pentecostes constituindo a nova referência fundadora. Neopentecostais é o termo atribuído a corrente do pentecostalismo que se considera renovada espiritualmente dentro do próprio quadro denominacional ao qual pertencem (RIVERA, 2001).

²³ No campo ecumênico fazemos aqui referência a CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviço, o CEDI - Centro Ecumênico de Identificação e o ISER - Instituto Superior dos Estudos da Religião.

visibilização, na sociedade brasileira, de outras esferas de debate e atuação da ação social²⁴ da “desnaturalização da identidade católica como garantia única da base moral e simbólica da nação” (BURITY, 2006, p.40). O campo religioso brasileiro diversificou-se interiormente e foi gestando novas modalidades de articulações e relações entre os seus diferentes componentes. Agentes e agências religiosas foram assumindo uma presença mais marcante e ruidosa na esfera pública, alterando sensivelmente o padrão sincrético brasileiro.

Há um processo de mudança religiosa em curso na sociedade brasileira que está em linha com mudanças de mais largo alcance no plano sócio-cultural, correspondendo a formas de *aggiornamento* das instituições, mas também disseminando valores e práticas diferenciadas entre indivíduos e pequenos grupos para além do controle institucional. A admitir-se a análise proposta por Roof (1996) para o caso americano, poder-se-ia dizer que o cruzamento de vetores da mudança religiosa com outros da mudança social não são prerrogativas locais. Segundo Roof há estudos que sugerem “que as mudanças mais significativas são aquelas que ocorrem não no interior das instituições religiosas *per se*, mas no ambiente cultural mais abrangente, especialmente mudanças nas culturas geracionais” (Idem: 3). E, mais adiante, ele sugere: “Na verdade, o que está ocorrendo com a religião, neste particular, pode não ser tão diferente do que está ocorrendo com outras instituições sociais e pode realmente ser um ótimo espelho da cultura mais ampla dos anos 90” (Idem: 7) (BURITY, 2000, p.9)

1.2 Responsabilidade Social e Missão Integral

As décadas de 70 e 80 são o cenário de intensos debates teológicos que concorrem para monopolizar o sentido de “missão da igreja”. Com o avanço do segmento pentecostal-carismático, que vai se tornando hegemônico no plano das representações e das práticas religiosas, e da opção tradicional-fundamentalista que procura assegurar que a renovação eclesial (seja via pentecostalização, seja pela guinada a uma religião de transformação social) seja contida por meio da afirmação das bases de fé (ortodoxia) e da aliança com o governo militar, o segmento identificado com o ecumenismo vai buscar se recompor em parceria com organismos continentais e internacionais e organizações ecumênicas, buscando a aliança dos católicos progressistas sob o véu da Teologia da Libertação e das assessorias pastorais populares nas décadas de 70 e 80.

Paralelamente, um novo tipo de expressão evangélica vai adquirindo importância na América Latina, com seus desdobramentos no Brasil, influenciada pela revisão da postura

²⁴ O termo “ação social” ilustra um caso comum de apropriação por parte dos próprios atores sociais de conceitos e categorias acadêmicas, utilizando-as para instituir ou remodelar práticas e crenças descritas pelos intelectuais, demonstrando o contexto de alta reflexividade em que se situa a produção das ciências sociais (GIUMBELLI, 2001).

doutrinariamente “fundamentalista” e conservadora em termos sócio-políticos. Esse novo tipo de expressão emerge na década de 1970, com a criação da Fraternidade Teológica Latino Americana, FTL,²⁵ que assume como agenda uma dupla frente de crítica: “ao literalismo torpe e à interpretação arbitrária do fundamentalismo e de um liberalismo que parecia reduzir a Bíblia a uma coleção de documentos do passado ou a um repositório de verdades religiosas e éticas gerais e universais” (BONINO, 2003).

Desse modo, abria-se o caminho para uma nova forma de fazer teologia entre os evangélicos que, buscando elementos da herança evangélica reformada, anabatista²⁶ como do protestantismo missionário latino-americano, pudesse ser sensível à realidade latino americana. Assim como no movimento ecumênico, os congressos e consultas foram os espaços articuladores e formuladores das concepções que vão cimentando a identidade de um grupo de lideranças, teólogos, leigos, pastores evangélicos em torno de uma proposta missionária que levasse em conta a realidade latino-americana. Um dos mais representativos do período e de maior repercussão na América Latina foi o Congresso de Evangelização Mundial de Lausanne em 1974, cuja declaração final ficou conhecida como Pacto de Lausanne. Muito embora em 1969, já tivesse ocorrido na América Latina o 1º. Congresso Latino-Americano de Evangelização, CLADE I que foi o ponto de partida para a articulação do movimento evangelical na América Latina.

Uma das novidades desse “novo” movimento no interior do cristianismo mundial foi uma rearticulação da evangelização com a responsabilidade social e política, tomando ambos como dever cristão. Em seu capítulo sobre a “Responsabilidade Social Cristã”, o Pacto de Lausanne declara:

Afirmamos que Deus é o Criador e o Juiz de todos os homens. Portanto, devemos partilhar o seu interesse pela justiça e pela conciliação em toda a sociedade humana, e pela libertação dos homens de todo tipo de opressão. Porque a humanidade foi feita à imagem de Deus, toda pessoa, sem distinção de raça, religião, cor, cultura, classe social, sexo ou idade possui uma dignidade intrínseca em razão da qual deve ser respeitada e servida, e não explorada. Aqui também nos arrependemos de nossa negligência e de termos algumas vezes considerado a evangelização e a atividade social mutuamente exclusiva. Embora a reconciliação com o homem não seja reconciliação com Deus, nem a ação social evangelização, nem a libertação política salvação, afirmamos que a evangelização e o envolvimento sócio-político são ambos parte do nosso dever cristão. Pois ambos são necessárias

²⁵ A FTL foi fundada em 1970 numa consulta sobre hermenêutica bíblica, reunindo teólogos e intelectuais evangélicos dispostos a romper com a dependência teológica norte-americana e considerar a problemática latino-americana na sua reflexão em torno da missão.

²⁶ Os anabatistas foram os pioneiros que contribuíram para a liberdade religiosa. Registros históricos datam sua existência a partir do século XI. Em linhas gerais, eram pessoas que tinham a Bíblia como única fonte confiável sobre Deus e organizavam-se estruturando doutrinas próprias (GONZÁLEZ, 1980).

expressões de nossas doutrinas acerca de Deus e do homem, de nosso amor por nosso próximo e de nossa obediência a Jesus Cristo. A mensagem da salvação implica também uma mensagem de juízo sobre toda forma de alienação, de opressão e de discriminação, e não devemos ter medo de denunciar o mal e a injustiça onde quer que existam. Quando as pessoas recebem Cristo, nascem de novo em seu reino e devem procurar não só evidenciar, mas também divulgar a retidão do reino em meio a um mundo injusto. A salvação que alegamos possuir deve estar nos transformando na totalidade de nossas responsabilidades pessoais e sociais. A fé sem obras é morta (Pacto de Lausanne, 1974, 5º item).

O principal desdobramento no Brasil sob a influência do Pacto de Lausanne foi a realização do Congresso Brasileiro de Evangelização, em 1983, que pretendia tornar as reflexões de Lausanne mais conhecidas e sustentar uma concepção do papel das igrejas evangélicas no país para além de sua ênfase tradicional na evangelização. O Congresso Brasileiro de Evangelização se torna um marco inspirador para as lideranças emergentes que assumem, a partir daí, um papel destacado na articulação dos evangélicos e, que juntamente com o protagonismo de organizações paraeclesiais como Visão Mundial, ABUB, Aliança Bíblica Universitária do Brasil e VINDE, Visão Nacional de Evangelização, entre outras, abrem caminho para a construção de uma proposta de envolvimento sócio-político na Nova República.

Se o Concílio Vaticano II e a Teologia da Libertação tiveram grande influência nas novas práticas eclesiais e pastorais no universo católico e ecumênico dos últimos 30 anos (Löwy, 2000), no caso da maioria dos evangélicos, certo viés teologicamente conservador impediu a recepção da Teologia da Libertação e seus ventos progressistas por seu *background* católico-ecumênico e sua ênfase na libertação sócio-política por meio de uma hermenêutica que conferia centralidade ao “pobre”. Ao invés da Teologia da Libertação foi a Teologia da Missão Integral ou Teologia Holística que chegou a ter maior penetração na agenda dos evangélicos do continente latino-americano, a partir da década de 70.

Com efeito, a Teologia da Missão Integral procurou se desenvolver criando um espaço de formação de idéias e práticas eclesiais equidistantes tanto do chamado “fundamentalismo” quanto da Teologia da Libertação e outras teologias mais à esquerda. Seu pensamento teológico se coloca ao lado do conservadorismo teológico nas suas ênfases na conversão, no ativismo missionário, na autoridade das Escrituras. Quanto à prática eclesial, ela enfatiza a coexistência da evangelização e da responsabilidade social e política como tarefas relacionadas à missão da igreja (MACHADO, 1997). Quanto ao método, ou conceito heurístico central, a Teologia da Missão Integral escolheu a contextualização, a partir da idéia bíblica de “encarnação”, significando um esforço de identificação e compromisso com a realidade sócio-cultural e uma sensibilidade com as “questões” daqueles a quem se quer

alcançar com a mensagem evangélica. Enquanto a Teologia da Libertação toma como partido o pobre, a Teologia da Missão Integral elege um conceito holístico de ser humano. Daí, que a Teologia da Libertação é uma expressão e produto espiritual de um movimento com um forte discurso social e político. Já a Teologia da Missão Integral enseja a reflexão e a prática em torno de diversas preocupações. Os desafios identificados por esse movimento passam pela elaboração teológica, pela ação sócio-política, pela ecologia, pelo conceito e prática de missão, pela evangelização, pelos direitos humanos, etc. (STEURNAGEL, 1994).

No que veio a ser conhecido como Missão Integral da Igreja articula-se, portanto, uma nova forma de ser evangélico no século XX: sem abrir mão da identidade evangélica e da tarefa evangelizadora, atentar para todas as dimensões e questões do mundo contemporâneo (FREESTON, 1993). O protestantismo latino-americano e brasileiro, em particular, passa a ser alvo de uma “campanha de política cultural” por parte dos teólogos e organizações identificadas pela idéia de “missão integral” (THEIJE, 2004).

Poder-se-ia argumentar que, durante as décadas de 1980 e 1990, o segmento evangelical e suas lideranças estabeleceram de maneira incontestemente um conjunto de práticas e discursos, sob o manto da Teologia da Missão Integral, voltadas para atuar no campo das questões sociais, e que de forma mais ou menos bem-sucedida, conseguiu sensibilizar amplos setores do protestantismo brasileiro a abandonarem uma postura conservadora em relação à presença da igreja na sociedade.

A fundação da AEVB em 1991, sob a liderança do pastor presbiteriano Caio Fábio, líder de uma organização paraeclesial afinada com o paradigma de Lausanne e com forte presença na mídia, teve grande repercussão em demarcar fronteiras no interior do campo evangélico, especialmente em relação às chamadas igrejas neopentecostais, inaugurando uma modalidade de presença pública em diálogo com os movimentos de cidadania e pacificação das metrópoles urbanas. Institucionalmente falando, o momento de maior influência do movimento evangelical, vai ser a criação da AEVB, a Associação Evangélica Brasileira, sob a liderança de jovens pastores e executivos de paraeclesias que haviam patrocinado o Congresso Brasileiro de Evangelização. A associação conseguiu aglutinar forças importantes do protestantismo brasileiro; desde metodistas e luteranos até batistas, congregacionais, presbiterianos e pentecostais, como a Assembléia de Deus, e membros de igrejas mais recentes, como Nova Vida e algumas das chamadas Comunidades Evangélicas.

Com o sentimento de que o Brasil poderia se tornar evangélico em poucas décadas, várias lideranças evangélicas cultivam iniciativas a fim de adquirir influência pública. Ao

mesmo tempo, era preciso assegurar um espaço de “livre iniciativa” das relações entre Estado e religiões no país por meio da defesa da liberdade religiosa supostamente ameaçada pela esquerda e pelo catolicismo. É assim que nas eleições de 1986, para a Assembléia Constituinte, evangélicos foram eleitos, entre os quais 18 pentecostais, com o apoio das cúpulas eclesiásticas.

A expansão da presença pentecostal no espaço público, com a compra da Rede Record pela Igreja Universal do Reino de Deus e o forte apoio de significativos segmentos evangélicos à eleição de Fernando Collor em 1989, acelerou a articulação de algumas lideranças históricas e pentecostais na criação de uma associação que expressasse algum nível de coesão da igreja evangélica no Brasil e vocalizasse publicamente uma postura ética e comprometida socialmente.

Esse segmento protestante que não se identificava com a proposta ecumênica representada pelo CONIC²⁷, e que reunia pastores, missionários, teólogos, profissionais e estudantes de diversas denominações, inclusive pentecostais, encontrou na Teologia da Missão Integral, um ponto de articulação conceitual no discurso religioso que funcionasse como um “operador de legitimação” (Quiroga, 2001) para colocar em prática um projeto evangélico “contextualizado”, ou seja, comprometido com os temas da justiça social, dos direitos humanos, da participação cívica por meio do agenciamento de experiências de ação social e política, ao mesmo tempo em que pudesse se contrapor aos setores mais arrojados do pentecostalismo que desloca e resignifica os sentidos do religioso, sobretudo pela via da competição e ocupação de espaços (Giumbelli, 2000). Não é demais ressaltar que estas experiências foram articuladas por lideranças eclesiásticas e leigas que tinham, na sua maioria, uma vivência interdenominacional em função de atuarem em organizações paraeclesiásticas como Aliança Bíblica Universitária, ABU, Fraternidade Teológica Latino Americana, FTL, Visão Nacional de Evangelização, Vinde, Visão Mundial, Serviço de Evangelização da América Latina, SEPAL e Associação Evangélica Brasileira, AEVB.

Por meio da descrição do universo de organizações presentes neste encontro e das discussões ali entabuladas penso ser possível obter uma visão privilegiada das transformações recentes de uma parcela do segmento evangélico que encontra na ênfase da “responsabilidade

²⁷ CONIC, Conselho Nacional de Igrejas Cristãs é um conselho fraterno de Igrejas ou outros agrupamentos cristãos. No Brasil, a constituição desse Conselho foi um dos resultados dos Encontros de Dirigentes Nacionais de Igrejas Cristãs em 4 de novembro de 1977. Conf. no site www.conic.org.br.

social” dos evangélicos a possibilidade de atualização e recomposição de sua presença na esfera pública.

1.3 Trajetórias e Percursos

Quando completou 25 anos de presença e atuação no Brasil, a Visão Mundial tentou sistematizar, no seu “Relatório Anual” de 2000, sua trajetória dividindo-a em quatro fases, adotando como critério a metodologia de trabalho que foi se transformando ao longo do tempo. De igual modo, não é difícil notar a conexão com as distintas fases da organização e seus gestores. Elas correspondem sucessivamente às direções exercidas, por meio dos secretários executivos²⁸ encarregados pela efetivação das ações políticas da ONG.

A primeira fase (1975-1980), quem começa a implantação dos trabalhos da Visão Mundial é um pastor americano que tinha iniciado o trabalho de outra organização social cristã dez anos antes, o Fundo Cristão para Crianças (Christian Children Fund - CCF). Por intermédio do programa de apadrinhamento, a Visão Mundial estabelecia convênios com instituições como orfanatos, casas-lares, creches e subsidiava financeiramente as atividades de educação, saúde e nutrição. A principal característica do período é o marcado “assistencialismo”.

A segunda fase (1981-1986) com a gestão do Pr. Manfred Grellert representa a consolidação da organização no país como uma agência social empreendedora, mobilizadora de recursos e parceira do segmento evangélico na “missão integral”. Neste período a Visão Mundial se define como uma organização “cristã-evangélica” que procura praticar a missão holística conferida ao “Corpo de Cristo”. Na época, há uma forte crítica interna aos projetos de cunho mais assistencialistas e as parcerias quase exclusivas com as igrejas. Por um lado, a maioria dos cerca de 360 projetos conveniados com a Visão Mundial eram na área de “serviço à criança e à família” desenvolvendo ações de educação, saúde e formação cristã; por outro lado, havia projetos de desenvolvimento comunitário, definidos como projetos de desenvolvimento comunitário com motivação cristã e metodologia participativa.

A terceira fase (1987-1993) da Visão Mundial, que coincide com a gestão do pastor batista Darci Dusilek, significou o aprofundamento dos projetos de desenvolvimento em

²⁸ O secretário executivo é eleito pelo staff executivo, pelo conselho diretor nacional e confirmado pela fraternidade internacional, a World Vision International- WVI (Manual dos Conselhos Diretores da WVI).

parceria com os movimentos sociais e organizações comunitárias e reestruturação da organização frente à crise de financiamento de suas atividades no final da década de 80.

Nesse novo marco, e, como desdobramento da revisão do *modus operandi*, o conceito de desenvolvimento se torna central como o conceito operativo das intervenções propostas. Este conceito é traduzido por participação e mobilização da comunidade, formação de lideranças e investimento em infra-estrutura comunitária ao lado das tradicionais ações em saúde, educação, serviços sociais à família e socorro em casos de emergência. A parceria com os movimentos sociais populares propiciou o protagonismo da Visão Mundial em questões de defesa de direitos, em especial da criança e do adolescente.

A partir da Constituinte, quando da feitura da proposta do “Estatuto da Criança e do Adolescente” , a organização vai se articulando aos debates e reflexões da sociedade civil brasileira, trazendo consigo, a experiência dos programas de apadrinhamento, as perspectivas e a influência de uma organização internacional. Este elemento pode ser considerado como fundamental, enquanto, a conquista de legitimidade e vocalização nas disputas por hegemonia e poder no campo religioso protestante.

A quarta fase, que tem início em 1994, com a gestão interina do diretor executivo, Serguem Jessui da Silva, vai ser marcada por uma crescente disposição para tornar a organização dotada de competência profissional e estratégica dentro do campo das ONGs, assim como por uma reaproximação e protagonismo junto às igrejas evangélicas.

Na medida em que vai se definindo o processo de revisão da metodologia de intervenção social, apontando para a execução de poucos projetos com maior impacto social, no caso os PDAs, a Visão Mundial vai aprofundando a relação com os movimentos sociais, com as organizações não governamentais e com setores ecumênicos do protestantismo. A partir da década de 90, os principais parceiros nos projetos conveniados não serão mais as igrejas evangélicas.

Houve um período que se discutia muito se a igreja era a parceira potencial ou não. Se a igreja era essa que a gente estava falando. Foi quando começamos a entender esse ministério da Visão Mundial inclusive com as igrejas católicas, e não só com as evangélicas que eram o grande ministério dela, fazer com que as igrejas tivessem a visão da missão integral, se engajassem na ação social. Alguns grupos no interior da organização radicalizaram e deixaram as igrejas protestantes de lado e buscaram os grupos da comunidade (DVM).

O diretor Serguem Jessui reconhece que uma das marcas da sua gestão foi posicionar a Visão Mundial como uma organização não-governamental competitiva no cenário brasileiro.

Do seu ponto de vista, isso também significou uma administração descentralizada, informatização das informações, reestruturação da comunicação da organização com vários públicos, diversificação das fontes de recursos, parceria com estruturas governamentais e multilaterais, entre outras medidas estratégicas.

Na verdade, esse processo “varreu” o campo das ONGs na última década, as quais tiveram que se adequar às práticas mais afeitas ao segmento empresarial como, planejamento estratégico, avaliação e monitoramento dos projetos, prestação de contas com resultados quantificáveis e assim por diante. Essa “fraseologia gerencial-cidadã”, para usar uma expressão cunhada por Arantes (2000), permeia a lógica organizacional da Visão Mundial e a posiciona como uma ONG que transita por diferentes campos e discursos.

A quinta fase tem como secretário executivo da organização, Carlos Queiróz, pastor evangélico, cuja gestão foi uma tentativa de retomar a aproximação com as igrejas. Há poucos meses, aconteceu outra alteração no cargo de secretário executivo, assim como, a condução do uso do conceito de “área” para “território” na terminologia usada para os programas e projetos. De acordo com Carmilson Brito, diretor da área de projetos em Fortaleza, a mudança se faz, a partir do caráter funcional, ou seja, das relações que abrangem a esfera concreta e efetiva das decisões e delineamentos na orientação das territorialidades. “Do fundamento mais imediato de sustento econômico e de identificação cultural de um ponto de vista dos agentes, o território encerra a materialidade que constitui o grupo” (SOUZA, M. 2003, p.108).

Perante a trajetória descrita, avalio que a reinvenção da Visão Mundial é também parte da condição de sobrevivência no “mercado” em que as ONGs atuam sob os pressupostos da competência técnica na execução de seus projetos, na capacidade de articulação com o mundo empresarial, organizações e instâncias governamentais e no investimento do marketing, da comunicação e no voluntariado, como forma de construir atribuições positivas para o seu trabalho social. De outro lado, a valorização da dimensão política por meio da participação em fóruns, conselhos de defesa de direitos, e articulação com outras ONGs em campanhas e mobilizações, principalmente nas questões relativas a crianças e adolescentes, enquanto ao tema da violência doméstica, abuso e exploração sexual.

1.3.1 *Captação de Recursos*

Diferentes das empresas e cooperativas, as ONGs não possuem estrutura e finalidade de produção de bens voltados para o comércio; não pode cobrar impostos ou taxas da

população, como o faz o Estado; não administram grandes somas financeiras como as fundações; não cobram taxas sindicais; e, não recebem “dízimo” como as igrejas. Daí, o elevado grau de dificuldade para obterem recursos financeiros. Dessa forma, o modelo de financiamento dessas organizações se fundamenta no recebimento de doações oriundas de indivíduos e de outras organizações, que são as empresas, fundações, órgãos estatais nos três âmbitos, organismos bi e multilaterais e agências internacionais de cooperação (ABONG, 2002).

A prática de buscar por recursos junto a esses diversos atores é chamada, no meio das ONGs, de “captação de recursos” e corresponde, grosso modo, à elaboração de projetos e sua submissão na busca de financiamentos. Na procura pela superação das dificuldades de financiamento muitas ONGs vêm promovendo formas alternativas de obtenção de recursos, dentre as quais, destaca-se a opção pela formação das OSCIPs²⁹, cujo formato jurídico permite a prática de geração de recursos próprios por meio de atividades de produção e/ou comercialização de produtos e serviços. Tais atividades são bem distintas das técnicas de captação de recursos, já que não se buscam doações com os diversos atores, mas, sim, *superávits* oriundos de suas atividades produtivas e comerciais. Todavia, constata-se que tais empreendimentos são tratados, tanto no campo das ONGs quanto na maior parte dos poucos estudos acadêmicos encontrados, de forma apologética, ressaltando as suas vantagens, como: “maximização da autonomia institucional, estabilidade e independência financeira, geração de empregos, fortalecimento de vínculos com doadores, dentre outros” (FRANCO; PEREIRA; SARTORI, 2003). No geral, tais atividades são tidas como uma estratégia tão importante para as ONGs que são consideradas como responsáveis pela sua auto-sustentabilidade.

Segundo Pinheiro (2004), quando se trata de sustentabilidade de ONGs, apesar da devida importância dada à dimensão financeira, a qual é inclusive necessária para a compreensão de fontes de recursos, “otimização” de gastos e operacionalização de suas atividades, deve-se entender que essa dimensão se encontra inserida em outra mais abrangente e importante: a “dimensão social”. Tal dimensão é entendida por esse autor como as relações

²⁹ Nesse sentido, é importante ressaltar que as ONGs, com o surgimento das novas leis que regulamentam os sistemas de microcrédito, criaram novos sujeitos jurídicos, os quais se subtemem como entidades parceiras. São as OSCIPs – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. De acordo com a lei, sob esse novo formato, as organizações podem realizar os empréstimos com taxas de juros mais aproximadas das operadas pelas instituições de crédito. Essa regulamentação específica para as OSCIPs acontece em 1999, por meio de decreto presidencial do então presidente Fernando Henrique Cardoso (BURITY, 2006, p.75 – 80).

que a organização possui com os diversos atores sociais (organizações estatais, mercantis e sociedade), as quais se fundamentam na “dádiva”³⁰.

Essa compreensão nos fala do caráter indissociável, entre a dimensão financeira, e a dimensão social já que esta “é construída a partir do momento em que pessoas estão dispostas a doar, considerando-se, assim, a dádiva como elemento social fundamental para a busca de recursos” (id. 2004 p. 51). Para esse autor, quando uma ONG não possui uma real preocupação com os meios de captação de recursos, entendido como as relações sociais que ela possui com demais atores, preocupando-se unicamente com os resultados financeiros dessa captação, acaba-se por obter “números inertes, inexpressivos, e de curta duração, servindo apenas para a subsistência momentânea” (PINHEIRO 2004, p. 49-50). Pinheiro também ressalta que, além da dimensão social, há a dimensão técnica concebida, como um aparato de gestão, cuja finalidade é subsidiar a dimensão social, verdadeira base de sustentação das ONGs.

Vinculando essas considerações com a Visão Mundial e com o universo das suas relações sociais, criadas a partir da captação de recursos, encontro alguns aspectos concernentes à questão da sua sustentabilidade, para nossa apreciação: o viés religioso, o sistema de apadrinhamento e a parceria com as igrejas evangélicas, são algumas das formas como a organização estabelece sua rede de relações.

Vimos que os protestantes que aqui chegaram, aportaram com a idéia missionária, e trouxeram consigo suas “dádivas” (escola, hospital e igreja). Este “pacote missiológico” (grifo meu) condensa as principais representações das experiências exitosas da ética protestante (Weber, 2003) no hemisfério norte. Essas “dádivas”, ao circularem aperfeiçoam uma série de valores, idéias e conceitos, os quais aqui uso metaforicamente, como representando verdadeiros “totens” estratégicos. Dessa maneira, a ONG elabora um “fazer” específico e circula o substrato que compreende sua habilidade para a captação de recursos, estabelecendo uma forma de “contrato e de troca” (MAUSS, 2003).

A particularidade do fator religioso me leva a considerar que, o vínculo pelo qual, os cristãos se dizem ligados e comprometidos uns com os outros é o vínculo da “comunhão cristã” (grifo meu). Este termo, de forte conteúdo simbólico e projetivo, motiva comportamentos, estilos de vida, trocas e atitudes entre interesses individuais e coletivos. Por exemplo: quando uma pessoa decide tornar-se um doador por meio da proposta da Visão

³⁰ Estarei usando o conceito antropológico da dádiva desenvolvido por Marcel Mauss (2003).

Mundial, ela considera identificar-se, entre outros fatores, aos valores que estão representados pela religião. O fator religioso e a construção das idéias sobre a prática social geram desdobramentos específicos na formação das representações que estão presentes nos programas, nos quais estão inseridas as noções de trabalho, família, dinheiro, cultura, ambiente e os demais gêneros que dimensionam e consolidam os objetivos nas áreas onde atuam. Doadores e parceiros das ONGs respondem e atuam com base na identificação recíproca de valores e objetivos das organizações (PINHEIRO, 2004).

Essa dimensão social criada pelas relações da organização com seus doadores e parceiros e os conceitos da sociologia econômica de Karl Polanyi (1980), tendo como principal foco os princípios definidos por ele para a “concepção substantiva da economia”, entendo que, ao referir-se à sustentabilidade social da Visão Mundial, as categorias “redistribuição, troca mercantil e reciprocidade”, associadas e relacionadas entre si, possibilitam a execução da missão organizacional e o enraizamento dos seus princípios e valores na sociedade.

Nesse sentido, cito Tacilla Santos (2005) e seus estudos sobre o Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS da Bahia, GAPA-BA. A autora afirma que a simples sobrevivência da organização, apesar de necessária, não é suficiente para considerá-la sustentável, devendo esta, também, cumprir sua missão e ter a sociedade como aliada. As dimensões da sustentabilidade indicadas pela autora são a “cognitiva, a econômica, a social, a política e a técnica”, as quais se encontram inter-relacionadas e interdependentes. A dimensão cognitiva refere-se aos “saberes produzidos e sistematizados no âmbito da organização, os quais podem ser encontrados nos saberes para a sistematização das práticas, [n] a memória das OSCs, [n] os saberes populares e comunitários, [n] o rompimento das hierarquias com outras formas de saber, dentre outros” (SANTOS, 2005, p.98).

O reconhecimento da organização como ator social de confiança pelos seus parceiros e sua posição deve ser compreendida a partir de uma concepção ampliada e plural da economia. Para isto, a autora utiliza e adapta conceitos construídos por França Filho e Laville³¹ (2004), os quais visam analisar organizações de economia solidária.

³¹ Genauto França Filho é professor da Universidade Federal da Bahia a quem tive o prazer de ouvir em uma conferência, por ocasião do mapeamento sobre Economia Solidária promovido pela SENAES, Secretaria Nacional de Economia Solidária que se iniciou no final de 2003. Aqui no Ceará, o mapeamento foi coordenado pelo professor Aécio Alves de Oliveira, professor adjunto da UFC (informação verbal da própria autora).

Jean-Louis Laville, Sociólogo e economista, ele pesquisador e Director de Pesquisa do CNRS. Atualmente, é professor Titular da cátedra “Relations de Service” e pesquisador no LISE - CNRS - CNAM (França). É coordenador para a Europa do “Karl Polanyi Institute”. No Brasil, dirige, com Antonio David

França Filho e Laville, inspirados na noção plural do comportamento econômico elaborada por Polanyi (1980), indicam que, na atualidade, a teoria econômica se reduz ao estudo quase exclusivo do princípio mercantil, excluindo outros princípios fundamentais constituintes da economia real: o da “reciprocidade, da domesticidade e da redistribuição”. Assim, a partir da reorganização desses quatro princípios e adequando-os à comunidade política moderna, França Filho e Laville identificam três economias: a mercantil (fundada pelo princípio do mercado auto regulado), a não mercantil (fundada pelo princípio da redistribuição) e a não monetária (fundada pelo princípio da reciprocidade e da domesticidade). A partir dessa idéia, Santos sugere, então, compreender a dimensão econômica das ONGs segundo três critérios: “mercantil”, “monetário, mas não mercantil” e “não monetário”. O critério mercantil refere-se às relações estabelecidas com o mercado, nas quais se geram recursos monetários pela comercialização/produção de produtos e serviços. O monetário, mas não mercantil, indica financiamentos para projetos ou planos institucionais oriundos de empresas, Estado, fundações, agências de cooperação internacional, indivíduos, entre outros. E, por fim, o critério, não monetário, diz respeito às riquezas não financeiras adquiridas pela ONG, como o trabalho de voluntários atuando na Organização; os serviços realizados gratuitamente por indivíduos e organizações; e os bens materiais recebidos. A dimensão social, para Santos, relaciona-se mais com a sustentabilidade do projeto social defendido pela ONG, do que com a ONG propriamente dita. Para a autora, a sustentabilidade de uma ONG possui uma relação indissociável à sustentabilidade do seu projeto.

A autora justifica que, apesar de sua pesquisa não se propor a definir se a ONG analisada atende, ou não, aos princípios da economia solidária, o modelo analítico proposto por França Filho e Laville (2004) é aplicável para a avaliação da dimensão econômica das ONGs por abordar a economia numa perspectiva ampliada.

De acordo com o modelo analítico de França e Laville (2004), organizei os programas, receitas e recursos da Visão Mundial.

Mercantil: recursos do microcrédito coordenados pela Agência Nacional de Desenvolvimento Microempresarial, ANDE.

Os programas de microcrédito da Visão Mundial começaram em 1995, com o chamado PDE, Programa de Desenvolvimento Econômico, que posteriormente seria

substituído pelo Promicro, Programa de Microcrédito. Em Junho de 2004, a Visão Mundial extinguiu o programa para dar início às atividades da ANDE. A organização, qualificada como OSCIP³², Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, trabalha com uma metodologia denominada de “microcrédito produtivo orientado” que se propõe a garantir acompanhamento e orientação de um agente de crédito aos empreendedores, independentemente do tipo de produto ou serviço que ele acesse na organização – Banco Comunitário, Grupo Solidário ou Crédito Individual.

A OSCIP atua em sete estados do Brasil e 161 municípios brasileiros. – Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, por meio de oito filiais nas cidades de Maceió-AL, Salvador-BA, Fortaleza-CE, Montes Claros-MG, Sete Lagoas-MG, João Pessoa-PB, Recife-PE e Mossoró-RN. Cada sucursal possui em média três postos de “atendimento avançado”, totalizando vinte e quatro.

Os “produtos e serviços” de microcrédito se repartem em: “Banco Comunitário”, um sistema formado entre 10 e 25 pessoas de baixa renda e que não possam ter outra forma de acesso ao crédito. O grupo é organizado e treinado pelo agente de crédito com objetivo de tornar-se auto-administrável e sustentável. O empréstimo a ser obtido pode chegar até R\$ 3.000,00 por integrante. Dezesesseis por cento (16%) da “carteira” da ANDE é composta por beneficiados que utilizam esse produto; “Grupo Solidário”: consiste em um grupo de pessoas que se avalizam. São empreendedores que individualmente não conseguiriam obter o crédito. É o produto mais acessado da ANDE, com 71% da carteira da organização. Para formar um grupo solidário é necessário um grupo de três a sete pessoas e o valor disponibilizado pela ANDE, dependendo da necessidade de cada beneficiado, pode ser de até R\$ 7.000,00; “Crédito Individual” é um produto indicado para micro-empresários já estruturados que procuram o empréstimo para obter capital de giro ou fazer investimentos no negócio. Para conseguir o montante, o beneficiado deve possuir um avalista. A maioria das pessoas que optam por fazer uso desse produto são beneficiários que iniciaram em outras metodologias e já tem uma atividade maior para administrar. O valor obtido pode chegar até a R\$10.000,00,

³² A agência de microcrédito, ANDE não consiste apenas em ser apenas um programa operativo da Visão Mundial. Sua categoria e formato jurídico como OSCIP é de organização independente, no entanto, atua como organização parceira da ONG.

Em consonância com a nota explicativa (p.50, nota 29), no chamado “terceiro setor da economia”, no âmbito creditício, as entidades responsáveis pelo fomento destes recursos são as OSCIPs – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. As taxas de juros cobradas pelas ONGs podem chegar a alcançar o limite de 12% por ano. As taxas de juros praticadas pelas OSCIPs pertencem à categoria de ‘Juros Livres’. Conf. no site www.auditoria.mg.gov.br

de acordo com a necessidade. Treze por cento (13%) dos beneficiados da ANDE usam esse tipo de serviço.

Monetária, mas não mercantil: fundos governamentais, multilaterais e das empresas, Fundações e Institutos Empresariais³³.

No que se refere a doações empresarias, cabe ressaltar que, segundo a pesquisa do IPEA, Instituto de Pesquisas e Estudos Econômicos, as doações empresariais têm sido pouco influenciadas pela política de benefícios tributários - das empresas que atuaram no social, somente 2% fizeram uso dos incentivos. Assim, a Pesquisa conclui que o “envolvimento social do setor privado ocorre independentemente do Estado: trata-se de uma forma de intervenção das próprias empresas que não reconhecem influências do governo no processo de sua atuação” (IPEA, 2006, p.18).

As motivações de cunho filantrópico levam as empresas a financiarem mais atividades assistenciais do que as politizadas, típicas de ONGs. Como demonstra a pesquisa realizada pelo IPEA (2006), entre os principais tipos de ações apoiadas pelas empresas, encontram-se: alimentação e abastecimento (52%); assistência social (41%); saúde (24%); educação/alfabetização (23%); lazer e recreação (19%); desenvolvimento comunitário e mobilização social (18%); esporte (15%); qualificação profissional (14%); cultura (13%); segurança (7%); e meio ambiente (7%).

Quanto aos órgãos Estatais Federais, Estaduais e Municipais, assim como as doações individuais e empresariais, verifica-se que a ajuda do Estado brasileiro destinada às OSCs tem, ao longo de sua história, como marca principal, a predileção em apoiar atividades assistenciais, de preferência àquelas que complementam a atuação estatal.

As Organizações Multilaterais e Bilaterais são concernentes a “Ajuda Oficial ao Desenvolvimento”, (AOD). Seguindo a definição do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD)³⁴, se considera Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) a transferência de recursos

³³ Fundação é um tipo de pessoa jurídica de direito privado que surge de uma dotação especial de bens livres destinados, por um instituidor, a uma finalidade específica. Já Instituto não designa personalidade jurídica, sendo apenas um nome genérico utilizado tanto por fundações como associações (estas, sim, são tipos de pessoas jurídicas de direito privado). As Fundações e Institutos Empresariais são organizações criadas por iniciativa de empresas, no geral, grandes empresas, com a finalidade de realizar ações sociais. Essas organizações, em sua maioria, ainda possuem vínculos, tanto financeiro como gerenciais, com as empresas que lhe deram origem. Devido ao forte vínculo, as doações advindas de Fundações e Institutos Empresariais estão inclusas no universo maior das doações empresariais contempladas neste tópico.

³⁴ O Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) é o “braço” principal pelo qual a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, ou OECD em inglês) age no que se refere a assuntos relacionados à cooperação com países em desenvolvimento. A OCDE, por sua vez, é uma organização internacional e intergovernamental que agrupa os países mais industrializados da economia do mercado e que

de origem pública, entregue diretamente ou por meio das instituições multilaterais, em favor dos países em desenvolvimento (PED)³⁵, sempre que se cumpram duas condições: primeiro, que se tenha como objetivo principal a promoção do desenvolvimento econômico e o bem-estar dos países receptores, o que não exclui a possibilidade de existir outros objetivos secundários, mais ou menos importantes, explícitos ou implícitos, como a promoção comercial. Segundo, que se conceda, em termos financeiros, uma concessionalidade³⁶ mínima entre 35% e 50% (IGLESIA-CARUNCHO, 2005). Assim, são consideradas AOD as doações (incluindo o perdão de dívidas) e os empréstimos que alcancem o elemento mínimo de concessionalidade mencionado. Os fluxos financeiros que exercem os mesmos objetivos da AOD, mas que não alcançam o seu grau de concessionalidade é conhecido como “Financiamento Oficial para o Desenvolvimento” (FOD). Formam parte deste, principalmente, os créditos de governo a governo em condições de mercado (entre eles os créditos oficiais a exportação), determinados investimento de procedência pública e operações de reestruturação da dívida em termos de não concessionalidade (id. 2005).

Não monetária: doações voluntárias nacionais ou internacionais que se originam basicamente de doações voluntárias individuais, por meio do sistema de apadrinhamento. Na receita Visão Mundial elas representam 22% das doações locais e 76% em doações do exterior.

Segundo a pesquisa, “Doações e Trabalho Voluntário no Brasil”³⁷, 50% dos brasileiros fazem doações em dinheiro ou bens para instituições. Em 1998, estimava-se que

possui como objetivos: “realizar a maior expansão possível da economia, do emprego e do progresso da qualidade de vida dos países membros, mantendo a estabilidade financeira e contribuindo assim com o desenvolvimento da economia mundial; contribuir com uma expansão econômica saudável nos países membros, assim como nos países não membros; favorecer a expansão do comércio mundial sobre uma base multilateral e não discriminatória, conforme as obrigações internacionais”. Conf. no site www.cgu.gov.br/ocde/sobre/index.asp

³⁵ O Banco Mundial classifica os países em desenvolvimento suscetíveis de receber AOD em três grupos: 1) “Low Income Countries” (LIC), ou países de baixa renda, que são aqueles cujo PNB per capita não alcançava, em 2003, os 746 dólares. 2) “Lower Middle-Income Countries” (LMIC), ou países de renda média-baixa, que são aqueles cujo PNB per capita se situava, em 2003, entre 746 e 2.975 dólares; 3) e por último, os “Upper Middle Income Countries” (UMIC), ou países de renda média-alta, que são os que possuíam, em 2003, entre 2.975 e 9.205 dólares de PNB per capita (SANTISO, 2006).

³⁶ A concessionalidade é calculada pela diferença entre o nominal de um empréstimo e o valor atual do fluxo da amortização, utilizando as condições de carência e prazo do mesmo e uma taxa de desconto fixada para cada moeda, segundo metodologia da OCDE. A concessionalidade flutua entre 100%, no caso de uma doação, e 0%, no empréstimo em condições de mercado. O cálculo sobre como se alcança a concessionalidade mínima está referida, portanto, às condições concretas do mercado de capitais em cada momento ou período preciso.

³⁷ Considerando-se o total do volume de recursos doados, 50% vão para as instituições religiosas (igrejas, paróquias, locais de culto – por meios das quais se fazem também trabalhos sociais) e 46% para as de assistência social (consideradas como tal instituições dedicadas a práticas assistenciais diversas como creches, abrigos orfanatos, atendimento a população que vive na rua etc.). Apenas 2,8% da quantidade doada destinam-se a outras instituições (de saúde, educação, defesa de direitos, ação comunitária). Essa pesquisa, coordenada por

44.200.000 pessoas fizeram alguma doação para uma ou mais instituições, no Brasil. Somando o que foi declarado pelos que doaram dinheiro, chegaram-se, em 1998, R\$1.703.000.000,00 em doações, um valor médio de R\$158,00 por pessoa/ano (NOVAES, 2009). Contudo, apesar de expressiva, verifica-se, que o peso das doações individuais no total orçamentário das ONGs filiadas à ABONG é percentualmente baixo: em 2003, o valor das doações individuais representou pouco mais de 1% do orçamento total dessas organizações. Tal situação é compreensível se for considerado o tipo de instituições para as quais são feitas as doações individuais no Brasil. Estes dados demonstram que, no perfil de doação dos brasileiros, há uma predileção pelas atividades de cunho religioso e filantrópico, ao invés das atividades politizadas, típicas das ONGs.

Os relatórios financeiros nos indicam a relevância que o sistema de apadrinhamento confere para a Visão Mundial com relação à sustentabilidade dos seus programas. Essa informação também reflete como a organização produz seu circuito de relacionamento com a sociedade, criando motivações de múltiplas naturezas: caridade, solidariedade, confiança e transparência. Segundo Conrado (2003), não é de hoje, que no universo das agências protestantes o voluntariado é algo forte e expressivo. Com isso o autor se refere à importância de refletir sobre as potencialidades dessa forma de doação. No mundo das agências não governamentais existem formas de articulação e formação de solidariedades que se dão em conjunturas informais e que, portanto, não podem ser formalmente contabilizadas. Segundo Rubem Cesar Fernandes (1994), essas articulações poderiam ser interpretadas em análises que busquem decifrar as conexões com o “fato social total” (MAUSS, 2003), onde a dinâmica de ajuda mútua estaria relacionada ao “espírito da dádiva” presente nas obras de caridade e outras formas de expressão da religiosidade.

Desse modo, entendo que para conhecer as iniciativas da Visão Mundial é preciso distinguir como funciona o sistema de apadrinhamento, e quais os mecanismos que orientam sua dinâmica. Portanto a seguir, demonstramos as receitas operacionais e a arrecadação relativa aos recursos captados pela Visão Mundial no Brasil no ano fiscal 2007.

Leilah Landim e Maria Celi Scalon, consistiu em um *survey* realizado a partir de uma amostra estratificada e representativa da população brasileira, contando com um total de 1.200 entrevistas em domicílios (NOVAES, 2009).

*Quadro 01-Receitas Operacionais ano /2007/Visão Mundial Brasil

Doações do Exterior: R\$25.508.512
Doações Locais: R\$7.483.195
Receitas Financeiras: R\$216.862
Receitas de Microcrédito: R\$455.58

*Quadro 02-Demonstrativo dos Fundos Locais ano/ 2007/Visão Mundial Brasil

Apadrinhamento: R\$3.354.553 3.189.755
Empresas: R\$275.367 86.311
Fundos Multilaterais: R\$1.470.053 452.344
Fundos Governamentais: R\$1.602.601 1.892.520
Outras Receitas: R\$781.219 725.321
TOTAIS: R\$7.483.793 6.346.251

*Fonte: Relatório da Visão Mundial Brasil relativo ao ano fiscal 2007 / 2008.

1.4 O Sistema de Apadrinhamento

O conceito do sistema do apadrinhamento de crianças empregado pela organização Visão Mundial tem sua origem no significado atribuído ao ato de apadrinhar, por Bob Pierce, logo no início da organização em 1953: “Uma forma de superar a pobreza agindo nas causas-raiz do problema” (Relatório 50 anos, 2008, p.6). Ao caracterizar, desse modo seu apelo ou *caling*³⁸, a Visão Mundial criou disposições, símbolos, linguagens e dinâmicas que irão delinear sua afinidade com os doadores. Com a finalidade de tecer a análise sobre a lógica desse sistema, primeiramente, irei descrever como ele interage com o doador na constituição do regulamento de participação.

Conforme documentos examinado, o programa de apadrinhamento vem ao longo do tempo, assumindo novos formatos para interagir e dialogar com seus cooperadores. Em cada processo de renovação, suas representações tendem a projetar aquilo que se considera

³⁸ *Caling*, um termo em inglês que pode significar chamar e ou apelar. Em algumas denominações do protestantismo, esse termo é usado para definir o ato de convidar as pessoas a se “converterem aos valores do evangelho”. Durante os “cultos” e “serviços religiosos”, após a exposição do sermão é feito um apelo para que as pessoas “aceitem a Jesus”. Nesse sentido, destaco aqui, o modo como a Visão Mundial “apela” ao doador por meio do sistema de apadrinhamento.

apropriado, a fim de criar condições de sustentabilidade nas relações com os doadores. Recentemente, houve a substituição do termo “padrinho” por “patrocinador” (*sponsor chip* em inglês)³⁹. Ao indagar sobre esta decisão, a resposta obtida foi que a opção pelo termo patrocinador se aproxima melhor da dinâmica atual do sistema de apadrinhamento, inclusive, na perspectiva dos escritórios internacionais. Também foram citados outros motivos relativos a críticas de agências parceiras, que assinalaram para o conteúdo “assistencialista, protecionista e ambíguo” projetado pelo uso do termo padrinho⁴⁰. Parafraseando Abreu (2002, p.147), o que vemos acontecer neste episódio são ações orientadas pela “imposição de um significado legítimo”, onde os agentes lutam “atrás de suas novas redes de significados”.

Para aderir ao programa, o proponente a tornar-se padrinho deve observar uma série de critérios que atuam como um protocolo, onde são criados os mecanismos de participação.

Do ponto de vista da Visão Mundial, os beneficiados, são, na maioria, as crianças mais vulneráveis ao contexto social de cada região e suas famílias — essas são prioridade na hora das inscrições. As famílias são consultadas se querem fazer parte do programa de apadrinhamento e sempre são expostos os objetivos, como também, os benefícios que irão receber e o compromisso que estão assumindo. Cada criança inscrita no programa é vista (fisicamente) pelo menos uma vez a cada três meses por uma pessoa responsável perante a Visão Mundial. A situação da criança é observada e são mantidos registros sobre seu estado no “escritório de projetos”. É o chamado “monitoramento da participação contínua das crianças”. Todas as medidas necessárias são tomadas de acordo com as informações colhidas, sempre, dentro das convenções do programa, segundo a ONG, visando o melhor atendimento às crianças inscritas no apadrinhamento.

Com relação àqueles que desejam tornar-se padrinhos, as contribuições monetárias são regulamentadas a partir de uma taxa estipulada no valor mínimo de quarenta reais (R\$ 40.00)⁴¹, não havendo limite para aqueles que desejarem cooperar com valores acima deste. Segundo declarações, o valor de R\$ 40.00, na compreensão da ONG, é uma forma de estimular o espírito cooperativo e assim promover a oportunidade de ampliar o número de pessoas que possam e queiram envolver-se com o programa. O dinheiro da contribuição não é

³⁹ Decidi seguir mantendo o termo padrinho/madrinha neste trabalho por motivos semânticos. Ao conferirmos o site da Visão Mundial, vamos observar que ali se utiliza os dois termos e que irão variar de acordo com o contexto. Portanto, me senti a vontade em prosseguir com a mesma terminologia com a qual iniciei a produção do texto.

⁴⁰ Informação verbal em entrevista com gerência da ONG.

⁴¹ Consta no site da Visão Mundial que o valor mínimo é R\$ 20.00. Houve um erro de digitação (informação verbal-08007070 374).

enviado diretamente para a criança ou sua família. Além do mais, as atividades dos projetos, tais como educação, nutrição, saúde, desenvolvimento econômico e comunitário, capacitação profissional, entre outros, são financiados com a contribuição recebida pelos doadores, ou seja, a criança receberá benefícios e não o dinheiro em si. O recurso ingressa, primeiro, no caixa do escritório regional, localizado em Recife, sendo repassado para uma conta local em nome dos diretores dos conveniados, sejam conselhos ou associações.

A relação de apadrinhamento inclui também, a possibilidade de os padrinhos possam se comunicar por meio de uma área virtual exclusiva: *vmb_atendimento@wvi.br*, onde os mesmos poderão interagir com a organização, enviar cartas/email para o seu afilhado (a) e obter informações. Também esta correspondência pode ser feita via correio para Caixa Postal 6288, Recife-Pernambuco, CEP 52041-010 ou pelo número 08007070 374.

Não obstante, existem regras específicas que a ONG estabelece como medidas preventivas visando manter o equilíbrio entre ambas as partes. Por exemplo: não é permitido que os padrinhos levem as crianças para suas casas em nenhum momento tendo em vista não criar expectativas distorcidas entre a realidade do padrinho e a da criança. Por outro lado, as visitas ao projeto são permitidas e incentivadas quando houver interesse. O número de crianças apadrinhadas é uma escolha individual.

Durante a pesquisa documental encontrei que muitos padrinhos preferem apadrinhar crianças que têm a mesma faixa etária de seus filhos e, geralmente vêm no programa uma oportunidade de desenvolver valores morais no interior de sua própria família.

1.4.1 *Marketing* e Apadrinhamento

O item aqui desenvolvido tem por base a pesquisa “Marketing de Relacionamento, Trocas Sociais e Identidade Saliente: Construção de um Modelo no Terceiro Setor”⁴² que analisou, por amostragem, o grau de lealdade dos padrinhos da Visão Mundial, sob a perspectiva integrativa dos princípios de *marketing* de relacionamento. Alguns resultados encontrados apontam questões que trago para a reflexão no presente trabalho. Ainda que os modelos teóricos adotados nesta pesquisa utilizem conceitos de administração e de *marketing* empresarial, creio que os mesmos podem ser avaliados para reforçar a importância da

⁴² “Marketing de Relacionamento, Trocas Sociais e Identidade Saliente”: Construção de um Modelo no Terceiro Setor. Conf. pesquisa completa no site www.anpad.org.br/evento.php

abordagem sobre o sistema de apadrinhamento a partir do conceito da dádiva (MAUSS, 2003).

Dentro do corpo teórico do marketing há um construto conhecido por “Identidade Saliente” (HENNIG-THURAU, GWINNER e GREMLER, 2002), o qual funciona como um termômetro para medir a relação do padrinho com a organização. Quais são os motivos que levam o padrinho a escolher associar-se a uma determinada ONG e até que ponto, essa escolha pode expressar alguns aspectos subjetivos do padrinho?

Por meio da “Identidade Saliente”, a pesquisa se propõe compreender, como o padrinho compartilha a ideologia e filosofia da organização, desempenhando adequadamente comportamentos que estejam associados a estes e como isto influencia sua satisfação e comprometimento com a ONG. Os resultados, segundo os autores da pesquisa, confirmaram várias expectativas e apontam para a elevada importância da identidade entre cliente e empresa para sua satisfação e comprometimento.

A metodologia que caracteriza a pesquisa de *marketing* e relacionamento é descrita como uma pesquisa quantitativa, de caráter conclusivo descritivo, implementado por meio de um levantamento ou amostragem (*survey*).

A organização Visão Mundial foi a unidade de análise enquanto as unidades de observação foram doadores, pessoas físicas, do seu programa de apadrinhamento de crianças.

A coleta de dados foi feita por meio de um questionário estruturado direto, enviado pelos correios para três mil, trezentos e setenta e oito (3378) padrinhos e o procedimento de amostragem foi sistemático (probabilístico), pois foram pesquisados doadores que tinham matrícula de número ímpar. Junto com o questionário foi enviada uma carta de apresentação e envelope selado, além da oferta de R\$1.00 por questionário respondido, com vistas a auxiliar o processo de resposta à pesquisa. De um total de 3378 questionários enviados obtiveram-se oitocentos e onze (811) respostas.

A elaboração do questionário da pesquisa optou por orientar as perguntas ao padrinho destacando o significado que ele atribui à sua própria imagem e como se sente ao contribuir. Mais como beneficiado que como beneficiário.

Benefícios de Confiança; O padrinho confia na ONG Visão Mundial ressaltando a importância do apelo moral religioso;

Benefícios Sociais I e II: O padrinho se vê como pessoa generosa quando desenvolve sentimentos de bondade, de prazer, de orgulho e solidariedade por ajudar a causas humanitárias; O padrinho se vê importante: entende a importância de sua participação no

programa de apadrinhamento humanitário como uma forma de reduzir as desigualdades sociais.

Benefícios Pessoais e Comprometimento: O padrinho se sente recompensado e existe um retorno do seu investimento por meio dos resultados informados pela ONG;

Benefícios de Tratamento Especial e Satisfação: O padrinho se sente “cliente vip” quando priorizado pela ONG por promover o bem social;

Benefícios Funcionais e Lealdade: O padrinho se sente satisfeito com o destino que a ONG dá a sua contribuição e se esforça para manter sua relação com o programa da ONG;

Identidade Saliente: O padrinho se identifica com a ONG e existe uma congruência entre o auto-conceito do padrinho, as atividades filantrópicas e a ONG pesquisada;

Comunicação *Boca a Boca*: O padrinho se vê como o “garoto propaganda” quando é considerado como o melhor instrumento de marketing da ONG. Ao sentir-se beneficiado, socializa com outros sua participação e satisfação.

Conforme já expus, a Visão Mundial se caracteriza pelo apelo religioso. Esse elemento possui um “capital simbólico” (BOURDIEU, 2003) muito forte, com capacidade de estimular e apelar a outros sentidos do padrinho. Por exemplo: quando o padrinho recebe regularmente uma cartinha do seu afilhado, este é sem dúvida, um momento onde está presente a troca espiritual entre padrinho e o afilhado. A imagem que o padrinho⁴³ constrói sobre si mesmo nesta relação de troca irá influenciar seus interesses e ações, assim como, seus posicionamentos com relação ao programa de apadrinhamento da ONG.

Mudando de assunto, ontem recebi a documentação da Visão Mundial, porque eu agora vou apadrinhar uma criança. Recebi a foto da criança, com seu nome, o que gosta de fazer, idade, cidade onde mora. Também me foi enviado um manual do apadrinhador, mais uma carta da Visão Mundial e outros papéis, a maioria para me orientar acerca do que é apadrinhar uma criança de como trabalha a ONG. Pode parecer besteira, mas fiquei emocionada. Porque eu sei, primeiro, que o trabalho da Visão Mundial é sério e limpo. Ouço falar da ONG há muitos anos, por diferentes fontes e canais, e pelo que sempre ouvi e vi eu sei que a criança vai realmente receber, em forma de ajuda nutricional, escolar, médica e social, por meio da ONG, o dinheiro que todo mês eu vou enviar. É uma criança do Nordeste, isso me emociona também, e foi a única coisa que eu "escolhi", quando me perguntaram se eu tinha alguma preferência para apadrinhar (idade, sexo etc.). Eu disse que queria apadrinhar uma criança do Nordeste, e quanto às outras definições, não fazia questão de especificar mais nada. Quando vi a foto, era como se ganhasse, ali, um filho. Um filho que vou ajudar à distância, com míseros R\$ 40,00 por mês, mas que farão diferença para aquele ser humano que começa a se desenvolver, e que infelizmente começou na pobreza. A Visão Mundial vai me enviar, de modo regular, relatórios sobre a criança de que sou madrinha, e vou sempre poder acompanhar seu progresso em diferentes áreas (MA).

⁴³ Note-se que as declarações autorizadas que constam aqui são todas de madrinhas e não de padrinhos.

Sou grata a Deus, em primeiro lugar, pelas bênçãos recebidas, entre elas a oportunidade de apadrinhar a Aila Miele. Pude conhecer a Aila, e a expectativa e alegria foram mútuas. Ela é muito simpática e comunicativa, seus irmãos são muito brincalhões. Até uma vizinha ficou “de tocaia” para conhecer-me. Isso prova o interesse dos afilhados pelos padrinhos. Essa relação entre padrinhos e afilhados deve ir além das cartinhas e presentes, porque é gratificante e motivo de alegria para ambos. Essa troca de carinho é fundamental para qualquer ser humano. Conhecer a Aila foi uma das boas experiências que já tive. Vou guardar no meu coração. Muito bom também foi conhecer o escritório da Visão Mundial, o projeto e os funcionários. Paulo os ensinou que a tudo devemos dar graças. Finalizo dando graças ao Pai por essa oportunidade maravilhosa preciosa para mim. Deus abençoe o trabalho da Visão Mundial e de todos aqueles envolvidos: crianças, padrinhos, funcionários e colaboradores (MA).

Eu virei uma "madrinha", por meio da Visão Mundial, e minha vida já ficou mais bonita. Esses R\$ 40,00 vão ajudar mais a mim mesma que à criança, acabei entendendo, ontem, na minha cama, enquanto lia os documentos que havia recebido. E agradeço a Deus por essa alegria, por esse privilégio. Porque essa é uma coisa boa que acontece na minha vida, agora (MA).

Carta de Fortaleza, janeiro de 2008

Que saudades!

Amei o presente! É minha boneca preferida. Como passou de festas? Espero que tenha passado bem, pois o meu Natal e Ano Novo foram ótimos e a minha festinha do ABC foi um sonho. Quando minhas fotos chegarem, te mando uma e também estou na espera de uma sua. Beijinhos!!! Felicidades, que Deus te abençoe e muito obrigada por tudo, madrinha (CA).

Carta de Natal, outubro de 2008

Querida madrinha Abigail, como vai?

Comigo e minha família vai tudo bem. Espero que a senhora e os seus estejam na santa paz de Deus. Fiquei muito feliz em saber que os seus filhos iam casar. Desejo muitas felicidades para eles. Tomara que tenha corrido tudo bem e que tenha apreciado este momento tão feliz. Eu estou bem, estudando muito, brincando e divertindo com meus colegas. Quando chegar o final do ano, quero ter a alegria de compartilhar com a senhora o bom desempenho na escola. Que Deus abençoe e derrame muitas graças (CA).

Carta de Recife, dezembro de 2008

Oi, madrinha Elda, tudo bom?

Comigo estou bem e feliz em ter notícias suas. Quero te agradecer o CD e o cartão que a senhora me mandou. Passei de ano e estou de férias, mas já quero que comecem logo as aulas para conhecer minha classe e os novos colegas. Vou terminar, mas quero te desejar um 2009 muito feliz, não só para você, mas a todos da sua família. Beijinhos (CA).

Existem diversas maneiras de analisar o ponto de vista da Visão Mundial com relação aos critérios estabelecidos com os beneficiados e padrinhos, situando cada um deles no contexto do apadrinhamento. Como se nota nos termos da correspondência entre padrinhos e

afilhados, a dádiva atrai um campo de símbolos e situações que nos ajudam a ir desvendando os significados do apadrinhamento. A posição que o padrinho/ (a) afilhado/ (a) cumpre para o programa, vai muito além da sua contribuição em dinheiro, especificamente. Sua presença incorpora tanto os aspectos financeiros, como os símbolos morais/espirituais que conferem significado ao programa. A percepção que o padrinho tem sobre si mesmo, sobre a criança e vice-verso, nos permite conjecturar que, na relação entre padrinhos e afilhados, reside a força motriz das relações da Visão Mundial. Essa relação criada pela doação do padrinho cria um sistema de “dádivas e obrigações” (MAUSS, 2003).

O padrinho representa a figura do protetor protagonista do “dom”. Ele é portador da iniciativa, por meio da qual, a sociedade civil se mobiliza para o exercício das ações de solidariedade e de micro-políticas que buscam abarcar práticas não institucionalizadas como espaço doméstico de interação afetiva e comunicação de valores. Dentro do marco teórico do sistema de dádivas maussiano, o padrinho é o outro, onde os atores sociais se encontram. A conjunção entre os sujeitos “outros” da pesquisa e as trocas realizadas entre eles têm no caráter agonístico a constituição dos vínculos e alianças. Ao representar a figura do bem-feitor, o padrinho cria a expectativa de que o presente doado de forma aparentemente voluntária apareça dentro do sistema de trocas como uma obrigatoriedade. A “benção do padrinho”, expressa a força motora do movimento que faz com que a dádiva circule. Para a ONG, o padrinho é a fonte do recurso para que ela possa administrar sua ação com sustentabilidade. Para o afilhado, ele é o que promove e atende sua necessidade material. Portanto, o padrinho é portador de um sentido instituinte, onde estão presentes o desejo, a moral e as alianças entre os sujeitos.

As “dádivas” mediadas pela organização Visão Mundial, de acordo com sua declaração de “missão” e de “valores”, se apresentam como consequência extensiva da missão que “Deus confiou à organização”, no entanto, a dádiva, também, se encarrega de revelar as contradições existentes nesta relação. Vejamos a seguir uma parte da Declaração de Valores da Visão Mundial⁴⁴.

Os recursos à nossa disposição não nos pertencem. É uma espécie de depósito confiado por Deus à guarda dos doadores em benefício dos pobres. Somos leais ao propósito para o qual tais recursos foram concedidos, e os administramos de maneira a propiciarem o máximo de benefício aos pobres.

Falamos e agimos com honestidade. Somos realistas e transparentes em nosso trato com os doadores, com as comunidades dos projetos, com os governos,

⁴⁴ Conf. no site www.visaomundial.org.br/visaomundial/avisaomundial/avisaovalores

com o público em geral e uns com os outros. Empenhamo-nos em transmitir uma imagem pública em tudo conforme a realidade. Esforçamo-nos por sermos coerentes no que dizemos e fazemos.

Exigimos de nós mesmos elevados padrões de competência profissional e reconhecemos a necessidade de sermos responsáveis por meio de estruturas adequadas à consecução desses padrões. Compartilhamos nossa experiência e nossos conhecimentos com outras pessoas, quando isto lhes é útil.

Somos mordomos da criação de Deus. Cuidamos da terra e agimos de maneira que seja restaurada e protegido o ambiente. Garantimos que nossas atividades em prol do desenvolvimento.

Bourdieu, ao analisar a dádiva, observou que a ambigüidade é uma “propriedade geral” da economia da oferenda, na qual se transfigura em oblação de si a uma “entidade transcendente” (2003a, p.185). De um lado, há a experiência vivida como rejeição do interesse, ou do cálculo egoísta e, de outro lado, não exclui completamente a consciência da lógica da troca. Nesse sentido cito o autor quando diz: “A verdade da empresa religiosa é ter duas verdades: a verdade econômica e a verdade religiosa que é a recusa” (id. p.185). Seu modelo procura explicar a distância entre duas verdades, apresentando o que considera o intervalo temporal entre o dom e o contra-dom, no qual existe a possibilidade de ocultar a contradição entre a verdade vivida do dom como ato generoso, gratuito, sem retribuição, e a verdade que o modelo revela aquela “exibida pela análise” e que faz “parte da verdade das práticas em sua definição completa” (id. p.185). Bourdieu também aponta a construção de uma “economia do dom” que, longe do sentido estrito de troca mecanicista, apresenta uma recusa da maximização do lucro econômico (do cálculo material), porém, organizando-se para o acúmulo de capital simbólico (reconhecimento, nobreza, honra), que se dá na transformação das trocas materiais em trocas simbólicas (trocas de dons, palavras, mulheres, etc.). O cruzamento da teoria de Bourdieu com as práticas encontradas no sistema de apadrinhamento, e conseqüentemente do PDA, me conduz a focar algumas evidências.

Peculiar das religiões, as doações voluntárias, ofertas, ou, ainda, dádivas, ganham na leitura de Marcel Mauss (2003) a interpretação sobre a origem da “esmola” na perspectiva semita, (o mesmo que dizer, ocidental). O autor descreve o acontecimento encontrado entre os povos Haoussa do Sudão, quando estes tentam aplacar as epidemias de febre distribuindo trigo para os pobres, ou, em outro momento, por ocasião da visita das crianças às casas para receberem presentes e elogios durante a grande prece (Baban Salla). Para Mauss essa dádiva contém o principio da esmola, quando o presente introduz o caráter moral da desigualdade entre pessoas. “A esmola é fruto de uma noção moral da dádiva e da fortuna, de um lado, e de uma noção de sacrifício, do outro” (id, p.208).

Aproximando a teoria da esmola de Mauss com a doação que acontece no sistema de apadrinhamento, entendo que o apelo da ONG ao recurso financeiro, obtém resposta positiva, na medida em que o padrinho se percebe como superior, portanto, desigual e capaz de sacrificar-se distinguindo sua posição no campo das relações como aquele que pode oferecer a “esmola”, e simultaneamente, instituir os sentidos. Segundo Mauss, quem convoca e quem atende estabelece as “regras da generosidade: a troca estabelecida torna-se obrigatória” (id. p.208).

Tentando mapear os indícios das trocas, para descobrir quais os sentidos que o padrinho desperta nos outros sujeitos do programa, e, como ambos se vêem, a análise problematiza o processo de parcerias estabelecidas entre os agentes presentes no campo da pesquisa. Como será apresentado no próximo capítulo, outro olhar sobre o padrinho se constrói a partir da perspectiva dos Tapeba. A imagem pela qual cada um dos sujeitos se vê, pode apontar as possibilidades de desvendar, por meio dos saberes envolvidos no campo social, uma série de mudanças, ou, de “conservar um saber dominante” (BOURDIEU, 2003).

Outra possibilidade de leitura no que toca à pluralidade dos atores envolvidos no contexto do PDA, uma discussão em questão é pensada, e acontece, com a participação da sociedade civil e do Estado, na qual, a trama histórico-institucional está inserida com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA.

Ao tratar o tema das leis brasileiras sobre a adoção, Abreu (2002) salienta que o “o olhar do sociólogo” deve recair sobre o modo como as leis são instituídas e utilizadas a fim de tornar um ato legal ou ilegal. Com o advento do ECA, a perspectiva sobre o programa de apadrinhamento da Visão Mundial, adquire outras legitimidades tendo suas bases reforçadas. A organização ganha fôlego para o exercício dos seus programas e reúne em torno de si, um conjunto de sujeitos que atuam na área social da criança e do adolescente.

Abreu (2002), também destaca que “algumas associações de ajuda a crianças, procuram estabelecer sua dinâmica de acordo com a “nova ideologia brasileira ‘do interesse da criança” (id. p.118), ou seja, a permanência da criança em sua cultura ou ‘família de origem’. Essa observação do autor confere com a descrição das bases ideológicas que sustentam o sistema de apadrinhamento da Visão Mundial no Brasil. No entanto, ainda que a organização trabalhe para que a criança permaneça em seu lugar de origem, o sentido “salvacionista e messiânico” permanece inalterado.

2º CAPÍTULO - OS TAPEBA DE CAUCAIA

Caucaia é o município mais próximo da região metropolitana de Fortaleza, cuja geografia contrastante combina bem com sua realidade socioeconômica multifacetada. Seu território é entrecortado por serras e serrotes e possui o maior número de lagoas permanentes, mas seus rios são temporários. Tem mangue e praias exóticas que atraem milhares de turistas do mundo inteiro. A maior parte da população habita em área urbana e, recentemente, foi nomeada de “terra da faca” — possui uma das mais altas taxas de criminalidade do Estado (BARRETO FILHO, 1993; IBGE, 2003). Dentro desse contexto multifacético, vivem os Tapeba⁴⁵, resultado de um processo histórico de individuação étnica de diversas sociedades indígenas. As características particulares do modo como eles se constituem como grupo humano na sociedade regional, tem suscitado o debate em torno da sua identidade indígena. Esse fato acarreta implicações para a história recente, especialmente quanto ao processo de reconhecimento oficial da demarcação das terras.

Hoje, a nação Tapeba é formada por cerca de cinco mil, 5.740 índios (FUNASA - 2006), distribuídos em aproximadamente 17 comunidades, sob a proteção jurídica e social da FUNAI, Fundação Nacional do Índio. Suas terras foram identificadas e delimitadas oficialmente em 23 de julho de 1993, constituindo uma área de 4.658 hectares. A demarcação, porém, só foi feita quatro anos depois, mas a vitória definitiva ainda não foi conquistada. A

⁴⁵ Logo no início dos trabalhos de pesquisa de campo fui aconselhada pelas lideranças a usar o termo Tapeba no singular. De acordo com Barreto Filho (1993) o uso do termo Tapeba no singular está relacionado com a idéia de nação, com o caráter étnico-político e na forma como a antropologia formula sua pesquisa, dando assim a idéia de unidade. Ramos (1990) apresenta as seguintes proposições para o termo nação:

- Marcel Mauss, para quem nação propriamente dita é o protótipo europeu ocidental do Estado- ação, ou seja, uma sociedade material e moralmente integrada, com poder central estável, permanente, com fronteiras determinadas, com relativa unidade moral, mental e cultural de seus habitantes que, por conseguinte, acatam o Estado e suas leis (MAUSS, 1972:286).

- Anthony Smith que, ao estudar o fenômeno do nacionalismo, distingue três termos: tribo, etnia e nação; esta, por sua vez, não se confunde nem com o “Estado-nação” nem com a “nação-Estado”. Nações, diz Smith, “são etnias economicamente integradas em torno de um sistema de trabalho com complementaridade de papéis, cujos membros possuem igualdade de direitos enquanto cidadãos de uma comunidade política não mediada” (1983:187).

- Benedict Anderson, para quem a nação é “uma comunidade política imaginada - e imaginada como sendo inerentemente limitada e soberana”. É imaginada porque os membros até das menores nações nunca chegam a se conhecer mutuamente [...], mas em suas mentes está a imagem de sua comunhão. [...] É limitada porque até a maior delas [...] tem limites bem definidos, ainda que elásticos, para além dos quais estão outras nações. [...] É imaginada como soberana porque o conceito nasceu numa era em que o Iluminismo e a Revolução destruíam a legitimidade do reino dinástico hierárquico, ordenado pelo poder divino. [...] É imaginada como comunidade porque “[...] a nação é sempre concebida como um profundo companheirismo horizontal (1991:67). (RAMOS, 1990).

homologação e registro cartorial das terras, as últimas etapas do processo demarcatório, não foram concluídas (K. OLIVEIRA, 1998) ⁴⁶.

Independente das áreas que foram reconhecidas como território indígena, isso não quer dizer que este grupo tenha conquistado as condições necessárias para garantir a produção da sua vida material. Da mesma forma como eles anteriormente foram desapropriados de suas terras, atualmente, a maioria não detém a posse de mecanismos de sobrevivência e trabalho.

De acordo com o documento do “Marco Referencial dos Povos Indígenas do Estado do Ceará” com base nos censos do PNAD-IBGE, 1992/2006, a renda familiar per capita média da população pobre, segundo os grupos de cor e raça no Ceará indica que na população indígena, o valor da renda familiar per capita média entre os pobres cresceu 4,88% entre os anos de 1996 e 2006, ajudando a diminuir a distância em relação à linha de pobreza. Também, percebe-se um elevado grau de homogeneidade dessa variável entre os grupos de cor ou raça. Nos dados relativos ao percentual da população abaixo da linha de pobreza, em média, as aposentadorias são as maiores fontes de renda da população indígena, visto que ela é mais que o dobro da renda média proveniente do trabalho principal. As pensões, também, possuem um peso considerável na renda familiar. Apesar desses números, o relatório demonstra que

⁴⁶ O levantamento fundiário dos imóveis rurais incidentes na área indígena Tapeba, realizado em agosto de 1987, foi a etapa mais conflituosa do processo, marcada por resistência ativa e passiva dos supostos proprietários de imóveis rurais à vistoria dos mesmos. São dessa época as declarações públicas de alguns poderes locais contestando a existência histórica dos índios Tapeba. Foram levantados, à época, 118 ocupantes não índios, sendo 55 supostos proprietários com títulos registrados em cartório, 61 pequenos posseiros e dois foreiros. De lá para cá, o processo sofreu inúmeras reviravoltas. Foi arquivado em julho de 1988 por decisão do “grupão” - o Grupo de Trabalho Interministerial instituído pelo Decreto 88.118/83 como instância com a atribuição formal de avaliar as propostas de criação de áreas indígenas.

O “grupão”, cuja composição foi modificada pelo Decreto 94.945/87, determinou em sua Resolução no 01 de 20.07.88 que a área proposta pela FUNAI não deveria ser considerada como terra indígena, “tendo em vista as dúvidas quanto à etnia dos remanescentes, mas que se aguardassem, para enriquecer o processo, novos dados acerca da etnia, quando então a FUNAI voltaria a analisar o caso”. Na ocasião, houve uma reação generalizada contra a decisão do “grupão”, não só dos Tapeba, da Arquidiocese e de organizações de apoio como o CIMI e o Comitê Pró-Tapeba, mas também do próprio Governo do Estado, da Assembléia Legislativa e da Procuradoria Geral da República no Estado. Reaberto em maio de 1989, ao nível da Assessoria da Superintendência de Assuntos Fundiários da FUNAI, por considerar-se “indiscutível tratar-se de terra de ocupação tradicional e permanente indígena”, foi necessário aguardar mais oito anos para que o Ministro da Justiça, Íris Rezende, já sob a égide do Decreto 1.775/96, assinasse a Portaria nº 967, de 24 de setembro de 1997, declarando a Aldeia Indígena (AI) Tapeba como território tradicional indígena Conf. www.ccr6.pgr.mpf.gov.br/documentos-e-publicacoes/jurisprudencia-1/terras-indigenas/terras-indigena.

Dessa vez foi a Prefeitura Municipal de Caucaia que reagiu, por meio do então Prefeito, José Gerardo Arruda, impetrando um mandado de segurança no Superior Tribunal de Justiça, contestando a “Portaria declaratória”, com base na alegação de vício de procedimento. O mandado foi acatado por unanimidade e a portaria anulada, perdendo toda a validade. Como se não bastasse isso, a situação de destinação efetiva da terra complicou-se nesse período. Apesar da FUNAI ter instalado um posto indígena na área, as últimas notícias na imprensa local e da Equipe Arquidiocesana de Apoio à Questão Indígena dão conta de uma situação de agravamento da presença não indígena na área, patrocinada por supostos proprietários de terra, antagonistas dos Tapeba, que têm promovido loteamentos irregulares. O agravamento das tensões levou ao assassinato de dois líderes Tapeba em 1996 e 1997, projetando trevas sobre o futuro do grupo (K. OLIVEIRA, 1998).

comparativamente a outros grupos de raça ou cor, a população indígena é o grupo que apresenta a menor taxa de frequência escolar líquida no ensino médio, maior taxa de desocupação de mão de obra e maior taxa de urbanização. São índices que revelam os limites dessa população com relação a outras populações locais quanto à qualidade de vida.

Quadro 03: Alunos de escolas em terras indígenas por dependência – 2006

DEPENDÊNCIA	INFANTIL	FUNDAMENTAL	MÉDIO	TOTAL
MUNICIPAL	258	424	0	682
ESTADUAL	613	2263	102	2978
TOTAL	871	2687	102	3660

Quadro 04: Alunos de escolas em terras indígenas por município – 2006

MUNICÍPIO	INFANTIL	FUNDAMENTAL	MÉDIO	TOTAL
CAUCAIA	398	756	0	1154
ITAREMA	68	492	0	560
MARACANAU	96	350	0	446
PORANGA	65	354	0	419
MONSENHOR T.	31	217	0	248
CRATEUS	70	130	0	200
ITAPIPOCA	22	96	0	118
PORANGA	0	0	102	102
PACATUBA	42	38	0	80
AQUIRAZ	15	51	0	66
ARATUBA	18	45	0	63
ACARAU	15	39	0	54

Hoje em dia, a área geográfica onde vivem os Tapeba, no município de Caucaia, constitui-se de distintos nichos, nos quais os indígenas elaboram sua vida produtiva de acordo com o espaço que ocupam. Basicamente são atividades ligadas ao extrativismo da palha e da cera de carnaúba, da pescaria e das frutas. Outros têm sua mão de obra absorvida nas cerâmicas, olarias, fábricas de pré-moldados, indústrias de beneficiamento de produtos alimentícios e do extrativismo, e no comércio, sendo a rotatividade da mão-de-obra uma característica marcante. Esses assentamentos apresentam características contrastantes, por exemplo: existem áreas habitadas quase que exclusivamente por Tapeba, como a área da paisagem rural do Tapeba, a Lagoa do Tapeba, a Cutia, a Lagoa dos Porcos, a Pedreira Santa

Terezinha, e, recentemente, com a implantação da Escola Diferenciada Indígena, eles passaram a ocupar com maior densidade novas localidades. As comunidades e localidades mais conhecidas são: Vila Nova, Pontes, Água Suja, Capoeira, Trilho, Lagoa dos Tapeba (subdivida em Lagoa I e Lagoa II), Cutia, Lamarão e Jandaiguaba. Atualmente, aguardam o remanejamento da população não-indígena e o fim das contestações judiciais. A questão dos Tapeba, longe de ser um acontecimento pontual e isolado, está vinculada a todo o fluxo da causa indígena que se dá na efervescência de outras atividades e movimentos sociais dos anos 80, tornando-se uma estratégia política para elencar temas importantes e, também um instrumento para garantir a visibilidade diante da sociedade civil e do Estado. Vale aqui lembrar a assembléia realizada em Campo Grande/MS em junho de 1980 quando foi criada a União das Nações Indígenas, UNI porta-voz do movimento indígena.

Em 1982, sob a liderança pastoral de D. Aloísio Lorscheider, Arcebispo Metropolitano de Fortaleza, nascia então, o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza – CDPDH que se insere, desde seus começos, aos trabalhos das CEBs, Comunidades Eclesiais de Base, junto à população dos sem-teto de Fortaleza e região metropolitana. Era um tempo de plena ebulição dos movimentos populares e havia um número expressivo de ocupações, tanto nas cidades como no campo. O CDPDH passa a atuar como um apoio jurídico às pessoas de várias regiões do estado que vinham sofrendo violações nos seus direitos individuais.

Desde então, o grupo Tapeba vem construindo experiências na organização de suas comunidades a fim de consolidar-se como nação indígena. Com a importância que esta população alcança, vão surgindo movimentos em prol de direitos sociais, que adentram na pauta política das lideranças locais. Essa agenda política tem a ver com a formação de uma “fronteira étnica que, se pensada enquanto grupo, não constitui uma unidade singular, persistente, indivisa e distinta” (BARRETO F.1993, p.13). Situados desse modo, os assim denominados Tapeba, irão desdobrar suas relações por meio da população local, da Igreja, do Estado e de outras agências locais.

Semelhantemente, como acontece com outros grupos indígenas, o processo de emergência étnica dos Tapeba aponta para a etnicização da política que irá se constituir por meio de diferentes situações. Amparados pela Constituição de 1988⁴⁷ os povos indígenas

⁴⁷ Conf. www.funai.gov.br/quem/legislacao/indios_na_constitui.htm

brasileiros lutam por respaldar seus direitos coletivos, entre os quais ressaltamos o reconhecimento de sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições. Segundo Barreto Filho (1993), este movimento revela um dinamismo presente nas interações entre os sujeitos envolvidos que torna o campo, um processo em permanente construção, que qualifica esta situação de “cultura em fluxo”.

2.1 Os Índios Tapeba e seu Discurso Étnico

A organização e o estabelecimento do grupo indígena Tapeba, surge no processo político de emergência étnica, no qual comunidades indígenas em diferentes regiões brasileiras passam a despontar na luta por recursos e reconhecimento identitário (BARRETO FILHO, 1993). Nesse sentido e, de acordo com o autor, a comunidade Tapeba constitui-se como:

[...] um grupo que busca sua individualização contextual e situacional relativa a um elenco de grupos e situações de interação e à competição por recursos e a um "campo político inter-societário" numa "situação histórica" determinada. [...] como um grupo distinto, cujo reconhecimento se traduz pela atualização de uma dada atribuição - "Tapeba" - processo esse que denominamos etnogênese: processo de formação de uma identidade categórica, longe de serem entendidos como o resultado de fatores originais, substantivos e preexistentes (id. 1993 pp.1,2).

Ao construir sua identidade, considerando a existência prévia de inúmeros elementos, os Tapeba acionam questões, símbolos, história e outras estratégias que chama nossa atenção para a possibilidade e análise do processo étnico sob novas vertentes. Sobre isso, lembro a abordagem de Barth (1999), em que a realidade social povoada por elementos culturais e históricos, equivale ao contexto que caracteriza a formação das identidades. O discurso étnico, o sentido de pertença à luta política a nível nacional, o aparato simbólico reconhecido e conferido pela contribuição de organizações nacionais e internacionais, a presença e apoio de pesquisadores e estudiosos do tema, entre outros fatores, faz com que o Tapeba possa afirmar-se e promover sua identidade.

De fato, o resgate e a afirmação das identidades indígenas emergentes estão intimamente relacionados à descoberta dos direitos, o que nos faz verificar que estamos diante de um processo de criação de sujeitos políticos, que se organizam por meio da mobilização de

uma série de elementos da identidade comum, tendo em vista a conquista de recursos. Desse modo, o conhecimento dos direitos indígenas é fundamental para a compreensão da realidade da pesquisa, muito embora seja certo que os direitos não engendram as realidades sociais, porém não posso deixar de considerar que ao conhecerem seus direitos, os Tapeba, ordenaram e produziram uma ação particular com relação ao programa de desenvolvimento. A perspectiva do reconhecimento da capacidade processual dos índios, das suas comunidades e a organização para a defesa de seus direitos, possibilitou a multiplicação de interpretações favoráveis que garantiram seu protagonismo político junto ao PDA.

Com a implantação da escola indígena os antagonismos e a divergência de interesses com os segmentos sociais do município de Caucaia são colocados em evidência. Duas localidades dão início à luta por escolas com um currículo diferente das escolas regulares do município: as comunidades da Lagoa II e do Trilho.

De acordo com Margarida Tapeba, líder da comunidade Lagoa II que diz:

Eu lembro que, (e não é por ter sido uma das fundadoras, pois fui eu que fundei na comunidade a primeira escola), na época eu fiquei pensando, ‘meu Deus’, o que a gente vai fazer pra ajudar o nosso povo, porque tinha (sic) crianças aqui que saíam daqui e iam estudar lá fora e chamavam (sic) eles de bacurim, carniça e outras palavras que nem dá para falar. Eles voltavam dizendo, tia eu não vou estudar mais não, dizendo isso para as mães deles. Por que, perguntavam, porque o pessoal fica debochando da gente, chamando a gente de nome e aí fico com vergonha na frente dos meninos e a gente não quer mais voltar não, e ficou assim (sic), a escola lá do José (Escola da Vila São Raimundo Nonato). Ela existia já há muito tempo, só que não existia com o objetivo dessas que foi formada, né? A Escola Diferenciada partiu da própria necessidade, da solicitação até da própria comunidade. Como índia eu pensei, eu acho que a gente deve criar uma escola que não ensine somente ler e escrever, mas que também ensine que tenha a questão do resgate cultural, que a gente repasse para as crianças não só ler e escrever, como eu falei, mas que a gente trabalhe a questão da autovalorização do índio. Que o índio chegue lá fora e tenha orgulho de ser índio.

Entendo que a fala da Margarida desvenda, entre outras questões, que a exclusão e o preconceito sofrido pelo grupo aceleraram o processo da emergência étnica. Os conflitos e problemas experimentados pela comunidade, acrescidos da pobreza econômica, se constituem o cenário considerado “favorável” para que a “família Tapeba” se aproprie e projete ações estratégicas em seu próprio benefício formando a “nação Tapeba”⁴⁸. A escola da Vila São

⁴⁸ Nesse sentido, surgem diferentes posicionamentos com relação ao termo “emergência étnica”. Essa metáfora, assim como etnogênese, causa alguns incômodos entre pesquisadores e pesquisados. Oliveira Filho (1999), alerta para o uso dessas metáforas na descrição do processo acima citado. “Estas devem ser vistas com reserva e desconforto, já que elas podem comprometer a investigação com pressupostos arbitrários e equivocados”. Este autor, afirma que a aplicação dessas noções pode acabar substantivando um processo que é histórico, dando a falsa impressão de que o processo de formação de identidades estaria ausente nos outros casos aos quais ela não é aplicada.

Raimundo Nonato é cenário de um acontecimento que podemos considerar como estopim de um processo que estava por emergir. Um caso de preconceito sofrido por um adolescente indígena tornou-se emblemático na explicação do surgimento da escola. O episódio aconteceu numa escola não indígena do Capuan, bairro de Caucaia, conhecida pelos índios como Escola da Dona Léa, e envolveu o filho de uma das lideranças indígenas, além de alunos e da própria diretora da escola, a dona Léa. Segundo os relatos, o momento mais delicado do episódio sucedeu quando a diretora ameaçou agarrar o aluno para cortar-lhe os cabelos, enquanto os outros alunos da escola no momento fizeram chacota do caso. Isso foi seguido dos comentários, por parte da diretora, de que em Caucaia não havia índio, mas “bacurim e Perna-de-Pau”. A reação do garoto diante do episódio foi o desprezo pelas atividades escolares e o repúdio em querer se fazer presente na escola. O fato ocasionou indignação por parte dos líderes, que logo trataram de levar o problema a uma reunião da comunidade e a elaborar um documento na Pastoral Indigenista, reprovando o ocorrido na escola.

A esse fato vincula-se uma série de atributos usados para desacreditar o grupo indígena. O termo “Tapeba” funcionou e ainda funciona em certos contextos como um insulto e um xingamento, dada a noção social pejorativa que o termo difunde. Está associado a condutas como comer carne podre (carniça), consumo de álcool, promiscuidade, desonestidade, desrespeito pela propriedade alheia, indolência e indisposição para o trabalho, bem como à imundície em que vivem e à imagem de miséria, em geral, a que estão associados. Essa “imagem pública” dos Tapeba ainda tem muita força no contexto local. De acordo com Margarida é comum alguns índios concordarem com elementos desse reconhecimento negativo dos quais são objeto, como definidores das características singulares que os distinguem, advindo assim a relevância atribuída ao discurso étnico na construção da dimensão sociopolítica do grupo. “É só botar a cara na rua que a gente sabe. O povo joga um olhar de preconceito. Eu gosto de afirmar pro meu povo que nós somos um povo muito bonito em todos os aspectos. Temos que sentir orgulho de ser um Tapeba” (Margarida Tapeba). Outras explicações para o início da escola indígena somam-se como a que nos relatou Carmilson Brito, gerente de projetos da Visão Mundial no estado do Ceará.

Era uma manhã, ano de 1995, quando eu estava indo para o município de Itapajé visitar um projeto em parceria com o FUNDAF. No caminho, chamou minha atenção cenas de extrema pobreza em algumas localidades como Capuã e Genipabu. Daí em diante foi acontecendo os contatos com as pessoas do local. Conheci o Sebastião, que inclusive trabalhou com a organização durante um período. Ele é daquela região e estava na luta pela causa dos índios Tapeba. Eles precisavam muito

da escola. A questão da criança e da educação é prioridade para a Visão Mundial. Foi ali que tudo começou.

Caucaia e Tapeba confluem juntos, muita história para contar e conhecer. O movimento indígena naquela área atraiu diversas situações, simpatizantes, aliados, pesquisas acadêmicas, mídia, políticos e outros segmentos da sociedade. Um destes aliados, que logo de início faz questão de demarcar seu “campo de atuação”, é o seu Sebastião. Nas comunidades onde anda, é chamado de sinhô, vô, tio, cabra e aliado. “[...] essa coisa de aliado é que a gente não é só parceiro, nem só militante. Ser aliado é lutar junto com os índios. Posso não ter nascido de sangue, mas de coração; tenha certeza” (Sebastião, líder comunitário do Genipabu). Contar a história do Sebastião é fundamental neste trabalho; encarna e traduz uma série de indícios e códigos, com os quais, podemos desvendar temas transversais ao encontro dos significados dos sujeitos (Ginzburg, 1991). Sua participação na constituição da escola indígena estabelece a trajetória de outros sujeitos que virão compor esse processo — os padrinhos e as parcerias. Sua posição se constrói na cognição das pessoas como um sujeito “sem fronteiras”. Ora ele é morador de Caucaia, ora é liderança Tapeba. Atuou durante um período como agente da Visão Mundial e em outras situações, como um tipo de bem-feitor bem ao modelo dos padrinhos. As múltiplas formas com as quais esse sujeito alicerça suas relações no campo cria uma teia de significados, aqueles que os Tapeba se apropriam para compor sua organização. Arriscaria em dizer que o Sebastião “(re) semantiza” o padrinho na compreensão dos Tapeba.

Eu comecei trabalhando na Lagoa dos Tapeba, com os índios Tapeba, na Vila dos Tapeba, que é a Lagoa I. Ali foi fundado pelo nosso trabalho. Lá não tinha educação nenhuma, era um pessoal sem auxílio (sic) na educação das crianças, muitas criançazinhas (sic) sem saber de coisa nenhuma [...] e eu, enxergando aquilo, fui trabalhar como liderança. Eu via aquele fracasso, aí percorri a Diocese (sic) pra nós fazer uma alevantamentozinho (sic) na educação, aí nós elaboramo (sic) um projetozinho pra vim (sic) recursos pra essas escolas, só que o projeto durou pouco, e eu arranjei o José pra ser professor. [...] então, quando esse dinheiro acabou-se, desse projeto que nós fizemos pra Diocese, nós ficamo (sic) devendo sete meses o professor [...] aí eu percorri a Visão Mundial pra arrumar recurso pra pagar esse professor e encontrei o recurso e paguei o professor. Paguei tudo numa ruma só. Aí ele continuou ensinando e a gente tirando dinheiro da Visão Mundial. Aí quando a Visão Mundial não tinha mais o dinheiro, aí eu comecei a entrar na Prefeitura, na Secretaria de Educação, aí eu tentei lá, com muito sacrifício, mas foi muito sacrifício mesmo, pra conveniar a escola da Lagoa dos Tapeba, da Vila. Conveniei a escola e o professor ficou ganhando pela Prefeitura, ficou ganhando a merendeira e a zeladora. [...] Foi a primeira comunidade, a pioneira, porque quando eu entrei como liderança fui tratando de organizar a educação, porque toda vida eu fui inteligente nisso aí, eu só não sei é ler, mas eu tenho a cabeçazinha funcionando, eu enxerguei que a gente precisava trabalhar pros adultos e pras crianças, aí eu procurei achar um canto que colocasse a escola das crianças, porque deslocar dali pro Capuan também era uma gravidade muito grande, agora tá indo pro Capuan, porque ele já tão mais adiantado,

já apareceu um transportzinho (sic), apareceu a mais uma posição pra eles que foi a bicicleta, nesse tempo, poucos possuíam bicicleta.

A fala do Sebastião se refere à visibilidade alcançada pelos Tapeba em Caucaia, quando ele menciona as várias agências de que vêm conseguindo obter apoio ao longo dos últimos tempos. Ausência de uma escola que pudesse dar conta de elementos como localização e segurança é o centro da “questão social” nesse momento; o ato político em conseguir meios para manter e desenvolver a escola indígena é o principal instrumento para afirmar a liderança e o lugar do Sebastião entre os Tapeba. Não obstante a constituição da escola não torna visível apenas a “luta” dos Tapeba; o episódio também revela e amplia a visibilidade e posição da Arquidiocese, Visão Mundial, Secretaria de Educação e /ou os “Sebastiões” que ali comparecem. Nesse sentido, as pessoas que se aproximam para apoiar a causa dos Tapeba vão ocupando sua posição no campo social e fazendo dele, seu “campo de lutas” (BOURDIEU, 2003).

Pensando a partir do sistema de dádivas (MAUSS, 2003) e olhando para as trocas que os sujeitos realizam entre si, enquanto comparecem ao cenário da conquista pela escola indígena, observamos que estas produzem uma disputa hierárquica; a dádiva sempre produz a “necessidade da recompensa”. Cada qual trata de assegurar seu status de bem feitor ou protetor, quiçá para afirmar outros valores como os da moral religiosa, do discurso político, onde a dádiva é relacionada ao sacrifício e, portanto, a outra parte deve reconhecer e tornar-se devedora moral daquele que por ela sacrificou-se. Na doação do Sebastião está presente a espiritualidade da “coisa dada” (MAUSS, 2003), daí, a necessidade de que ele lute para manter sua posição como “agente mediador das relações de campo” (BOURDIEU, 2003); no tecido das relações ele constrói a capacidade de “estar no lugar de” — do Tapeba, da Visão Mundial, do morador de Caucaia — identificando-se com a causa política, exercendo sobre a comunidade o domínio carismático (WEBER, 2000), demonstrando generosidade, solidariedade e militando pela causa da escola indígena. Nessa perspectiva, o “sujeito sem fronteiras” pode ser considerado, como lugar (ou pretexto) no qual se originam ou produzem vários discursos sobre a questão: discursos políticos, religiosos, etc. Ao criarem situações discursivas misturam sob uma mesma fala, diferentes ordens e formas discursivas: política, marketing e religião e, logo, misturam diferentes sentidos para passar sem críticas por leitores de diferentes identidades e ideologias. “Um dos resultados é o processo de silenciamento que acompanha todas as formas de exercício de poder, o qual, qualquer que seja sua natureza, faz que se fale de algumas coisas para silenciar outras” (ROMANO apud ORLANDI, 1995, p. 3).

Outras narrativas procuram dar conta da necessidade da escola indígena. São aquelas que mencionam a situação de analfabetismo entre os adultos e a importância que essas pessoas pudessem ter acesso à educação para participarem dos processos de luta pela causa indígena. Essa explicação se apresentou várias vezes durante o trabalho de campo: “Nós os índios Tapeba, temos que saber lutar com as mesmas armas dos brancos. A educação é a melhor arma para a luta pelos nossos direitos. A gente só pode ganhar os nossos direitos conhecendo eles” (Margarida Tapeba).

Mesmo levando-se em conta que os discursos dos líderes possuem forte conteúdo ideológico em razão dos interesses políticos que estão em jogo, e, admitindo, que o pesquisador não está isento (pois ele aparece também como um sujeito dessa luta diante da possibilidade de legitimá-la, ou não), o fato é que os líderes apresentam unânimes, as justificativas para o empreendimento de uma escola voltada para os problemas vivenciados por eles.

Percebi que ao longo do processo de emergência étnica, os atores sociais que compõem a etnia Tapeba vão acionando elementos culturais e históricos que fazem parte de sua trajetória. À medida que acionam, vão efetuando escolhas com as quais, edificam sua cultura e história. O conhecimento da realidade social do grupo é fundamental à afirmação de sua indianidade já que as declarações e narrativas apresentadas estão fixadas em um espaço que é bem mais que uma paisagem em Caucaia: constitui-se um “lugar antropológico” (SANTOS 1996).

Adotando essa perspectiva, faço referência a três principais elementos que simbolizam o universo cognitivo do grupo. São relatos e experiências que presenciei, e que me fizeram, na condição de observadora, selecioná-los para representarem ao que denomino de “Economia Tapeba”. Dançando o Toré: saber ontológico; Pararuá e Uruá: saber econômico; Quem deu esse nó não soube dar: saber antropológico.

Cada qual desses elementos expressa e organiza a “memória social” na medida em que ela é uma demonstração da experiência coletiva que os identifica, e, que ao ser acionada funciona como estratégia política de afirmação da identidade (BARTH, 1999). O modo como eles lembram sua história confere sentido ao passado e define as aspirações para o futuro. O encontro dos símbolos aqui privilegiados quer representar, além disso, uma possibilidade de contemplar a história a partir da experiência dos indígenas, estimando seu protagonismo por considerar que este se opõe à versão da destruição e do desaparecimento dos indígenas, que por tantas vezes prevaleceu na interpretação da realidade.

2.1.1 *Quem deu esse nó não soube dar: saber antropológico*

Os Tapeba, falando sobre si mesmos, dizem que herdaram dos seus ancestrais os saberes de como lidar com a natureza e com o mundo da vida “sem dar o nó que o homem branco tem dado, equivocadamente, desde que chegou às terras brasileiras” (IT). Nesse sentido, o grupo declara que sabe de mistérios e segredos importantes para a reprodução e continuidade da etnia Tapeba. Essa exclusividade faz com que, por meio da luta e da afirmação identitária, eles busquem se caracterizar como diferentes especialmente naquilo que os coloca em evidencia. Nesse sentido, de acordo com a noção de aliança em Mauss (2003), a pesquisa pôde conferir alguns mecanismos de funcionamento, onde se dão prioritariamente as trocas matrimoniais e a solidariedade econômica e cerimonial (partilha de alimentos, ajuda nas atividades produtivas e cerimoniais etc.) e que ganha importância para a análise aqui pretendida.

A comunidade se caracteriza por uma agricultura de subsistência, onde as relações de parentesco aparecem como forte elemento da reprodução social e da mobilização ordenada das lideranças locais. Dentre as principais atividades produtivas encontradas citamos: a pesca artesanal, que se constitui uma importante fonte de recursos; o cultivo das frutas para uso próprio e venda nos mercados de Caucaia; a retirada de areia do leito do Rio Ceará para vender a lojas de material de construção e empresas de construção civil; o corte de lenha que segundo depoimentos, os Tapeba eram mestres em fabricar carvão vegetal; captura e venda de animais silvestres; e aqueles que são contratados pelo mercado para trabalhar nas cerâmicas, olarias, fábricas de pré-moldados, indústrias de beneficiamento de produtos alimentícios e do extrativismo, e no comércio. Essas atividades, entretanto, não constituem realizações culturalmente informadas apenas dos Tapeba, visto que também são desenvolvidas por outros segmentos do município de Caucaia que se encontram em condições de vida semelhante.

O modo pelo qual são pensadas e apropriadas as relações de parentesco aparece como um elemento de unidade do grupo e como se expressa o sentimento subjetivo de constituírem um todo. O uso do termo “família” é ciclicamente associado ao termo Tapeba: família de Tapeba. Do mesmo modo, diz-se que os Zabel, os Coco, os Jacinto, os Alves dos Reis, os Alves de Matos, os Teixeira de Matos, os Alves Teixeira e outros grupos de descendência irrestrita são (ou não são) Tapeba, da “família de Tapeba” (dependendo do contexto de interação definido).

No Tapeba, destaca-se a figura de Manoel Raimundo, cabeça dos troncos velhos da lagoa do Tapeba. No Paumirim, a figura emblemática de José Alves dos Reis, o Zé Zabel Perna-de-Pau, tido como a última forte liderança, o último Tuxaua, após a morte do qual conta-se que os Tapeba do Paumirim, que viviam sob a sua autoridade, se dispersaram numa espécie de diáspora. O caso singular de poliginia sororal que ele manteve e os muitos filhos que ele teve com as suas duas mulheres geraram um grupo de descendência claramente delimitado, alguns elementos do qual (notadamente, da segunda geração descendente) casaram entre si (BARRETO FILHO, 1998, p.4).

Durante o último período do convênio da Visão Mundial com o CDCJN, o grupo do coral de crianças gravou o CD (Compaq Disk), “Quem deu esse nó”, com músicas tradicionais indígenas. O tema principal foi o canto indígena que leva o mesmo título do disco. O canto se repete muitas vezes num ritual que, segundo o grupo, serve para “fazer a limpeza e fortalecer a alma do índio” (IT).

2.1.2 *Pararuá e Uruá: saber econômico*

Um dos exemplos mais significativos que observei na comunidade Tapeba foi o modo como eles afirmam equacionar o problema mercadoria/consumo que o “homem branco vive tentando ajeitar e não consegue porque só pensa nele” (IT). A centralidade e a importância como o grupo experimenta tal situação, faz do evento um caso bastante peculiar.

Os adornos usados nos principais rituais da etnia Tapeba, a dança do Toré e o ritual do culto à Jurema são feitos com as penas de uma ave chamada, Pararuá. Esta ave se alimenta de um peixe pequeno conhecido por Uruá. Acontece que os índios também se alimentam do Uruá. No entanto, chega um momento em que é preciso decidir: “ou deixamos vivos os Pararuás que se alimentam dos Uruás e com eles, a gente sabe que vai ter pluma pra fazer cocar, ou a gente come os Uruás, nós mesmo, (sic) e ficamos sem os enfeites pro cocar” (IT). Conforme disseram, a opção escolhida na votação da reunião coletiva⁴⁹ foi de perpetuar a existência dos Pararuás. Para isso, o grupo pactua comer frutas da estação e assim, dar continuidade às tradições da tribo para que as próximas gerações possam conhecer a sua história. Se alguém quebra o pacto o assunto é tratado em família e as regras são escolhidas e aplicadas segundo a tradição. “Cada família de Tapeba tem seu jeito de educar” (IT).

⁴⁹ As lideranças e representações da comunidade indígena (CDCJN) se reúnem todos os últimos sábados de cada mês. Os locais das reuniões obedecem a um sistema de rodízio por todas as comunidades Tapeba.

O dia em que eu fiz refeições com as famílias na comunidade pude observar que o vendedor de cará (peixe) passava quase todos os dias. Ao perguntar sobre a frequência do peixeiro e das condições de compra do peixe pela comunidade, obtive a seguinte resposta: “a gente compra quando pode, ele tem o melhor preço, claro ele é Tapeba, às vezes não dá, mas sempre tem alguém que pode, principalmente nessa estação da desova do uruá (sic)”. Do mesmo modo, estive vendo como as crianças gostam dos frutos ainda verdes e consumidos direto das árvores. Muito embora, eles não sejam os únicos a adotarem esta prática, nesta passagem, a diferença é que as frutas verdes, em algumas ocasiões é a única opção para driblar a fome.

O binômio, Pararuá e Uruá: mercadoria e consumo, nesta pesquisa, condensam as representações que o grupo Tapeba utiliza em seu discurso para diferenciar-se, segundo eles, da racionalidade “consumista e individualista” do homem branco. Esse pensamento que eles desenvolvem sobre si mesmos incide diretamente nas negociações e nas formas das trocas sociais encontradas entre a família Tapeba. Essa abordagem econômica, não deve ser interpretada, aqui, a partir da ênfase na diferença entre os setores que compõem a sua realidade sociocultural. Sua relevância deve estar sobre o modo como o grupo procura interligar as diferentes esferas do fazer humano. Uma única atividade coletiva pode desempenhar papéis ao mesmo tempo econômico, religioso, social, político e cultural. Considero essa observação fundamental para compreendermos a racionalidade dos Tapeba. Entendo que assim sendo, ao contrapormos diferentes visões, racionalidades sobre a modalidade econômica, evidenciamos os significados, saberes e, com eles, as possibilidades, limites e resultados.

2.1.3 Dançando o Toré: saber ontológico

Outro acontecimento que elenco para nossa apreciação se revelou espontânea e inesperadamente na fala de uma das crianças da comunidade, por ocasião de uma visita realizada pela equipe do Projeto Humanas - UFC Virtual, da qual eu fazia parte, com a finalidade de gravar cenas sobre a comunidade para o “Curso de Formação de Professores”. Tomei a iniciativa de reunir um número considerável de crianças de várias idades, todas paramentadas com o traje para dançar o Toré, a fim de realizar as tomadas com a filmadora. Após exaustivas tentativas não consegui nenhum resultado. De repente, a líder da comunidade fez com a mão um aceno e seguiu caminhando em silêncio para debaixo de um grande

cajueiro. Ali, praticamente sem “palavras de ordem”, as crianças formaram um círculo e o ritual do Toré começava em todo seu esplendor e beleza. Durante a pesquisa de campo, fiquei sabendo que é debaixo do cajueiro que acontece a maioria dos rituais particulares dessa comunidade (Lagoa II).

A cerimônia do Toré vem caracterizando muitos grupos indígenas do nordeste brasileiro como um dos principais componentes de união e de identidade. Devido ao seu caráter musical e comportamental, é considerado um dos elementos mais significativos da etnicidade desses povos, foco convergente de poder, fornecedor de ideologias, de unidade, diferenciação, enfim, fonte de legitimação (SILVA A., 1994).

A prática do toré delimita funções e atribui privilégios no interior do grupo, tanto no plano social como no espiritual. Seu caráter sócio-político-religioso é ao que parece, o elemento aglutinador desses grupos, implicando sua função ritual que trata de marcar território e reivindicar o reconhecimento. É realizado periodicamente em dias e local pré-determinado.

No caso dos Tapeba, a cerimônia é aberta ao público no último sábado de cada mês na beira da lagoa e a cerimônia particular da tribo tem como local, o cajueiro. Aprender a dançar o toré se constitui ter a “ciência do índio” e ser revestido de sua especificidade como grupo étnico, tanto que, se considera índio e amigo aquele que participa da tradição do toré (id. 1994).

O “ritual” pode ser considerado como o lugar apropriado da experiência humana para ampliação do seu universo cognitivo. Nele, se produzem e confluem muitos vínculos como a solidariedade, reciprocidade e partilha. Estes vínculos dão sentido à experiência humana no mundo e constitui-se como consciência do valor das coisas, daquilo que faz sentido e tem significado, portanto, do modo como a realidade social é construída. Ao descobrir e identificar essas estruturas do mundo social percebemos aquilo que não aparece na realidade como um dado objetivo e estático, mas como um dado historicamente construído no âmbito onde acontecem as representações e as lutas sociais.

Na família Tapeba, no interior, nas relações familiares e entre os próximos predomina a dádiva da partilha. Não dançar Toré equivale a não partilhar, não captar o sentido, não entender os elementos da magia: “ritos, atos, representações, análise do fenômeno mágico, o mana, os estados coletivos e as forças coletivas” (MAUSS, 2003). Quando se está dançando não existe tristeza, não existe nada tudo está bom parece que toda aquela coisa ruim, todos os problemas, tristeza, tudo que está acontecendo, vai embora. Na hora do toré eu esqueço tudo.

Quando a gente está ali, dançando, bem concentrado, a gente até se arrepia, fica arrepiado e depois dá aquela força. O tocador sente uma alegria muito grande, porque é a canção da gente, dos meus pais, dos meus avós. Não existe tristeza, não existe nada (IT).

3º CAPÍTULO - PDA-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE ÁREA

A Visão Mundial na década de 80 era o que de mais avançado tinha dentro do meio evangélico tradicional na área social.

[...] Na verdade, eu hoje, analisando depois de todos esses anos isso, eu acho, que o que chocava, era que a Visão Mundial era o único grupo, talvez um grupo no Brasil todo, não só dentro do espectro religioso, que começava a trazer o trabalho social como uma questão técnica de desenvolvimento e não como uma questão nem de fé, nem de política. Pra esquerda é uma questão de política, pra igreja é uma questão de fé. Já a organização aqui, a gente diz: pobreza é uma coisa a ser vencida, vencida com a melhor metodologia possível e que atualmente é o trabalho popular (GVM).

Frente à frente às transformações por que tem passado a Visão Mundial, temos assistido como a organização procura inserir-se no campo das ONGs, procurando manter-se de modo competitivo e eficiente. As mudanças significativas dos anos 80 evocam a reelaboração de antigas práticas a fim de acompanhar estas mudanças. Dois programas emergirão e serão fortalecidos como resultado desse novo posicionamento da organização: o programa de desenvolvimento econômico e o programa de promoção da justiça. Estes programas vão partir das reflexões e críticas internas e externas a respeito dos limites dos projetos. De um lado, a incorporação da dimensão produtiva, primeiramente a partir do incremento de atividades de geração de emprego e renda de alcance limitado; uma fase intermediária de fortalecimento e viabilização da agricultura familiar; e uma fase mais recente de potencialização de diversas atividades econômicas locais por meio do microcrédito e da criação de canais de acesso ao mercado. De outro lado, a valorização da dimensão política por meio da participação em fóruns, conselhos de defesa de direitos, e articulação com outras ONGs em campanhas e mobilizações principalmente nas questões relativas às crianças e adolescentes, como violência doméstica, abuso e exploração sexual.

O PDA consiste em ser a proposta da Visão Mundial, com a qual a organização sugere enfrentar as questões sociais que se apresentam em determinado recorte geográfico. Baseado nos conceitos do desenvolvimento sustentável, participativo e transformador, o programa busca incluir em sua esfera de ação os domínios social, econômico e político dos relacionamentos baseados nos valores cristãos e defende o modelo, no qual as comunidades

devem desenvolver seu protagonismo e estimular a vida associativa que une as pessoas pelo interesse compartilhado, fazendo-as conversar sobre assuntos de preocupação mútua e refletir sobre seus desejos em relação ao bem coletivo. Assim, as comunidades apoiadas têm a oportunidade de progredir criando por meio do PDA, um espaço para a participação das famílias e crianças em áreas de interesse comum, relacionando-se de forma sinérgica para o alcance de resultados estáveis e sustentáveis.

Programas como o PDA têm se multiplicado por várias regiões do país atuando por meio de práticas assistenciais, onde a população é beneficiada com a entrega direta de serviços, e, também, na promoção de programas de micro crédito que operam na ampliação das perspectivas de geração de renda.

No âmbito da Visão Mundial, o PDA, além das atividades de caráter de desenvolvimento, se distingue pelo aporte de recursos captados por meio de um processo, descrito no capítulo anterior, o “sistema de apadrinhamento” de crianças, isto é, doadores nacionais e estrangeiros contribuem mensalmente. Ao invés de destinar os recursos diretamente para as respectivas famílias e crianças “adotadas”, a Visão Mundial trabalha com as associações comunitárias locais, que empregam esses recursos segundo linhas de ação previamente definidas. Assim, o programa afirma que são priorizadas a saúde e a educação das crianças, mas também são investidos recursos na capacitação técnica e organizacional das associações e na criação de iniciativas de acordo com cada área de atuação. Nessas atividades, a Visão Mundial é responsável pela assessoria técnica (capacitação) e fornecimento de instrumentos tecnológicos necessários à gestão e à operacionalização do programa. Além disso, promove a captação de recursos em outras fontes nacionais e internacionais, para investimento direto no PDA, e participa das assembléias do Conselho Deliberativo da Comunidade, e do Comitê de Crédito do programa.

A administração do PDA é exercida por um Conselho Deliberativo, um Conselho de Administração e um Conselho Fiscal.

O Conselho Deliberativo é responsável pela eleição dos membros dos demais conselhos, que têm representação paritária de cada uma das entidades membros do PDA. Ao Conselho Deliberativo – órgão máximo de decisão – está vinculado o Comitê de Crédito, composto por dois representantes de cada uma das entidades filiadas ao PDA, nomeados pelo Conselho Deliberativo. O Comitê de Crédito constitui a instância de decisão sobre a aprovação dos financiamentos dos programas, sendo responsável pela análise, avaliação e

formalização de parecer sobre os projetos apresentados pela comunidade, para aprová-los ou rejeitá-los por meio de votação.

O Conselho de Administração é composto por quatro membros que têm mandato de dois anos, não podendo ser reeleitos para o mesmo cargo por mais de dois mandatos consecutivos. O Conselho de Administração é constituído por presidente, vice-presidente, secretário executivo e secretário de finanças. O Conselho Fiscal, por sua vez, é composto por três membros também oriundos das entidades membros do PDA, com mandato de dois anos coincidindo com o mandato do Conselho de Administração.

Ao Conselho Fiscal compete a fiscalização da gestão financeira do PDA e a garantia do cumprimento do instrumento contratual de todas as operações de concessão de crédito, por ambas as partes, no que diz respeito aos prazos de liberação, aplicação e recuperação do montante de recursos acordados, em suas respectivas datas e sem atrasos.

3.1 Ferramentas do Desenvolvimento

As estratégias operacionais que envolvem a utilização dos recursos financeiros do PDA se estruturam por meio do sistema de apadrinhamento, e, de programas criados e instituídos pela Visão Mundial, que são: ANDE, PROHABITE, FUNDAF E COOPERATUR. Eles atuam como “ferramentas de desenvolvimento” de modo transversal, e estabelecem as parcerias com a comunidade local. Cada um desses programas integra atividades caracterizadas pela entrega de serviços à comunidade e pela promoção dos programas de microcrédito.

Os créditos concedidos pelo PDA são destinados a pequenos produtores urbanos ou rurais, individuais ou associados, do setor formal e informal, residente nas áreas de atuação do PDA e que desenvolvam atividades relacionadas às atividades produtivas. Considera-se pequeno produtor ou, micro empreendedor a pessoa física ou jurídica, com receita bruta anual acumulada igual ou inferior a R\$ 6.500,00, e que esteja atuando na atividade objeto do financiamento há mais de seis meses. Podem ser beneficiários finais dos recursos os micros ou pequenas unidades econômicas produtivas, associações de trabalhadores, cooperativas de trabalhadores e grupos solidários ou bancos comunitários, desde que os beneficiários sejam filiados às entidades que, em parceria com a Visão Mundial, constituem o PDA, estando em pleno gozo de seus direitos e obrigações para com as respectivas entidades das quais são membros. Os financiamentos concedidos são utilizados para duas modalidades, dependendo

da atividade a que se destinam: em sua maioria, como capital de giro, para a aquisição de mercadorias, matérias-primas e insumos, admitindo o atendimento a outras necessidades, ou como investimento fixo, para a aquisição de ferramentas, máquinas e equipamentos. O prazo de financiamento varia de no máximo 12 meses (com concessão de carência máxima de 3 meses) em caso de capital de giro, há no máximo 30 meses (carência máxima de 18 meses) para investimentos fixos e mistos. Na prática, o número de parcelas e a concessão de carência são negociados caso a caso e dependem do tipo de atividade à qual o financiamento se destina. Assim, para o comércio (sacoleiras, vendedores ambulantes e mercearias) não há prazo de carência e o empréstimo é quitado em nove parcelas; para atividades de transformação é concedido um prazo total de 12 meses, com dois meses de carência; para a agricultura, são concedidos sete meses de carência e o pagamento se dá a partir do oitavo mês; para a aquisição de animais (vacas, cabras, galinhas, porcos e ovelhas), o cálculo é realizado em função do ciclo natural de reprodução e crescimento do animal, variando de sete a oito meses para porcos e galinhas a até 17 meses de carência para os outros animais. No caso da lavoura e dos animais, em geral os juros são pagos mensalmente, mesmo durante o prazo de carência, e a dívida é quitada de uma única vez quando da venda da safra ou dos animais já adultos. O cronograma de amortização estabelecido pode admitir, portanto, pagamentos semanais, quinzenais, mensais ou semestrais, observando-se as características de cada negócio e a opção do tomador de empréstimo.

Em todas as situações, salvo para a agricultura, os recursos são liberados numa única parcela. Para a lavoura, metade dos recursos é liberada no começo do plantio e metade na época da colheita. O limite máximo do primeiro empréstimo é de R\$ 1.000,00, não havendo definição de limite mínimo. A partir do terceiro empréstimo o limite é de R\$ 1.500,00. Sobre os empréstimos recaem os seguintes encargos financeiros: atualização monetária do período pela utilização da taxa de juros em longo prazo estimada (TJLP)⁵⁰ e taxa para remunerar o capital empregado (correspondentes a 2% ao mês); mais uma porcentagem para a constituição

⁵⁰ A Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP foi instituída pela Medida Provisória nº 684, de 31.10.94, publicada no Diário Oficial da União em 03.11.94, sendo definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES. A Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP tem período de vigência de um trimestre-calendário e é calculada a partir dos seguintes parâmetros:

I - meta de inflação calculada pro rata para os doze meses seguintes ao primeiro mês de vigência da taxa, inclusive, baseada nas metas anuais fixadas pelo Conselho Monetário Nacional;

II - prêmio de risco. A TJLP é fixada pelo Conselho Monetário Nacional e divulgada até o último dia útil do trimestre imediatamente anterior ao de sua vigência.

Em 2009 as taxas correspondem: de abril a junho 6,25%; de janeiro a março 6,25%
Conf. no site: www.bndes.gov.br/produtos/custos/juros/tjlp.asp

de fundo de inadimplência e uma taxa de serviço para cobertura de custos operacionais, de acompanhamento e de orientação técnica (ou taxa de abertura de crédito, correspondente a 1,38%, calculada sobre o valor do financiamento). No ato da liberação dos recursos são descontados seis meses de juros e a taxa de abertura de crédito.

Uma vez aprovadas as iniciativas na reunião do Comitê de Crédito, da qual participam representantes das comunidades, o projeto é avalizado formalmente pela Diretoria da Associação a que pertence o futuro beneficiado, além de passar pelo aval solidário de um grupo de pelo menos três pessoas, também membros da referida associação, antes de ser liberado. No caso de não ser aprovado, o projeto é devolvido à associação. Elabora-se então o contrato do financiamento, que é assinado por todos os envolvidos, e o beneficiado recebe o cheque assinado por um representante da Visão Mundial e um representante da associação da comunidade. O agente de crédito passa a realizar visitas periódicas aos beneficiados, e, no caso da aquisição de animais, acompanha a compra. Caso no decorrer do empréstimo ocorra atraso superior a trinta dias, o agente de crédito envia carta para a diretoria da associação comunitária da qual o beneficiado é membro, bem como para o grupo solidário do qual ele faz parte, informando que se a pendência não for resolvida dentro do prazo de trinta dias, todas as operações de crédito serão suspensas naquela comunidade, e só retomadas após a quitação do débito. Tal informação circula rapidamente, além de ser assunto de pauta da assembléia da associação, constituindo-se num considerável poder de pressão sobre o devedor, posto que toda a comunidade se oponha a ele e o assunto torna-se o tema principal em tudo que é espaço de discussão. Quando, mesmo assim, o pagamento não é efetuado pelo beneficiado inadimplente, a associação assume o débito, passando a ser credora junto ao beneficiado, para evitar maiores prejuízos para a comunidade como um todo. Nestes termos, somos levados a crer que não há vantagem em não saldar a dívida, porque de certa forma esses trabalhadores dependem da associação para conseguir aos meios e insumos necessários para uma prosseguir com seus negócios, e em muitos casos apenas dispõem do valor da sua palavra como garantia dentro da comunidade.

Na maior parte das vezes, o pagamento das parcelas também é realizado na própria comunidade, a um voluntário designado pela associação comunitária, que recebe a quantia e fornece o respectivo comprovante de pagamento. O agente de crédito visita as comunidades uma vez por semana para recolher o montante de recursos repassados à associação e depositá-lo na conta corrente do PDA. Essas operações de micro crédito são realizadas em parceria com a ANDE.

O PROHABITE, Programa de Habitação é desenvolvido para apoiar a construção e reabilitação de moradias para população de baixa renda em comunidades urbanas apoiadas pela Visão Mundial. O programa é implementado sempre em parceria com organizações comunitárias locais e onde o PDA atende população de ocupações urbanas consolidadas e “legitimadas”, mas sem “formalização” da posse; significa que são famílias sem garantias reais para acessar financiamentos tradicionais. O fundo rotativo para custear as obras de construção e reforma de casas é gestado em parceria entre o conselho comunitário e a ONG. Um grupo de representantes escolhidos é quem avalia a condição dos terrenos e casas, elabora projetos, orçamentos e acompanha obras, assim como, os recursos são liberados por meio de cartas de crédito que são usadas para obter o material em lojas próximas da comunidade visando o fortalecimento da economia local através da mão-de-obra e fornecedores de cada comunidade. A prioridade é atender famílias organizadas em grupos solidários, famílias chefiadas por mulheres e com crianças em situação de risco social. O “Comitê de Habitação” é composto de lideranças comunitárias, equipe técnica, e equipe da organização comunitária local. A atribuição do comitê é selecionar os beneficiados dentre os solicitantes, legitimar os critérios de seleção e apoiar o acompanhamento do crédito, o desempenho do programa e discutir questões locais relacionadas com habitabilidade. A “Equipe de Assistência Técnica” desempenha atividades de visitas para verificação das casas (ou terrenos) e dos dados cadastrais dos inscritos para análise nos comitês de habitação. A elaboração de projetos, orçamentos e acompanhamento das obras aprovadas prevê a verificação dos riscos de remoção de cada solicitante devido a fatores naturais ou dos projetos de urbanização elaborados pelo poder público. A comunicação com os beneficiados durante acompanhamento do crédito é mediada por “agentes de habitação social”: arquitetos, engenheiros e técnicos da Visão Mundial. A equipe de supervisão central (Recife) é composta de: 1 Arquiteto; 1 Engenheiro Civil; 1 Contadora com suporte para 4 comunidades.

O FUNDAF, Fundo para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar, funciona por meio da cooperação e da parceria entre três entidades gestoras: a Prefeitura, o Conselho Comunitário Local e a Visão Mundial.

O objetivo do Fundaf é possibilitar aos pequenos e microempresários rurais, individual ou associado, dos setores formal ou informal, residentes nas áreas rurais, o acesso a financiamento, capacitação e assistência técnica, por meio de linha especial de microcrédito, voltada para as atividades relacionadas à agroindústria, ao comércio, aos serviços e à agropecuária, visando à promoção de modelos alternativos de geração de renda para as

famílias economicamente limitadas, por meio do fortalecimento dos microempreendimentos produtivos (Manual de Procedimento do FUNDAF, 2005).

O Poder Executivo municipal procede à transferência mensal de recursos do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar, Pronaf⁵¹ para o Fundaf, por meio do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste e participa das assembleias do Conselho Deliberativo e das reuniões do Comitê de Crédito do Programa. Do ponto de vista da infra-estrutura, a prefeitura é responsável pela cessão do espaço físico para o funcionamento do escritório do Fundaf, bem como pela manutenção de um agente de promoção de crédito e pelo apoio ao deslocamento de toda a equipe técnica dentro do município. No âmbito do Fundaf, a Visão Mundial é responsável pela assessoria técnica (capacitação) e fornecimento de instrumentos tecnológicos necessários à gestão e à operacionalização do programa. Além disso, promove a captação de recursos em outras fontes nacionais (BNDES) e internacionais, para investimento direto no Fundaf (representando 35% do fundo original), e participa das assembleias do Conselho Deliberativo e do Comitê de Crédito do programa.

O Programa de “Cooperativas Jovens de Turismo”, Cooperatur, tem como objetivo formar jovens “empreendedores”, e é apoiado na área do Programa Vida e Turismo, do Ministério da Justiça. As ações do programa visam capacitar e auxiliar a entrada desses adolescentes no mercado de turismo. O projeto teve início em 1999, em Pernambuco e, após o ingresso desses jovens no programa federal, Vida e Turismo, alguns dos participantes são encaminhados para a cooperativa Cooperatur, para colocarem em prática o que aprenderam. Ou seja, a cooperativa se configura como uma proposta de aperfeiçoamento dos jovens em áreas relacionadas ao turismo (hotelaria, recreação, turismo ecológico, guia de turismo, idiomas) e realizam um trabalho profissional junto às empresas de turismo da região.

Em um sistema de "franquia social", a Cooperatur cresceu e já tem uma filial na região de Salvador (BA) onde também é aplicado o Programa Vida e Turismo. Segundo João Elder Diniz, gerente de desenvolvimento econômico da Visão Mundial, muitos dos participantes já pagam suas faculdades na área com o dinheiro que arrecadam na cooperativa.

⁵¹ Em anos recentes novas experiências de concessão de microcrédito têm se multiplicado e expandido por várias regiões do país. Destacam-se, na zona urbana, projetos voltados a comunidades de favelas e, na zona rural, financiamentos para pequenos empreendimentos ligados à agricultura familiar – sobretudo a partir de 1996, com a criação do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf), pelo governo federal, na tentativa de auxiliar o agricultor familiar a construir um padrão de desenvolvimento sustentável que vise ao aumento da produção, com o conseqüente crescimento do nível de renda. Conf. no site <http://www.pronaf.gov.br/>

***Quadro 05- Programas Operativos que atuam junto ao PDA**

-Programa de Apoio e Desenvolvimento de Micro empreendimentos – ANDE que promove o desenvolvimento econômico integrado e sustentável de grupos ou comunidades;
-Fundo para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar - FUNDAF⁵² (Microcrédito Rural), que apóia agricultores familiares na produção e comercialização de seus produtos;
-Programa para Construção e Melhoria de Habitações – PROHABITE, que viabiliza crédito habitacional para famílias de baixa renda;
-Programa de Cooperativas Jovens de Turismo – COOPERATUR, que atua nas áreas de hotelaria;

*Elaborado pela autora com base no Relatório anual 2007/2008

3.2 Atividades do PDA

Das iniciativas de prestação direta de serviços a comunidade, o PDA procura atuar em áreas que são designadas a partir de variáveis institucionais internas, aliadas a captação de recursos internacionais para financiar o programa. Define-se uma lista de ações para os agentes do PDA com o objetivo de gerar, gradualmente, a rotina de trabalho e a capacidade para monitorar os indicadores básicos locais de acordo com os dados oficiais de índices de pobreza, localização geográfica e tempo previsto. A abordagem de cada área, os indicadores pretendidos e os interesses apontados pela comunidade, são os fatores decisivos sobre quais as atividades serão desenvolvidas pelo programa. Nessa etapa do PDA, trabalham juntos os técnicos e o grupo focal⁵³. Em linhas gerais as áreas abordadas constituem-se dos seguintes eixos:

Saúde: são mantidos projetos com mulheres gestantes, oficinas de alimentação, participação em espaços de discussão do sistema público de saúde, oficinas, seminários e conferências sobre segurança alimentar, prevenção de DST/AIDS. Muitas ações são realizadas em parceria com outras organizações, como a “Pastoral da Criança” e universidades.

⁵² O FUNDAF foi finalista do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social em 2003 e certificado para o Banco de Tecnologias Sociais. (Relatório VM, 2007)

⁵³ Grupo focal é formado de pessoas que pertencem às lideranças comunitárias ou fazem parte da comunidade e que são escolhidas para representar junto à ONG, naquelas atividades de coordenação, planejamento e execução das atividades do PDA.

Educação: discussão e defesa da “Educação Contextualizada do Agreste e Semi-árido”⁵⁴ criação do “Espaço de Informática e Cidadania”, oficinas de cultura popular local, promoção da metodologia do “Baú de Leitura”.

Desenvolvimento Econômico: agroecologia como princípio para potencializar os recursos já existentes nas comunidades e projetos específicos para a região de clima semi-árido, pactuada dentro da “Articulação no Semi-Árido Brasileiro”, ASA Brasil. São desenvolvidos tecnologias e sistemas de captação e tratamento de água de chuva, por meio de cisternas, barragens subterrâneas, poços amazonas e poços manuais. Mobilização social em forma de seminários, cursos de capacitação para construção de cisternas familiares, gerenciamento da água, seminários de segurança alimentar, agroecologia e juventude, intercâmbios sobre sistemas agroflorestais e feiras agroecológicas. Projetos de “Economia Solidária”, revitalização e a criação de feiras de economia solidária, programa de “Comércio Justo e Solidário”, programas de microcrédito, promoção de justiça e combate a violência infantil.

Emergência e Reabilitação: iniciativas de reabilitação e reconstrução familiar e comunitária para amenizar o sofrimento de pessoas vítimas de desastres naturais apoiadas por ações preventivas contra futuras calamidades.

Testemunho Cristão: de acordo com suas declarações, procurando respeitar a religião das pessoas a Visão Mundial busca apoiar iniciativas locais de igrejas e outras denominações, que promovam a cultura e os valores cristãos, por meio de parcerias em seminários, congressos, cursos e oficinas. No entanto, lembramos que essa é a característica que distingue o perfil da Visão Mundial, junto aos seus parceiros e doadores, que se identificam com os valores do testemunho cristão como sendo essenciais para que haja desenvolvimento e transformação nas áreas onde atua.

***Quadro 06-Atividades por área**

Saúde

- . **Atenção Básica em Saúde**
- . **Imunização**
- . **Vigilância alimentar e nutricional**
- . **Atenção à maternidade saudável**
- . **Prevenção e controle de HIV/AIDS**
- . **Medicamentos fototerápicos**

⁵⁴ A educação contextualizada é um sistema que busca se adequar à realidade local dos estudantes, facilitando a compreensão do conteúdo aplicado nas escolas e estimulando os alunos a serem atuantes em suas comunidades. Essa iniciativa nasceu nos PDAs da Visão Mundial, mas transcendeu esses limites e hoje é utilizada em vários municípios.

<ul style="list-style-type: none"> . Educação sanitária . Serviços dentários
<p><u>Educação</u></p> <ul style="list-style-type: none"> . Maternal e pré-escolar . Apoio ao ensino básico . Educação social . Arte e cultura . Esporte, lazer e recreação . Baú de leitura . Formação profissional . Protagonismo infanto-juvenil . Empreendedorismo . Monitoramento das políticas públicas locais . Alfabetização de adultos
<p><u>Desenvolvimento Econômico</u></p> <ul style="list-style-type: none"> . Micro-crédito urbano e rural . Cooperativismo e associativismo . Qualificação profissional . Capacitação e assessoria gerencial . Geração de trabalho e renda . Comércio solidário . Bancos comunitários . Organização comunitária . Desenvolvimento Rural e Ambiental . Redes produtivas e cooperativas . Hortas comunitárias e familiares . Plantas medicinais . Banco de sementes . Cultivo de safras . Criação de pequenos animais . Captação, armazenamento e manejo da água . Capacitação e assessoria gerencial . Comércio solidário . Educação ambiental . Promoção da Justiça . Prevenção e erradicação do trabalho infanto-juvenil . Participação nos Conselhos de Direitos . Luta pela garantia dos direitos sociais e civis . Combate ao abuso e à exploração sexual contra crianças e adolescente . Combate à violência familiar e comunitária . Proposição e aplicação de políticas públicas sociais locais
<p><u>Emergência e Reabilitação</u></p> <ul style="list-style-type: none"> . Redes de solidariedade . Ajuda humanitária . Redução das perdas . Alívio da dor . Proteção e segurança das famílias . Reabilitação e reconstrução familiar e comunitária . Geração de trabalho e renda
<p><u>Testemunho Cristão</u></p> <ul style="list-style-type: none"> . Inter-relação com igrejas e entidades cristãs para promoção da vida . Eventos sobre espiritualidade cristã . Formação humana e ética cristã . Redes de testemunho cristão

3.3 Desenvolvimento Transformador Sustentável

O conceito de “Desenvolvimento Sustentável” surge de um longo debate em torno da problemática ambiental e da preocupante relação do ser humano com a natureza. Esse estado de preocupação emerge como consequência dos efeitos gerados pelo modelo hegemônico de desenvolvimento vigente desde a Revolução Industrial. Ocorrida ao longo dos séculos dezoito e dezenove, tal revolução foi um momento ímpar na história da civilização moderna, quando um novo modo de organização da produção humana se torna supremo, impulsionando a produção em larga escala nas indústrias e o consumo de bens manufaturados. Nesse modelo, desenvolvimento é compreendido como crescimento econômico ilimitado, em que se ampliam ao máximo os meios de produção, as inovações tecnológicas e a produtividade, ou seja, as forças produtivas. Segundo tal perspectiva, somente dessa maneira é que as sociedades ditas subdesenvolvidas superaríamos a pobreza e alcançariam o progresso.

A partir da década de 60, proliferaram as discussões em torno das limitações do modelo de desenvolvimento perseguido e disseminado até então, prevendo a insustentabilidade do planeta e da vida humana no futuro. Nessa década, foram criadas diversas ONGs e grupos ambientais. Na década de 70, além do surgimento de novas ONGs em prol do equilíbrio ambiental, foram criadas agências e órgãos governamentais com o objetivo de proteger e fiscalizar ações ligadas ao meio ambiente. Nesse momento, as questões ambientais passam a integrar as discussões de governos e partidos políticos de vários países. Em 1971, é fundado o Greenpeace, ao mesmo tempo em que, em Founex, na Suíça, realizava-se o Painel Técnico em Desenvolvimento e Meio Ambiente, com o objetivo de integrar proteção ambiental às estratégias de desenvolvimento. Esse evento serviu de base para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, conhecida como Conferência de Estocolmo, que aconteceria no ano seguinte com a participação de 113 países (CAMARGO, 2003). Foi na Conferência de Estocolmo, em 1972, que se oficializou o início das preocupações internacionais sobre os problemas ambientais e obtiveram-se como resultados o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA); o Fundo Voluntário para o Meio Ambiente e; o estabelecimento de todo o dia 5 de junho como o Dia Mundial do Meio Ambiente. Conforme relata Sachs (2002), tanto durante o evento em Founex quanto na Conferência de Estocolmo, duas posições diametralmente opostas foram assumidas: os que previam abundância e os catastrofistas. Os primeiros consideravam que as preocupações ambientais deveriam ser secundárias e que se não fossem assim, iriam acabar

por prejudicar a verdadeira prioridade global que era a aceleração do crescimento por meio da industrialização. Para esse grupo, os efeitos negativos do processo de crescimento seriam contornados quando os países em desenvolvimento maximizassem sua renda per capita. Desta posição, faziam parte tanto “esquerda, quanto direitas”, as quais cultivavam um otimismo epistemológico baseado na crença de que “soluções técnicas” sempre poderiam ser concebidas para garantir a continuidade do progresso “material das sociedades humanas” (SACHS, 2002). Já os pessimistas, acreditavam que o mundo deveria parar tanto de crescer demograficamente quanto economicamente, pois, se isto não fosse feito, ao final do século teríamos como consequência a total exaustão dos recursos ambientais ou efeitos caóticos de poluição (id. 2002).

Contudo, do debate dos dois grupos opostos surge uma nova posição que acabou por mediar à situação: o crescimento econômico fazia-se necessário num contexto de tantas desigualdades econômicas e sociais entre países, mas deveria ser socialmente receptivo e implementado por métodos favoráveis ao meio ambiente. Dessa posição, surge a concepção de outro desenvolvimento, o qual ficou conhecido como Ecodesenvolvimento. Scottó, Carvalho e Guimarães (2007) afirmam que, apesar de ter sido Maurice Strong, secretário geral da conferência de Estocolmo, a primeira pessoa a utilizar o termo ecodesenvolvimento, em 1973, foi Ignacy Sachs quem melhor formulou os princípios dessa nova visão de desenvolvimento. De acordo com Sachs (2002, p.53), o Ecodesenvolvimento é:

[...] endógeno (em oposição à transposição mimética de paradigmas alienígenas), auto-suficiente (em vez de dependente), orientado para as necessidades (em lugar de direcionado pelo mercado), em harmonia com a natureza e aberto às mudanças institucionais, fundamentando-se na harmonização de objetivos sociais, ambientais e econômicos.

Segundo Camargo, a nova visão de desenvolvimento integra aspectos como:

[...] satisfação das necessidades básicas; a solidariedade com as gerações futuras; a participação da população envolvida; a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas; programas de educação (CAMARGO 2003, p. 66).

Em 1983, foi criada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), também conhecida como “Comissão Brundtland”, com o intuito de rever os problemas críticos do meio ambiente, do desenvolvimento do planeta e elaborar propostas realistas para

solucioná-los. O conjunto de informações foi colhido por especialistas de diversos países em áreas como políticas, negócios, educação, ciência e desenvolvimento, até que, em 1987, a Comissão Brundtland chegou a um relatório final, chamado *Our Common Future*, ou “Nosso Futuro Comum” (CAMARGO, 2003). O Relatório Brundtland teve um importante papel na divulgação da expressão desenvolvimento sustentável, dando-lhe os seguintes significados:

Desenvolvimento sustentável é um novo tipo de desenvolvimento capaz de manter o progresso humano não apenas em alguns lugares e por alguns anos, mas em todo o planeta e até um futuro longínquo [...] o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades [...] em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (NOSSO FUTURO COMUM, apud CAMARGO, 2003, p. 71).

É pertinente ressaltar que, mesmo reconhecendo os problemas sociais como elemento fundamental dos problemas ambientais, o Relatório Brundtland não questionou o modelo econômico dominante; defendia o crescimento da economia mundial, desde que este respeitasse as limitações ecológicas.

Em 1992, foi realizada, na cidade do Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida como “ECO-92”, ou ainda, “Cúpula da Terra”. Esse evento contou com representantes de 179 países, incluindo cerca de 100 chefes de Estado, e buscou chamar a atenção do mundo para os perigos que rondam o planeta dado o seu grau de devastação ambiental e, dessa forma, conseguir realizar um acordo entre os povos, na tentativa de reverter tal situação. Dentre os vários documentos postos em voga na ECO-92, destaca-se a Agenda 21, um pacto entre os setores governamental, produtivo e civil organizado, reunidos em torno de uma agenda de trabalho baseada em metas para áreas em que a ação humana impacta o meio ambiente, as quais deveriam ser levadas a cabo nas décadas seguintes. Nas palavras de Marina Silva, ex-ministra do Meio Ambiente⁵⁵:

[...] a Agenda 21 é uma Agenda de Desenvolvimento Sustentável, onde, evidentemente, o meio ambiente é uma consideração de primeira ordem. O enfoque desse processo de planejamento apresentado com o nome de Agenda 21 não é restrito às questões ligadas à preservação e conservação da natureza, mas sim a uma

⁵⁵Conf. www.mma.gov.br/index

proposta que rompe com o desenvolvimento dominante, onde predomina o econômico, dando lugar à sustentabilidade ampliada, que une a Agenda ambiental e a Agenda social, ao enunciar a indissociabilidade entre os fatores sociais e ambientais e a necessidade de que a degradação do meio ambiente seja enfrentada juntamente com o problema mundial da pobreza. Enfim, a Agenda 21 considera, dentre outras, questões estratégicas ligadas à geração de emprego e renda; à diminuição das disparidades regionais e interpessoais de renda; às mudanças nos padrões de produção e consumo; à construção de cidades sustentáveis e à adoção de novos modelos e instrumentos de gestão (SILVA M, 2007).

Paralelamente a ECO-92, foi realizado o Fórum Global das ONGs, um evento pioneiro que reuniu cerca de quatro mil entidades da sociedade civil do mundo todo, criando 36 documentos e planos de ação (CAMARGO, 2003). Foi durante a ECO-92 que organizações internacionais sacramentaram o desenvolvimento sustentável como expressão normativa para indicar a relação entre crescimento e preservação ambiental. Após dez anos da RIO-92, ocorreu na África do Sul uma megaconferência das Nações Unidas que reuniu 191 delegações de todo o mundo: a “Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável”, também conhecida como “RIO+10”. O principal objetivo do encontro foi avaliar os avanços alcançados desde a RIO-92 e a concretização de metas da “Agenda 21”. Nesse sentido, constataram-se poucos avanços, sendo claro que interesses econômicos ainda prevaleciam sobre iniciativas de se priorizar o cuidado ao meio ambiente. Em sua Declaração Política, a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável afirma que o Desenvolvimento Sustentável possui como pilares interdependentes e mutuamente apoiados o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento social e a proteção ambiental nos âmbitos local, regional, nacional e global, e que são seus objetivos fundamentais e requisitos essenciais a erradicação da pobreza, a mudança dos padrões de consumo e produção e a proteção e manejo da base de recursos naturais (DECLARAÇÃO, 2002).

Conforme demonstra a literatura, verifica-se que a expressão Desenvolvimento Sustentável ainda não é precisa, sendo utilizada de diferentes formas e com diversos sentidos. Scotto, Carvalho e Guimarães (2007) afirmam que o uso do desenvolvimento sustentável como conceito esbarra na imprecisão e na ambigüidade que marcam seus usos. Já Camargo (2003) aponta que os estudos que abordam tal temática têm se expandido consideravelmente nos últimos anos, utilizando dezenas de definições para o termo, “Desenvolvimento Sustentável”, sem que haja um consenso quanto ao seu real significado. Não obstante haja divergências quanto ao seu exato significado, é notório que tal expressão, em seus mais diversos entendimentos, sofreu influência das conseqüências éticas e epistemológicas ocorridas por conta da maximização da consciência ambiental. Segundo Sachs (2002), tais conseqüências são: do ponto de vista ético, a solidariedade ultrapassa o comprometimento

com a geração atual e passa, também, a se comprometer com as gerações futuras e com todas as espécies vivas da natureza; do ponto epistemológico, cita-se o fim da pretensão de dominar a natureza e da crença ilimitada nas virtudes do progresso técnico, bem como a superação do entendimento cartesiano de mundo para uma visão holística. Ademais, há uma expansão da concepção do tempo: se os economistas pensam em anos ou décadas, a ecologia pensa em séculos e milênios. Desta forma, o Desenvolvimento Sustentável traz em seu bojo a superação de uma visão unidimensional — a da dimensão econômica — do desenvolvimento, para uma visão multidimensional, o qual leva em consideração outros aspectos indispensáveis à vida humana e fundamenta-se na harmonização de objetivos sociais, ambientais e econômicos.

Ao lado de outras ênfases sobre desenvolvimento, há um consenso de que é necessário revisar as estratégias tradicionalmente adotadas na formulação dos programas de desenvolvimento local (BANDEIRA, 1999). Tais estratégias, além de apresentarem um conteúdo que, em alguns aspectos, não mais se ajusta às realidades e necessidades padecem de problemas de alcance e de estratégia. Quanto ao alcance, torna-se cada vez mais claro que as abordagens centradas no nível de abrangência territorial “regional” devem ser substituídas por iniciativas de abrangência “sub-regional” ou local, que possam ser melhor “calibradas” com base em diagnósticos mais precisos da situação e das potencialidades dessas áreas menores, cuja problemática tende a ser mais homogênea (id. 1999).

Quanto às estratégias, vem-se tornando cada vez mais evidente a inadequação das ações formuladas de cima para baixo, sem envolvimento dos segmentos relevantes da sociedade civil. Em primeiro lugar porque, na maior parte dos casos, essa representação da comunidade é amplamente minoritária em relação ao número de membros indicados pelas organizações interessadas ou mantenedoras. Em segundo porque essas situações tendem a caracterizar uma forma apenas simbólica de participação, sem eficácia real, a qual é caracterizada como apaziguamento.

A necessidade de uma participação ampla e efetiva da sociedade civil na formulação e implementação das ações deve ser considerada não apenas para produzir melhores programas e projetos, mas também como instrumento para a construção de uma sociedade mais dinâmica, mais justa e mais democrática (id, 1999).

Podem ser desenvolvidas várias linhas convergentes de argumentação para destacar a importância da participação da sociedade civil e da articulação de atores sociais nas ações voltadas para a promoção do desenvolvimento, seja em escala nacional, seja regional ou local. O primeiro argumento destaca a necessidade da consulta aos segmentos da comunidade

diretamente afetados, quando da concepção, elaboração, implementação e avaliação de programas e projetos específicos, relacionados com o desenvolvimento, como meio para assegurar sua eficiência e sustentabilidade. O segundo, mais abrangente, registra a importância da vitalidade de uma sociedade civil atuante na vida pública para a “boa governância” e para o “desenvolvimento participativo”. Uma das conexões desse argumento é a implicação de que a participação da sociedade civil é importante para assegurar a transparência das ações e para permitir o combate eficiente à corrupção no setor público. A terceira linha de argumentação vincula a participação à acumulação de capital social. Segundo estudos recentes, o capital social — que é composto por um conjunto de fatores de natureza cultural que aumenta a propensão dos atores sociais para a colaboração e para empreender ações coletivas— constitui-se em importante fator explicativo das diferenças regionais quanto ao nível de desenvolvimento (PUTNAM, 1996). A quarta estabelece conexões entre a operação de mecanismos participativos na formulação e aplicação de políticas públicas e o fortalecimento da competitividade sistêmica de um país ou de uma região. A quinta — e última — ressalta o papel desempenhado pela participação no processo de formação e consolidação das identidades regionais, que facilitam a construção de consensos básicos entre os atores sociais que são essenciais para o desenvolvimento.

Essas vertentes, em grande parte sobrepostas, acabam por destacar dois aspectos da participação. Um deles é o seu caráter de elemento essencial da própria idéia de democracia. O outro é o seu importante papel instrumental derivado da funcionalidade da participação para a articulação de atores sociais e para a viabilização de processos de capacitação e de aprendizado coletivo, extremamente relevante para a promoção do desenvolvimento.

Assim como os conceitos de desenvolvimento “sustentável e participativo”, o “desenvolvimento transformador” também vem se mostrando diversificado, assimilando diferentes concepções, mas com elementos basilares em comum, os quais são claramente oriundos das influências sofridas pelo conceito de desenvolvimento sustentável. Entende-se o seu significado, como a superação da visão de sustentabilidade organizacional ligada somente a aspectos financeiros, para uma visão multidimensional ligada a diversos aspectos não financeiros; e uma visão holística, compreendendo os diversos aspectos da sustentabilidade como interdependentes e interconectados.

Percebe-se, dessa forma, que o adjetivo transformador irá enriquecer o substantivo “desenvolvimento” de maneira que suas iniciativas e relacionamentos com a sociedade sejam assim aprimorados.

A Visão Mundial, mais do que simples prestadora de serviço preza manter sua identidade junto à igreja e à sociedade como parceira e agente de “transformação social”. Nessa visão, a compreensão sobre “desenvolvimento transformador”, também abarca a dimensão místico-espiritual, expressada pela presença da área de “Testemunho cristão” nos programas. Essa característica articulada à dimensão sociopolítica da organização fortalece “sua base social e legitimidade, sua transparência e credibilidade, sua rede de interlocução e ação conjunta com organizações da sociedade civil e com o Estado, sua autonomia e sua capacidade de oferecer serviços de qualidade e de promover processos de mudança social” (ARMANI, 2001, p.23).

Armani (2002) explica o que se refere à constante necessidade das organizações se reinventar para ser sustentável. Devido ao cenário de atuação das ONGs se encontrarem em um constante devir, essas organizações necessitam empenhar esforços contínuos para conseguirem se configurar da melhor maneira possível, ocasionando mudanças em importantes aspectos de sua cultura e do fazer institucional. A sustentabilidade das ONGs depende das configurações do campo em que essas organizações estão inseridas, na capacidade de sustentar de forma duradoura o valor social do projeto institucional, a partir da interação criativa com contextos mutáveis; “e no nível do conjunto das ações coletivas, das concepções políticas e mecanismos (públicos e privados) de enfrentamento da pobreza e das desigualdades e de promoção do desenvolvimento” (ARMANI 2002, p.4).

Os critérios que norteiam a formação da equipe de agentes que trabalham no PDA é um processo desenvolvido, a partir do estabelecimento de um perfil idealizado por parte da Visão Mundial e da equipe de contratação. Alguns dos agentes procedem de outras agências locais parceiras, ou não. Isso garante, segundo a ONG, a construção de capacidades locais e de articulação em rede do universo das organizações locais. Os agentes que trabalham no PDA são capacitados pela coordenação da ONG, que busca utilizar uma metodologia, na qual o agente possa apropriar-se do conhecimento sobre a realidade local, ao mesmo tempo em que apreende os conceitos do PDA e capacitam outros a serem multiplicadores locais em diversas áreas de atuação.

A metodologia aplicada na avaliação do programa utiliza a coleta de dados com a comunidade e com os grupos focais, e são realizadas reuniões com as agências conveniadas para o desenvolvimento de cada projeto (com seus setores operacionais e administrativos), com as crianças patrocinadas e suas famílias. De um modo geral, o objetivo ao qual se propõe a equipe de avaliação é perceber os impactos sócio-econômicos do programa. Segundo a

coordenação do escritório de Fortaleza, para chegar a esse objetivo é preciso atentar para a situação da população antes e depois das ações empreendidas, especialmente, a partir da própria observação dos beneficiários.

Desse modo, a organização pretende que o PDA seja um programa percebido a partir das seguintes ênfases: “promoção de justiça e assistência; empoderamento e interdependência da comunidade; bem-estar das crianças e de suas famílias; promovendo estruturas e sistemas transformados; estimulando o exercício de valores que demonstrem a responsabilidade e o cuidado das pessoas entre si e com o meio ambiente” (Manual do Desenvolvimento Transformador Sustentável da Visão Mundial).

***Quadro 07-Atuação Atuação da Visão Mundial no Brasil**

1975-2001	2003 – 2008
783 Projetos em 21 Estados + DF	69 Projetos Desenvolvidos em 14 Estados;
+ de 500 cidades	•114 municípios atingidos
+ de 1.300.000 de crianças beneficiadas diretamente	•+ de 56.000 crianças beneficiadas diretamente
+ de 10.000.000 de beneficiados	• + de 450.000 adultos beneficiados diretamente pelos programas desenvolvidos e+ de 2.100.00 pessoas beneficiadas indiretamente
+ de 3100 Organizações locais apoiadas	• 112 parcerias estabelecidas com organizações locais

*Fonte: Relatório da Visão Mundial Brasil relativo ao ano fiscal 2007 / 2008

A tendência da organização foi acompanhar os modelos “gerenciais” para aplicar-los aos seus programas. Com isso diminui a quantidade de atividades e projetos, o numero de estados, cidades e municípios atingidos e amplia o numero de pessoas, direta e indiretamente beneficiadas, enquanto que a intervenção se desloca da condição de apoio local para o estabelecimento das parcerias locais.

*** Quadro 08 Atuação da Visão Mundial no CE até 2008**

+ de 250 Organizações locais apoiadas
+ de 30 municípios beneficiados
+ de 100.000 de crianças e
+ de 120.000 adultos beneficiados diretamente
Cerca de R\$ 50.000.000 já investidos em Programas Sociais+ de 37 Projetos Desenvolvidos

* Fonte: Relatório da Visão Mundial no Ceará/ 2008.

3.4 O PDA-Caucaia

Com a proposta de contribuir com a organização de algumas comunidades no município de Caucaia, o escritório da Visão Mundial em Fortaleza procedeu aos tramites preliminares da implantação do PDA. Uma das primeiras ações foi à formação do Conselho de Desenvolvimento Comunitário Jardim da Natureza (CDCJN), o qual assumiu juridicamente a parceria com a Visão Mundial para o gerenciamento do PDA-Caucaia.

Seu formato associativo incorpora diferentes interesses que se integram para defender um interesse maior e comum que é a comunidade por ele representada. De sorte, que os documentos registram no ano de 1995 o início do convênio entre o Conselho Comunitário e a Visão Mundial (Estatuto do CDCJN⁵⁶, p.1, 1998).

O CDCJN, Conselho Comunitário Jardim da Natureza em suas configurações jurídicas e representativas é considerado como parte do fenômeno societário denominado “comunidade” e situa-se do ponto de vista empírico como um suporte político e metodológico para a o desenvolvimento local (GOHN, 1989). Pressupõe este entendimento que a dimensão espacial é a que confere especificidades aos fatos culturais, políticos e socioeconômicos (SANTOS, 1996). Segundo Lüchmann, Nobre, Carvalho (2002, p.03):

(...) os movimentos comunitários apresentam diferentes configurações, projetos e orientações, de acordo com os atores, os meios, os recursos e as relações sociais. Enquanto conjunto de organizações (Associações de Moradores, Conselhos Comunitários, etc.) que visa representar os interesses dos moradores de uma localidade, esse associativismo apresenta uma especificidade, caracterizada pelo fato de se constituir em coletividades que se reúnem e se organizam tendo em vista discutir e demandar melhorias urbanas. O elemento de identificação – e diferenciação frente a outros movimentos sociais – é, portanto, o compartilhamento do local de moradia.

A formação de conselhos como canal de participação da sociedade na constituição do poder político não é uma questão recente. No Brasil, nas décadas de 70/80, a questão dos conselhos se insere na agenda política de duas formas. De um lado, na forma de “conselhos comunitários” criados pelo poder público para negociar demandas dos movimentos populares, face à crescente mobilização das populações, principalmente as residentes nos bairros de periferia. Essas iniciativas surgiram como tentativa de resposta de governos eleitos a partir de

⁵⁶ O CDCJN, Conselho de Desenvolvimento Comunitário Jardim da Natureza, viria a constituir-se como nome oficial do Conselho de moradores.

1982 à crescente mobilização popular, buscando neutralizar a força política que certas organizações populares passaram a ter com o agravamento da crise política e econômica. A outra forma de conselho tinha características de “Conselho Popular”, criado a partir dos próprios movimentos, sem uma estruturação formal e baseado em ações diretas e sem nenhum envolvimento institucional, a não ser os contatos com autoridades para pressionar sobre reivindicações, com a proposta de constituir-se em força política autônoma em relação aos partidos e ao Estado (WANDERLEY, 1991).

Ao lado dessas iniciativas, com a crise do Estado, agrava-se a precariedade dos serviços públicos, principalmente nas áreas de previdência e saúde. A ampliação das demandas e a crescente mobilização e organização popular levam setores do Estado a uma maior interação com a sociedade, buscando ouvir as reivindicações da população, selecionando-as e enquadrando-as institucionalmente, ao mesmo tempo em que também modificam, de certo modo, os métodos e concepções tecnocráticas (TELLES, 1994).

Apesar do caráter deliberativo formalmente atribuído aos conselhos, Telles (1994) sugere que se deve indagar se suas decisões se sintonizam com os interesses da maioria da população, sobretudo dos setores excluídos, ou se apenas referendam as decisões do poder executivo e dos grupos que lhe dão suporte. Precisa também ser analisado de que modo se efetiva o processo decisório, o papel de cada representação na discussão e na iniciativa de proposições.

São conhecidas as dificuldades para que as demandas e interesses dos setores excluídos cheguem até os centros de poder. De acordo com Wanderley (1991), os conselhos podem constituir-se num canal para que isso aconteça, dependendo da composição, do maior ou menor poder de articulação entre os próprios representantes dos usuários e da sua capacidade de construir um consenso em torno das questões centrais de seu interesse.

Torna-se necessário acentuar o papel de controle social a ser exercido pelo conselho, entendido não apenas como mera fiscalização dos atos do executivo, mas, sobretudo no sentido de avaliação, pela comparação dos dados realizados com parâmetro estabelecidos consensualmente. Controlar a aplicação dos recursos implica analisar não só a honestidade dos gastos, mas também avaliar seu impacto econômico-social em termos de benefícios para o conjunto da população, sua economicidade e oportunidade (GONH, 1989).

Essa dimensão do papel dos conselhos exige maior visibilidade e transparência das suas ações e dos atos do governo, práticas pouco comuns em nossa tradição político-administrativa (GONH, 1989). Portanto, pressupõe maior vinculação à sociedade, utilizando

para isso mecanismos não institucionais (fóruns, comissões, assembleias, comitês), além da própria atuação independente das entidades em termos de mobilização, pressão, debate público e interação com os meios de comunicação de massa.

O CDCJN, por meio do PDA Caucaia atendia crianças e adolescentes indígenas e não indígenas de cinco comunidades: Lagoa dos Tapeba I e Lagoa dos Tapeba II, Tapeba do Trilho, Jardim do Amor e Tabuleiro Alto, aplicando ações nas áreas de arte-educação, saúde, habitação, desenvolvimento econômico e organização comunitária. No início das ações, a situação socioeconômica das famílias era bastante precária, considerando que a maioria não tinha acesso à renda devido à falta de trabalho e atividades produtivas. Sobre as condições de Habitabilidade⁵⁷, as casas eram de taipa; sem acesso a água potável e sem instalações sanitárias. As crianças e jovens estavam fora da escola e não tinham acesso a atividades recreativas, tornando-os ociosos e vulneráveis à violência. Quanto o acesso aos serviços de saúde, as famílias eram muito vulneráveis já que os serviços não atendiam a demanda existente. Além disso, de acordo com os depoimentos, um dos problemas mais graves era o preconceito com as famílias indígenas, provocando o enfraquecimento político das comunidades, bem como o esquecimento dos costumes e tradições da tribo Tapeba. “O índio era considerado ruim” (IT). No entanto, a partir das ações do CDCJN, por meio do PDA, as famílias, técnicos e membros da diretoria afirmaram que a situação das comunidades foi mudando. Primeiro, com a reorganização política da comunidade, fortalecendo o grupo por melhores condições de vida, depois veio à posse de parte das terras e valorização da cultura local. Embora algumas atividades consistissem somente na entrega direta de benefícios, as famílias tiveram suas necessidades minimamente supridas. Sobre as famílias, destaca-se o reconhecimento de sua própria identidade cultural.

Os pais passaram a assumir sua identidade (IT).

Os pais voltaram a dançar o Toré (IT).

⁵⁷ Habitabilidade é um termo usado no universo das políticas habitacionais que não se limita à unidade habitacional em sua construção. É, na verdade, um tema que abrange outras faces coletivas e privadas, físicas, psicológicas, sociais e culturais. É um conceito complexo, que envolve muitos aspectos que afetam a qualidade da moradia, como a qualidade da casa em termos de material de construção, área construída, divisões internas e instalações, a segurança da posse da terra, a infra-estrutura de abastecimento de água, esgoto, drenagem, sistema viário, forma do bairro e disponibilidade de equipamentos urbanos e serviços públicos, transporte, segurança, áreas de lazer e convivência comunitária, entre outros. Conf. no site www.habitatbrasil.org.br/producao-social-do-habitat/o-que-e-habitabilidade.

O fortalecimento e participação da comunidade indígena é também, resultado do trabalho do PDA, porque eles foram capacitados pra isso, o PDA incentivou com o apoio à feira cultural (TVM).

A organização do Conselho contribui para diminuição do preconceito contra os índios (IT).

Com o fortalecimento da luta acabou a discriminação (IT).

Tem pessoas que não gostam de assumir que são índios, têm vergonha, mas nós, não (MA).

A Escola Indígena Diferenciada ocupou um lugar central ao criar um movimento, capaz de repercutir em outras instancias de decisões e ações do grupo. Afirmou o discurso étnico-político dos Tapeba e fortaleceu a ONG, ao ampliar o espaço da sua visibilidade. Em termos de serviços diretos, o PDA contribuiu para a construção da sede e manutenção, enquanto a prefeitura disponibilizava os professores. Ao perguntar as famílias sobre as atividades da escola, as iniciativas esportivas e recreativas foram recebidas como uma solução muito importante para que jovens e crianças pudessem ocupar o tempo ocioso.

As crianças ficaram mais estimuladas para fazer a tarefa da escola (MNA).

Meus meninos, até começaram a brigar menos depois que foram estudar os esportes do PDA (MA).

A maior mudança foi o comportamento das crianças (MA).

Para as crianças, a importância do projeto consistiu na de aprender coisas novas, em conhecer pessoas pela Internet e saber mais sobre a cultura de suas comunidades.

Em relação à área de saúde, por exemplo, as famílias expressaram algumas restrições:

O PDA não conseguiu um médico pediatra para o atendimento na comunidade com o dia certo, embora que fosse para atender os casos mais simples, e sendo feito no PDA evitaria o deslocamento das mães (MA).

Queriam fazer o tratamento com oito crianças de uma vez e acabam não fazendo o negócio corretamente, pois era mais viável começar o tratamento com menos crianças e ter uma melhor assistência (MA).

Não concordei com o projeto em não dar o auxílio medicamento para os remédios de verme e vitamina, pois estes são remédios que as crianças mais precisam (MA).

Outra insatisfação era o não atendimento às crianças de zero (0) a sete (7) anos. Segundo os depoimentos das mães, o PDA não oferecia atividades específicas para esta faixa etária.

Era para ter uma atividade recreativa com as crianças de cinco a sete anos toda semana, pois não tinha e geralmente não tem nada para eles fazerem. Sabemos que tem cursos de informática, inglês, taekwondo e futebol, que são muito bons, mas as crianças pequenas não são beneficiadas, era melhor investir mais na saúde, pois atinge a todos (MA).

Na área da habitação, também vale destacar que as famílias demonstraram insatisfação com o fato de o PDA não prover todo material necessário para reforma ou construção de suas casas. Segundo os depoimentos, geralmente as famílias recebiam parte do material, mas como não tinham recursos para comprar a outra parte, as construções não eram finalizadas. Outra insatisfação nessa área era com relação ao prazo de recolhimento do material quando a construção não era realizada; de acordo com as regras do programa, era concedido um prazo de 30 dias para a construção da casa, caso não se construísse neste período, o material era recolhido.

Ao perguntar sobre a relação das famílias e crianças com os padrinhos obtive as seguintes respostas:

Eu até hoje não acredito nessa história de que existiu (sic) esses padrinhos. Pelo menos o meu nunca me mandou nem uma cartinha. Não foi como a madrinha do meu primo. Ela mandou uma bicicleta de presente de natal (CA).

Olha, eu por mim só tenho que agradecer por este projeto aqui na comunidade da gente. Eu sei que é importante ser índio e lutar tudo junto pelo que nos pertence, mas índio é gente e tem que comer, se vestir, e ter saúde e educação. Essa ajuda dos padrinhos ajudou muitas crianças a terem uma melhora. No fim, elas ficaram felizes com a gravação do CD. Foi como um abraço bem gostoso na gente (MA).

Ei olha ali! Aquele é o primo dela (referindo-se ao garoto que passava). Foi o que ganhou a bicicleta de natal da madrinha. Ele até hoje recebe umas cartinhas dela. E é porque ele nem tem tanta precisão. A mãe é costureira de um montão de gente daqui. Eu não entrei para receber presente, entende né? Eu num tive padrinho. É que nos tava morando em Maracanaú e quando chegemo (sic,) já tinha se acabado as vagas. Eu fui aluna da escolinha e agora continuo na escola. Mas eu canto no CD e fiz aulas de arte. Ei Jonas vem aqui pra mulher te ver! (NA).

[...] não posso demorar, vou ajudar o pai a trazer umas cordas de amarrar feijão. [...] essa bicicleta fui eu que ganhei da minha madrinha do projeto. Foi legal. [...] eu tenho certeza que ela é brasileira. Ela mora em Belo Horizonte e tem cinco filhos. Ela já falou com a mãe por telefone e nós temos retrato dela e dos filhos lá em casa. Disse que tudo que fez por mim é pra que eu possa ser uma pessoa do bem. Sabia que às vezes ela escreve pra mãe e pergunta como eu to nos estudo e tudo? Quer saber se a bicicleta tá andando legal. [...] é isso, tô (sic) indo ajudar o pai. Tchau (CA).

Ao justapor o discurso dos Tapeba com a teoria de Maurice Godelier (2001), por meio da noção chamada de “dom caritativo”, notamos que o gesto de generosidade do padrinho,

esconde alguns efeitos que precisam ser desvendados, para analisarmos os mecanismos de funcionamento da dívida dentro do contexto em que estamos trabalhando. Comentando as falas, pode-se notar como as pessoas apontam para a desigualdade existente entre quem dá e quem recebe. De acordo com Godelier (2001), a dívida pode aproximar ou distanciar aqueles que dela participam. A primeira criança não compreende o que significa o padrinho, pois o presente que seu primo recebeu criou ambigüidades com relação a quem deu e quem recebeu. Assim, do mesmo modo, a madrinha ao ser tão próxima e atenciosa, torna o reconhecimento (reciprocidade) sobre seu ato, uma obrigação. Usando o termo de Mauss, “sacraliza” sua posição no sistema de apadrinhamento. A mãe e a outra criança expressam a diferença social que existe entre os sujeitos, quando se enunciam como alvo do recebimento da “esmola”, a qual, validam e naturalizam, ainda que durante suas falas deixam transparecer as marcas causadas pela condição da pobreza.

Em relação à parceria com a Visão Mundial, a comunidade reconhece a importância do apoio da ONG no fortalecimento político da comunidade e na criação do CDCJN, porém, ressaltam que houve pouco investimento na formação técnico-administrativa para a Diretoria e equipe técnica, considerando a complexidade da proposta de PDA. Outras inquietudes foram apontadas: a primeira, sobre a frequência das visitas da assessoria da Visão Mundial ao PDA, uma vez que se fazia necessário uma presença maior dos assessores nas atividades realizadas. Porém, pessoas que participaram do projeto salientaram que entendiam que as inúmeras demandas internas dos assessores os impossibilitavam de acompanhar sistematicamente as ações do PDA; a segunda, com o fato de a assessoria da Visão Mundial interferir na contratação dos coordenadores, não valorizando o potencial da equipe técnica local.

Gostaríamos de haver tido a Visão Mundial mais presente no PDA, mas entendemos que não era possível por conta de todas as demandas existentes para os assessores (IT).

As decisões eram tomadas sem a participação da equipe técnica, quem realmente conhecia a realidade. A escolha dessas coordenações era muito em virtude do nível superior (IT).

Ao falar das expectativas não alcançadas, foi bastante interessante notar a importância que eles atribuíram à postura assistencialista da ONG, visto que as famílias instituíram que, ao longo da vida do PDA, elas estiveram à margem da tomada de decisões. “O PPP, Projeto Político Pedagógico foi criado na época do encerramento, os últimos três anos. O

planejamento não era construído em conjunto com a comunidade, a não ser nos últimos anos” (TVM). Nessa fase, uma iniciativa significativa do PDA foi com relação aos jovens. Criaram e implantaram o projeto, “Jovens Diferentes por uma Cultura de Paz”, em parceria com outras entidades locais, com o objetivo de abordar o tema juventude e violência.

De acordo com os depoimentos dos participantes, as ações mais importantes foram: o fortalecimento político e cultural das comunidades indígenas, evidenciadas por meio do Centro Cultural Tapeba, a retomada de parte das terras pertencentes ao grupo e a estadualização da Escola Indígena Diferenciada. Para as demais ações, segundo a opinião dos entrevistados, faltaram estratégias claras e qualificação técnica para levá-las adiante. Por exemplo, a comercialização do CD do Coro das Crianças não foi expressiva por falta de uma estratégia de *marketing*; na produção e comercialização do artesanato local, faltou a habilidade técnica na hora de fechar os contratos com os consultores e as parcerias. Conta-se que tiveram problemas com um dos parceiros que se comprometeu em comprar toda a produção de artesanato, porém, por não haver um contrato formal entre ele e o CDCJN, o acordo não se concretizou.

De posse dessas informações avaliei os seguintes dados: atualmente, o laboratório de informática é utilizado para as atividades da escola e funciona como uma *Lan House*, cuja atividade mantém a conservação e uso dos computadores. Recentemente, o grupo conseguiu realizar uma parceria com a prefeitura de Caucaia para cobrir os custos do ensino de informática. A Farmácia Viva, ainda durante a execução do PDA, obteve recursos junto ao governo do estado do Ceará e até o momento da nossa pesquisa (2007-2008), o grupo permanece buscando apoio junto ao departamento de fitoterapia da UFC-Universidade Federal do Ceará. As unidades da escola indígena diferenciada seguem funcionando normalmente. Quanto às atividades de artesanato e comercialização, conferi pessoalmente os cestos de palha estocados em grande quantidade, por motivo da desistência do comprador, assim como visitei a loja da Avenida Monsenhor Tabosa por ocasião da sua inauguração. Naquele ensejo, constatei que a Visão Mundial pensou estrategicamente o local como um espaço de comercialização das atividades produtivas artesanais de todos os PDAs do estado do Ceará. De acordo com declarações da equipe responsável pela loja, as experiências de Mossoró e Recife alcançaram êxito em vendas neste formato de comercialização. No caso da loja em Fortaleza, sua duração foi limitada pela inviabilidade financeira. O empreendimento não conseguiu alcançar as expectativas propostas.

A gente reconhece que a Visão Mundial fez muito por nós, mas a gente também sabe que se não fosse por nós eles não tinha (sic) projeto. A gente ganhou e

eles também. No final deu tudo empate. Eles também tiveram que entender que o jeito que nós sabemos fazer as coisas é o nosso jeito de ser. É importante que essas ONGs, entendam que ajudar não é dizer como a gente tem que fazer, mas também e aprendendo com o que a gente já sabe pra poder um dia a gente vencer na vida (IT).

Era tão bom se viesse outro projeto de fazer a gente ter um trabalho melhor. O negócio das cabra (sic) foi bom, mas não deu em nada. O pessoal fez foi vender ou comer. Os artesanatos a gente aprendeu muita coisa, mas até hoje tem cesta de vime mofando por aqui. O que é que adianta fazer e não ter como vender? O melhor mesmo depois da escola foi as casa (sic), o CD com as crianças, e a Farmácia Viva que até hoje serve pra ajudar o povo com os remédios das ervas. A lojinha da praia (referindo-se a loja cooperativa do projeto de economia solidária e gênero da Visão Mundial, Crisol na Avenida Monsenhor Tabosa), a gente tinha que pagar R\$ 500.00 de aluguel por cada projeto. Não tinha de onde tirar esse dinheiro com o que se vendia. Eu acho que essa economia solidária é o melhor pra gente, mas tem que ter acompanhamento se não, num vinga e nem vai adiante (IT).

Desde que eu me entendo por gente eu faço artesanato. Olha, presta atenção; eu não trabalho com artesanato. Eu faço artesanato é diferente. Nós os índios já nascemos com as sementes e a palha na mão. Eu faço enfeite, bijuteria, cortina, roupa, tapete, cerâmica e um monte de coisa. O pessoal da Visão Mundial é muito legal, só que, eles contrataram uma senhora de uma faculdade de moda pra ensinar a gente e a pobre fez foi sofrer. Ela inventou de querer ensinar a gente a fazer uma jarrinha de cerâmica para botar perfume de ervas pra vender no centro cultural da Lagoa I. A mulher explicava, explicava e o povo não conseguia tirar a idéia. Foi aí que a Margarida disse pro grupo que a gente pensasse na forma de uma cabaça, mas fizesse de um tamanho menor. Num instante a coisa deu certo. Ta vendo? Como é que o povo ia entender as figuras que a professora pedia se ela não sabe as figuras que a gente conhece? Assim é com todo o resto do que o Tapeba trança. É que nós pensa (sic) como a gente conhece desde nossos avós e os que ensinaram pra eles (João Tapeba).

Além das dificuldades relativas às atividades produtivas, observou-se que a capacidade de acessar outros fundos está limitada a recursos pontuais, o que não garante a continuidade das ações, da mesma forma, que a participação nos espaços políticos, como meio de influir nas políticas públicas locais, acontece somente por meio das lideranças comunitárias.

Sobre as perspectivas pós-encerramento do convênio com a Visão Mundial, havia uma preocupação maior já que, naquele período (2005-2007), a comunidade não tinha nenhuma outra parceria. Porém, afirmaram que as atividades com as crianças e adolescentes continuaram por meio do Centro Cultural Tapeba e da Escola Indígena Diferenciada, como também as articulações políticas com os movimentos sociais e o Estado.

Na declaração da coordenação de projetos da Visão Mundial, conferi que a organização entende que o atual desafio para os projetos sociais, de um modo geral, passa essencialmente pela capacidade analítica e operativa da sustentabilidade. Para tanto é preciso manter as iniciativas, onde as atividades produtivas sejam capazes de conjugar iniciativas diferenciadas e sustentáveis e que gerem o capital financeiro necessário para a continuidade do seu desenvolvimento. Contudo, será sempre a comunidade que poderá adequar novas

estratégias para a criação e sustentabilidade dos empreendimentos. Nesse caso, Oliveira Filho (2006), referindo-se as interações entre ONGs e comunidades, diz que o modelo proposto por estas organizações, pode vir a facilitar a disposição das comunidades a institucionalizar-se para o desempenho de serviços econômicos e sociais cada vez maiores para o acesso ao mercado de projetos e de novos modelos organizativos.

De um modo geral os participantes da avaliação opinaram que as ações tiveram um bom desempenho ao longo do programa, principalmente as ações da área de Educação com destaque ao apoio na implantação da escola indígena e as atividades de arte e esportes; da área de Habitação, a recuperação de muitas casas, posto que muitas famílias vivessem em casa de taipa; na Saúde, o apoio à implantação da Farmácia Viva; e, na Organização Comunitária destaca-se o investimento no fortalecimento político das comunidades indígenas. Também disseram que as reclamações começaram a chegar a todas as esferas de participação do PDA.

A partir das reflexões sobre essas questões e outras, surge o Projeto Político Pedagógico que significou um salto importante em relação à construção de um plano estratégico de trabalho participativo. Esse momento coincidiu com o início da fase de encerramento.

***Quadro 09- Ações desenvolvidas por área**

Saúde: o CDCJN atendia mensalmente as cinco comunidades por intermédio de encaminhamentos a médicos, auxílio remédio, apoio para realização de cirurgias, tratamento e treinamento em medicina alternativa. Em relação, a área de Saúde, por exemplo, as famílias expressaram que:
Educação: no início a organização sugeriu a mesma metodologia com a qual trabalha em outras comunidades, no entanto, o modelo pedagógico não interagiu satisfatoriamente, o que desencadeou a elaboração de novas linhas de ação que culminou no PPP, Projeto Político Pedagógico, que se transformou no fio condutor do desenvolvimento para o PDA-Caucaia. Das iniciativas planejadas inicialmente, foram incorporadas ao PPP: o Espaço de Informática e Cidadania, as oficinas de cultura popular local e a promoção da metodologia do Baú de Leitura, curso de inglês básico e atividades esportivas de taekwondo e futebol.
Habitação: mensalmente 25 famílias eram atendidas por meio de doações de materiais de construção para pequenas reformas e construções. No final do convenio somaram o total de 140 casas que foram beneficiadas.
Desenvolvimento econômico: a Visão Mundial implantou o PROMICRO1 que consistiu num programa de micro-crédito destinado a pequenos empreendedores.
Organização comunitária: não se encontrou nenhum registro no relatório nessa área até o novo redirecionamento do programa com o PPP.

*Quadro analítico sobre as ações do PDA - Caucaia. Elaborado pela autora com base na pesquisa.

4º CAPÍTULO - PPP- PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Com base nas informações e dados que vimos até o momento, observa-se que o PDA contribuiu para que crianças, adolescentes, suas famílias e a comunidade avançassem em direção às questões, pelas quais, o grupo vem constituindo aprimorar sua presença sociopolítica e econômica em Caucaia. De um modo geral os participantes da pesquisa, opinaram que as ações apresentaram um bom desempenho ao longo da vida do programa, principalmente aquelas relativas à área da educação com destaque ao apoio na implantação da escola indígena, no entanto, faltava um movimento capaz de dar conta das forças presentes na realidade. As reações que aparecem na realidade do PDA criam novas situações: o grupo almejava alcançar outros propósitos e as iniciativas de desenvolvimento reduzidas à entrega de serviços por parte da ONG, não satisfazia a finalidade do grupo.

Oliveira Filho (2000), diz que os mercados de projetos mostram claramente como os indígenas se inserem na esfera global. Ele nos faz perceber que a atual situação e as perspectivas de futuro dos povos indígenas são cada vez mais afetadas por projetos cuja elaboração e decisão não se dão apenas no âmbito dos Estados, uma vez que seguem um conjunto de normas, convenções e diretrizes definidas em foros internacionais e em agências multilaterais. O autor faz tal constatação ao analisar a diretriz operacional de 1991, que estabelece as condições a serem seguidas por todos os projetos apoiados pelo Banco Mundial, realizando uma leitura crítica a partir do contexto histórico brasileiro e dos interesses e das demandas indígenas aí manifestados.

A posição do Banco Mundial e de outras instituições que apóiam e financiam esses projetos, remonta da idéia de desenvolvimento, onde o centro da discussão relaciona o tema com o que aconteceu na Amazônia brasileira.

Sabemos que nessa região surgiram diversos projetos para o desenvolvimento, alguns deles sendo implantados pelos governos Federal, Estadual ou Municipal, ou mesmo por entidades não-governamentais. Foi uma espécie de projeto hegemônico na década de 60, quando o Estado brasileiro começa a preocupar-se com essa região como prioridade, fundamentado na doutrina de segurança nacional e com a necessidade de modernizar a produção e a redistribuição territorial da mão-de-obra sob forte controle social. Interessa-nos aqui, analisar como a insatisfação que havia no PDA-Caucaia está relacionada com esse paradigma de desenvolvimento.

Os projetos de desenvolvimento da região amazônica, financiados pelo Plano de Integração Nacional (PIN), tinha como vértice principal de suas ações o setor agropecuário que se sustentava no discurso da “vocação do Brasil como supridor mundial de alimentos, matérias-primas agrícolas e produtos agrícolas industrializados” (BRASIL, 1974, p. 41). Esse propósito incluía a expansão agropecuária e colonizadora da região e, percebemos de início, que a visão do espaço amaz nico como um vazio demográfico estava equivocada fato que resultou em um largo conflito que perdura até hoje. Aquele não era um espaço vazio, mas um território habitado por diversas etnias e populações camponesas. Além do mais, o processo de “ocupação espontânea”, em contraste com a “coloniza o dirigida”, rapidamente fugiu do controle do governo e assumiu proporções inimagináveis, provocando diversos conflitos, tanto que, durante a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, em Estocolmo⁵⁸ (1972), várias organizações internacionais passaram a exercer pressões sobre o projeto do governo brasileiro para a Amazônia por conta do impacto ambiental que estas estavam causando.

Assim como o Estado brasileiro priorizou um tipo de desenvolvimento para a Amazônia, tendo atuado com esse fim por meio dos diversos órgãos existentes ou criados na época, ele também tinha planos bem delimitados quanto aos indígenas. Até a década de 70, os projetos desenvolvidos pela FUNAI e, antes disso, pelo Serviço de Prote o aos  ndios (SPI) eram empreendidos por técnicos do órgão tutor. A partir dessa época, entretanto, devido às pressões externas contra o genocídio consentido em território nacional, a FUNAI começa a entrar em contato com instituições científicas no intuito de contratar profissionais com forma o técnica e que dessem legitimidade   política indigenista planejada (ALMEIDA, 1991). No entanto, segundo Almeida, esses projetos não visavam uma soluço interna do grupo, mas um tipo de produ o mais próxima da empresa agrícola capitalista, do capital agroindustrial. Dentro da lógica da progressiva integra o do  ndio   sociedade nacional, esses projetos procuravam selecionar as tribos segundo o grau de acultura o, sendo escolhidos projetos extrativistas para aqueles com menor conhecimento tecnológico.

Com a participa o de antropólogos, os projetos da FUNAI, ganhavam alguma preocupa o em não se distanciar das tradições de tais povos. Almeida, contudo, tende a considerar muito pequena a autonomia dos coordenadores dos projetos, principalmente devido à a o da burocracia local da FUNAI que, juntamente com seus aliados em Brasília e nas coordenadorias regionais, entravam a a o dos coordenadores/antropólogos. No entanto, os

⁵⁸ www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/estocolmo.doc

técnicos do governo nesses projetos tinham uma forte orientação desenvolvimentista, ou seja, estavam preocupados apenas com o aumento da produtividade que esses projetos poderiam gerar nas economias indígenas. Surgia, então, o que Almeida chamou de uma “efêmera, mas sólida ideologia do desenvolvimento do índio” (idem, 1991).

Com a falta de recursos e políticas adequadas, os projetos de desenvolvimento em áreas indígenas, estiveram por aproximadamente vinte anos, dependendo de financiamentos de entidades estrangeiras como a OXFAM⁵⁹, da Inglaterra, a Pão para o Mundo, da Alemanha, e a ICCO⁶⁰, da Holanda, como sendo estas suas principais parceiras. Em seguida, outras organizações consideradas como intermediárias dão início a cooperação com programas de desenvolvimento em áreas indígenas. No caso específico da Visão Mundial, suas ações nessa área começam com um projeto no interior de Alagoas, depois, com o PDA-Caucaia, e em seguida com a doação de dois barcos hospitais para a Amazônia. Atualmente a organização desenvolve um dos seus maiores projetos no Brasil: o Projeto Aldeias junto à OPAN, Operação Amazônia Nativa. O programa, projetado para três anos, se propõe a incrementar a vigilância, a conservação da biodiversidade, e o gerenciamento de recursos naturais entre cinco comunidades indígenas na região do Amazonas.

Distinguido o modo como os projetos para o desenvolvimento em áreas indígenas se constituíram e como reelaboraram novas dinâmicas, chegamos novamente ao PDA-Caucaia, precisamente à escola indígena diferenciada dos Tapeba, lugar da mobilização e apropriação dos aspectos cognitivos, em torno do qual, muitas idéias, formas de organização e representações foram definindo e estruturando o programa. O aspecto da luta pelos direitos indígenas intensifica a importância da atuação, mediante a qual, os atores do programa de desenvolvimento constroem sua relação uns com os outros, e com a sociedade. O protagonismo do grupo se presta a reforçar os laços de reciprocidade e solidariedade para combinar a presença da pluralidade identitária no universo do PDA: a Visão Mundial chega à

⁵⁹ Oxfam: trabalha em parceria com outras organizações para superar situações de pobreza no mundo. Fundada na Grã-Bretanha em 1943, a Oxfam é uma organização não-governamental independente, filiada a Oxfam International, que hoje atua em mais de 80 países por meio de respostas humanitárias, programas de desenvolvimento de longo prazo e campanhas de *advocacy*. No Brasil desde 1968, com sede na cidade do Recife, a Oxfam realiza parcerias com movimentos sociais, organizações de base, grupos comunitários, associações, organizações não-governamentais e redes de articulação comprometidas com uma sociedade justa, igualitária e sustentável.

⁶⁰ A Organização Intereclesiástica de Cooperação para o Desenvolvimento, ICCO, foi fundada em 1964. A ICCO desenvolveu seu programa próprio de cooperação para o desenvolvimento nas décadas de setenta e oitenta, ao mesmo tempo em que esteve estreitamente envolvida na criação do programa de co-financiamento do governo da Holanda. Atualmente trabalha na implementação de uma das concepções mais atualizadas da cooperação para o desenvolvimento.

comunidade Tapeba com a proposta do PDA que se fundamenta no discurso apoiador à comunidade; os índios Tapeba vivem o contexto situacional da luta pelo seu reconhecimento étnico e por recursos materiais. Desse modo, os pressupostos centrais da análise que operam sobre os significados do PDA para os Tapeba, advêm do conjunto de temas e problemas articulados, de um lado, pelo programa de desenvolvimento e, de outro lado, pela perspectiva que vê na luta pela definição da identidade Tapeba um caminho para a ordenação política de um grupo.

Passados sete anos, desde a assinatura do convenio entre a Visão Mundial e o CDCJN⁶¹, surge em 2005 o PPP, Projeto Político Pedagógico que se converteu no “divisor de águas” na história do PDA-Caucaia. Lamentavelmente, devido o fim do convênio com a Visão Mundial, muitas das ações previstas no “Plano Estratégico do PPP” não puderam ser concretizadas, posto que requeressem maior acompanhamento técnico e apoio financeiro. Não se encontraram evidências de que, na construção do plano estratégico elaborado para os anos de 2005 e 2006, tenha sido tomada em conta a redução do volume de recursos aportados pela Visão Mundial a partir desses anos. Essa observação, inclusive, consta do Relatório final do PDA-Caucaia. Por fim, pesem estas questões, a experiência da elaboração do PPP, deu início à nova fase do PDA-Caucaia.

Como marco inicial do processo de resignificação dessa etapa, o Conselho de Desenvolvimento Comunitário Jardim da Natureza (CDCJN) cria o Projeto Político Pedagógico, PPP, resultado de um processo de construção coletiva, desenvolvido por meio de uma metodologia participativa, elaborado nos meses de março, abril e maio de 2004, envolvendo as diversas instancias de representação da entidade e de seu público-alvo: “Diretoria, Conselho Gestor, Líderes Comunitários, Conselho Jovem, Coordenação e Equipe Técnica”. O processo de construção coletiva foi coordenado e facilitado pela professora Márcia Dolores Gallo Colpas, consultora do Instituto Florestan Fernandes, responsável pelo trabalho, com a colaboração e apoio da Visão Mundial envolvendo uma serie de metodologias e praticas pedagógicas que aqui procuro descrever.

O trabalho de elaboração do PPP foi realizado por meio de oficinas, observação de atividades educativas e entrevistas com educadores do PDA, nas quais foram construídas o “Marco Referencial”, que consistiu nas seguintes partes: “Marco Situacional” (visão da realidade social), “Marco Doutrinal” (visão da sociedade e do ser humano) e “Marco

⁶¹ A organização considera os primeiros anos (1991 à 1998), como período de implantação do PDA. Na constituição do CDCJN é que se considera a formalização do programa.

Operativo” (diretrizes orientadoras do campo de ação da instituição) o “Diagnóstico” (juízo da prática da instituição) e “Plano Estratégico do PPP”.

De acordo com o relatório da professora Márcia Dolores, os grupos de trabalho, se desenvolveram a partir de um processo dialógico e participativo, analisaram e sistematizaram a visão da realidade, indicaram o tipo de sociedade e de ser humano que pretendiam ajudar a construir, estabeleceram as diretrizes operacionais de sua intervenção, realizaram um juízo da prática à luz de seu Marco Referencial para analisar até que ponto a instituição (CDCJN) estaria caminhando em direção aos seus objetivos estratégicos, levando em conta sua missão e valores. Desse modo, elaboraram seu plano estratégico de ação a partir das necessidades identificadas. A perspectiva do grupo foi que, de fato, o PPP inaugurasse um novo momento histórico da vida do CDCJN.

O conselho atuava no município de Caucaia desde 1998, trabalhando e promovendo o desenvolvimento e a cidadania nas comunidades, com foco especial nas comunidades indígenas. A metodologia utilizada em consonância ao objetivo da proposta “Construção Coletiva do Projeto Político Pedagógico” do CDCJN adotou como referência básica a “Metodologia de Planejamento Participativo”, adaptando-a às circunstâncias locais. Para a operacionalização do trabalho, foram realizadas três oficinas de construção coletiva, observação de atividades educativas e entrevistas com educadores em que as pessoas (representantes do Conselho Gestor, Diretoria, equipe Técnica, Conselho Jovens e líderes comunitários) foram sensibilizadas e vivenciaram várias etapas de trabalho por intermédio de atividades lúdicas, dinâmicas grupais, participando, elaborando e construindo coletivamente o PPP, intercalando momentos individuais e coletivos, organizando as idéias, sistematizando-as em textos, respeitando a construção do grupo. Durante os impasses e dos momentos de análise crítica, a busca de soluções e sistematização em um único corpo os propósitos e intenções dos participantes foi o caminho metodológico adotado.

As etapas seguintes se constituíram em atividades que envolvessem sensibilização e fundamentação teórica ao PPP, cujo objetivo foi favorecer a integração grupal e a construção coletiva, possibilitando a auto-apresentação, a declaração de valores e o compromisso com o trabalho, bem como identificar a percepção da realidade da instituição na visão compartilhada de cada participante, resgatando o MOCP (missão, objetivo, clientela, produto) da entidade. Nessa etapa buscou-se também oferecer uma visão geral do processo de construção do PPP.

Conseqüentemente, deu-se a construção do “Marco Situacional”, etapa em que os participantes construíram e sistematizaram coletivamente a visão que têm da realidade global

em seus vários aspectos: problemas, tendências, desafios e esperanças; construção do “Marco Doutrinal”, etapa que visou discutir e sistematizar coletivamente a visão (ideal/utopia) de sociedade e ser humano (crianças, adolescentes, famílias) que serviria de referência no trabalho do CDCJN; construção do “Marco Operativo”, onde, nesta etapa os participantes construíram coletivamente o posicionamento/visão/concepção do CDCJN referente ao tema do desenvolvimento, educação, cidadania, trabalho comunitário, educador, educando, definindo as diretrizes orientadoras e norteadores da sua intervenção social, política, cultural e pedagógica; elaboração do Plano Estratégico do PPP, momento em que os participantes elaboram o Plano Estratégico do PPP do CDCJN, definindo os objetivos gerais, ações estratégicas para os próximos dois anos de trabalho; e, concluindo o processo metodológico, a etapa em que o grupo sistematizou o documento final do PPP e apresentação ao CDCJN. A consultoria organizou todas as contribuições e discussões num documento, apresentação à diretoria do CDCJN, que se encarregou de divulgar o PPP nas comunidades e junto às diversas instâncias da entidade.

O documento foi estruturado da seguinte maneira: Nosso Marco Referencial (Marco Situacional, Marco Doutrinal e Marco Operativo); Diagnóstico (juízo da prática) por área de ação do CDCJN; Nossas necessidades e alternativas de solução; Plano Estratégico de Ação e Anexos.

No “Marco Situacional” a comunidade trata de apreender o seu movimento interno, conhecendo seus conflitos e contradições, fazendo um diagnóstico e definindo onde é prioritário agir.

Somos o Conselho de Desenvolvimento Comunitário Jardim da Natureza, CDCJN, uma entidade que atua no município de Caucaia desde 1998, tendo como missão contribuir para o desenvolvimento e bem-estar da sociedade, difundindo conhecimento e tecnologias nas comunidades, valorizando o ser humano, o meio ambiente e os valores cristãos. Somos uma referência política para o trabalho social e comunitário junto ao Povo Tapeba desenvolvendo atividades importantes na região, a exemplo do Programa de Desenvolvimento de Área, por meio do qual atendemos crianças e adolescentes indígenas e não indígenas de cinco comunidades (Lagoa dos Tapeba I e lagoa dos Tapeba II, Tapeba do trilho, Jardim do Amor, Tabuleiro Alto), implementando ações nas áreas de arte-educação, saúde, profissionalização, moradia, desenvolvimento econômico e organização comunitária, tendo como maior parceria a ONG Visão Mundial (1º ¶).

Inicialmente, nos chama atenção, a permanência de elementos centrais que caracterizam os valores da Visão Mundial a exemplo dos “valores cristãos” e das “áreas de atuação” (exceto a profissionalização). Essa observação cobra sentido em duas direções: fortalece a importância da transversalidade; afirma a influência da racionalidade da ONG. Tanto uma como a outra, demonstra que o período de convivência entre a Visão Mundial e os

Tapeba foi capaz de criar uma dinâmica de trocas em que foram intercambiados mais que serviços e produtos. Ali, os sujeitos trocaram também, valores, desejos, sentimentos e símbolos.

Ao abordar a realidade situacional em que se encontrava, a comunidade destacou sua percepção de mundo a partir da condição de pobreza. Nela está ausente a perspectiva de vida e soluções para os problemas pessoais e coletivos. Esse sentido de “exclusão social” gera no seio do grupo, a crítica ao sistema capitalista, acompanhado do desejo de superação da realidade.

Vendo o mundo de hoje embutido num sentimento muito forte de ausência de perspectiva de vida na busca de solução dos problemas pessoais e coletivos. Por um lado, experimentamos a globalização, como fonte de troca de informações ao alcance de todos, até mesmo entre diferentes culturas e países. A mídia passa a ser a principal condutora destas informações. O aumento e a eficácia tecnológica promovem um avanço científico espetacular, porém todo esse desenvolvimento só está disponível a uma pequena parcela da humanidade. Os problemas crescem como: o analfabetismo e o desemprego, que promovem a miséria, a violência e a fome; as classes divididas em ricos, pobres e miseráveis e, como sempre, países ricos dominam países pobres, dificultando assim a evolução de povos menos favorecidos. Constatamos o aprofundamento da face capitalista do mundo, girando sempre em torno do lucro; máquina substituindo homens, trazendo grande preocupação para a humanidade (2º ¶).

Das questões encontradas pelo grupo de trabalho do PPP como reflexo da instabilidade social, na qual a comunidade está inserida, eles destacaram: desemprego; educação pública de má qualidade; falta de acesso ao atendimento na área da saúde; carência de incentivo e apoio ao desenvolvimento de políticas para o desenvolvimento rural; e descrédito nos governantes e suas políticas. Das tendências positivas, as referências apontaram para o fortalecimento do trabalho social e comunitário; o reconhecimento por parte do governo e da população das etnias indígenas e o processo das demarcações territoriais; o avanço de alguns programas sociais no âmbito governamental e não governamental.

Especificamente com relação às questões no Estado Ceará, o grupo e mencionou:

[...] os problemas são graves e aparentemente eternos, pois convivemos com o descaso quanto ao alto índice de prostituição infantil, a falta de oportunidade quanto ao mercado de trabalho, inexistência de investimento na área de capacitação profissional, concorrendo com a falta de estruturas sociais e econômicas, gerando desemprego, déficit habitacional e fome (6º ¶).

[...] convivemos há anos com a indústria da seca e agora com a indústria das enchentes e catástrofes, evidenciando o descaso e o descompromisso dos governos na implantação de políticas públicas capazes de dar respostas estruturais aos problemas que se repetem a cada ano. A política conservadora adotada é vergonhosa, são sempre os mesmo grupos que se revezam no poder, gerando o continuísmo do quadro político. Toda essa situação favorece a formação de seres humanos materialistas, egoístas, sem ética, pessoas desenraizadas culturalmente, desqualificadas e excluídas das possibilidades de alcançar uma vida digna, justa e solidária (7º ¶).

Apesar desse quadro social desfavorável apresentado pelo grupo, eles afirmam no documento do PPP que vêem com esperança a organização e a articulação da sociedade a nível nacional, regional, estadual e municipal, por meio de suas entidades representativas e comunitárias, ampliando os trabalhos em torno do social, servindo de estímulo e referência para o poder governamental. Segundo o grupo, os trabalhos de organização e desenvolvimento comunitário têm apresentado resultados significativos em todo país, apontando para saídas e soluções políticas criativas e inovadoras.

No “Marco Doutrinal”, a comunidade discutiu a sua concepção de organização societária visando um esforço analítico da realidade examinada no Marco Situacional, definindo como as prioridades deveriam ser trabalhadas.

Por meio de nossa ação nas comunidades Lagoa dos Tapeba I e II, Tapeba do Trilho, Tabuleiro Alto e Jardim do Amor, queremos contribuir na construção de uma sociedade que seja: solidária, onde todos os indivíduos atuem com responsabilidade, em parceria e de forma comprometida junto às comunidades; justa, onde todos tenham direito ao lazer, trabalho saúde, educação, transporte, habitação, sem discriminação social, analfabetismo, miséria e prostituição infantil; livre, onde se tenham liberdade de pensamento; valorizadora do ser humano; formadora de homens e mulheres participativos, conscientes e preparados para futuras mudanças, com visão ampla; indivíduos modestos, fiéis e comprometidos com sua verdadeira identidade e com as causas sociais, independente de cor, etnia, religião e classe social; respeitadora do meio ambiente; honesta e ética acima de tudo; organizada social e comunitariamente de forma a atender às necessidades dos homens e mulheres de hoje, voltada para a valorização e satisfação das pessoas em seus desejos elementares; suas organizações sociais, ONGs devem lutar para que o Estado cumpra seu papel social, garantindo aos cidadãos o acesso programas e serviços sociais; promotora da cultura de todos os povos; parceira das comunidades, fortalecendo laços sociais que favoreçam a vivencia da dimensão emocional e espiritual do ser humano (9º ¶).

É importante notar que, a compreensão que o grupo tinha da vida coletiva organizada, era o núcleo fortalecedor de todas as atividades propostas. Essa visão comunitária, ainda que presente discursivamente no projeto da Visão Mundial, não alcançou apreender os movimentos internos daqueles que vivenciavam cotidianamente suas questões. No marco da concepção dos Tapeba, o caráter da valorização da liberdade, solidariedade, justiça e da ética foi indicado como caminho para a promoção integral da comunidade.

O Marco Operacional referia-se às atividades a serem assumidas e realizadas para mudar a realidade da comunidade. Implicava a tomada de decisão para atingir os objetivos e as metas definidas coletivamente. Para perseguir esse objetivo, o grupo propôs atuar em várias áreas sociais, buscando experimentar a vivencia dos valores que eles defendiam e promoviam por meio dos seguintes eixos temáticos:

Queremos, pois, promover um desenvolvimento que seja entendido como: um processo de transformação, crescimento e progresso da sociedade e da natureza; um estado de bem-estar social, sustentado na paz e na consciência e acesso pleno aos

direitos; a capacidade de conviver com o diferente e com os conflitos, implicando a negociação de interesses entre os diversos atores sociais, por meio do exercício do diálogo e da luta de idéias e propostas (21º ¶).

Queremos desenvolver uma educação que se caracteriza: como um processo permanente de qualificação para a ação, capacidade de desenvolver a sociedade e promover o progresso transformador; como um processo de resgate e manutenção dos valores culturais do povo; como um processo de cidadanização, construção, luta e conquista dos direitos de todos e de todas; como um processo preparador para a vida, dotado de qualidade e das condições estruturais necessárias para que o ser humano alcance seus objetivos e ideais de forma plena (22º ¶).

Queremos trabalhar a cidadania das pessoas e grupos, entendendo-a como: a luta para conhecer e fazer valer o exercício e a vivência dos direitos humanos, sociais e políticos; a luta coletiva da sociedade para pensar e trabalhar para o bem de todos e de todas; a capacidade de compreender a própria realidade e de atuar nela de forma consciência e crítica (23º ¶).

Queremos desenvolver um trabalho comunitário como uma ação planejada e organizada que: una as pessoas e as comunidades, promova a troca, o trabalho e a vivência coletiva e a solidariedade; traga em seu objetivo o resgate da cultura, tradições, a melhoria do nível social e educacional das pessoas e comunidades; a participação e a integração; exige algumas condições: a comunicação, paciência, empenho, disponibilidade, eficiência e organização (24º ¶).

Queremos trabalhar a cultura como: um processo de resgate, preservação e produção dos costumes, valores e tradições populares, abertos às inovações e mudanças dos tempos atuais, resguardando seus elementos centrais e essenciais; conhecimento dos valores, costumes e raízes da sociedade local; desenvolvimento, participação e integração dos costumes e das artes (27º ¶).

Queremos promover e trabalhar pela qualidade de vida das pessoas e comunidades, garantindo: acesso aos direitos, sem nenhum tipo de discriminação, independente da condição social, opção religiosa e etnia; o amor, o respeito e vivência da afetividade nas relações de trabalho e no cotidiano da ação social (28º ¶).

Podemos examinar que, as atividades propostas para o desenvolvimento, a educação, cidadania, trabalho comunitário e cultura foram orientadas pedagogicamente com a finalidade de resultar em uma ação conseqüente e inovadora que envolvesse todas as áreas de trabalho e, simultaneamente, fossem capazes de motivar o autoconhecimento, por conseguinte, a qualidade de vida da comunidade.

A segunda etapa de elaboração do PPP constou do Diagnóstico (Juízo da Prática), construído para acompanhar os movimentos de avaliação e seguir todos os atos, de forma a possibilitar a implementação de decisões coletivas, bem como introduzir novas questões e propostas de ações. A avaliação foi também responsabilidade coletiva e parte integrante do processo de construção do PPP.

Tomando como base o marco referencial (marco situacional, doutrinal e operativo), o grupo realizou uma espécie de julgamento da realidade procurando expressar e descrever que aspecto social, político, cultural, econômico e ambiental desejavam apresentar para a

sociedade. Nele, deveriam estar presentes os ideais de sociedade e ser humano, que orientavam sua intervenção técnico-político-pedagógica, bem como outros posicionamentos a respeito daquilo que defendiam para a comunidade, considerando as várias áreas temáticas em que atuavam. Para praticar esse juízo, o grupo considerou as seguintes áreas:

Educação

Analisando nossa atuação nesta área identificamos vários problemas, que evidenciam que ainda estamos distante de trabalhá-la como um processo de qualificação para a ação, capacidade de desenvolver a sociedade e de promover o desenvolvimento transformador; de cidadanização; preparador para a vida, dotado de qualidade e de condições estruturais necessárias para que o ser humano alcance seus objetivos e ideais de forma plenos. Observando nossa atuação, identificamos os seguintes problemas: o investimento em capacidade para os monitores é muito baixo; baixa estrutura para o desenvolvimento das atividades com maior qualidade; os projetos não integram as famílias nas ações; as ações nem sempre têm uma intencionalidade clara e objetiva, voltada para estimular a cidadania e o senso crítico; nem sempre nós definimos o projeto temático na ação educativa.

De acordo com esse diagnóstico, os problemas se apresentaram como consequência direta da falta de recursos para investimento e pela ausência de um planejamento adequado, que levasse em conta a qualidade das ações educativas de um modo mais abrangente e continuado. A avaliação demonstrou que o grupo precisava avançar, buscando qualificar melhor sua intervenção: definindo o tempo necessário para a realização das ações; trabalhando a ação educativa em todas as dimensões da pessoa (mente, corpo, cidadania, sexualidade entre outras); buscando a melhoria, o desenvolvimento e o crescimento das pessoas com as quais trabalhavam; compreenderam que a ação educativa devia valorizar e promover as potencialidades da pessoa em seu meio; e investindo na formação dos educadores.

Cultura

No âmbito do discurso étnico, a valorização da cultura indígena é uma ação central no processo de construção das fronteiras identitárias. Nessa temática, o grupo assinalou que havia uma desvalorização das culturas locais, assim como, a falta do reconhecimento nos padrões que eles consideravam como “o real valor da cultura indígena”. A isso, justificaram ser resultado da má qualificação dos educadores/técnicos no trato com a cultura; perda da identidade e massificação da cultura indígena; pouco debate sobre o valor e a importância da cultura, recurso e apoio insuficientes; e ausência de políticas públicas voltadas para esta área.

Portanto, a proposta de trabalho não definiu com clareza uma estratégia de ação nessa área. As discussões e as propostas para um trabalho de qualidade na área da cultura, segundo o grupo, “são escassas e pobres”. No entanto, o grupo apontou algumas situações e experiências que revelaram a busca pela definição de uma estratégia clara de intervenção na

área da cultura: a conquista das escolas diferenciadas, com professores preparados para trabalhar o enfoque cultural, incentivo por parte do CDCJN ao artesanato, a dança, às comidas e bebidas típicas, a produção de CD com músicas indígenas, a realização de feiras culturais e das olimpíadas indígenas, publicações de um livro Tapeba; vivência de costumes no uso de plantas e ervas medicinais implementação de oficinas literárias; a construção de um Centro Cultural Tapeba.

A avaliação de nossa atuação nessa área remete-se para o desafio de construir uma proposta de trabalho assentada numa visão atual e crítica da cultura que implique em ações de arte-educação voltadas para o resgate e promoção na cultura indígena; trabalho de auto-estima, sensibilização e conscientização direcionadas para a apropriação e vivência da cultura; apoio as ações das escolas diferenciadas, investimento na formação e qualificação de pessoas que trabalham a questão cultural; projeto cultural definido estrategicamente para área.

Sobre a Pedagogia de trabalho o grupo entende que “[...] fazendo um juízo de nossa atuação pedagógica, apontamos dois problemas importantes: baixa qualificação técnica, político pedagógica da equipe; inexistência de uma Coordenação Pedagógica para o trabalho educativo”.

Analisando os problemas relativos dessa área, o grupo verificou que havia desinteresse e falta de planejamento pelo trabalho, o que aparecia sob a forma de desorganização do processo de trabalho. Para superar as dificuldades nessa questão, foi proposta a formação de uma equipe que coordenasse pedagogicamente as iniciativas, integrando e articulando diversas ações.

Apesar desse juízo, o grupo admitiu que existiram fatos e situações que aportaram condições de melhorar esta área: o novo enfoque dos educadores; o interesse por ações inovadoras; a conscientização da necessidade da formação e reciclagem.

Desenvolvimento

Na área do Desenvolvimento o grupo compreendeu que os maiores problemas, com os quais se deparam, foram aqueles relacionados a falta de consistência na atuação dessa área. Assim, constataram:

Não temos uma estrutura adequada para desenvolver as atividades técnicas e políticas na área do CDCJN;

Não é significativa na ação do CDCJN a intervenção nas políticas públicas, principalmente educacionais;

O CDCJN, no que se refere à qualificação e capacitação das comunidades com potencial de desenvolvimento econômico, é ineficiente; não em trabalhado a profissionalização;

CDCJN planeja, mas não realiza;

Trabalho comunitário

O trabalho comunitário na forma que descrevemos em nosso marco operativo ainda é um grande desafio para a nossa entidade. Nossa atuação até então não tem conseguido trabalhar uma estratégia que de fato desencadeie processos significativos de organização e politização de nossas comunidades. Muitos são os problemas constatáveis: repasse inadequado das informações; rivalidade e choques entre as lideranças; desorganização e desestrutura das comunidades; briga pelo poder; inexperiência no trabalho coletivo (as comunidades não têm tradição de organização nesse aspecto). Pesa na explicação dessa situação o fato de nossa entidade ter nascido junto com o programa de desenvolvimento de área, implementado em parceria com a Visão Mundial, confundindo-se com ele.

O processo de organização comunitária é, sem dúvida, uma das formas encontradas pelas comunidades para seguir conseguindo entrar na agenda política do Estado. Nessa área, o grupo entendeu que, os aspectos encontrados na comunidade demandavam outros processos para que essa área pudesse efetivamente ser desenvolvida: participação de múltiplas lideranças locais; formação de novos líderes; ampliação do potencial de atuação política da comunidade; capacitação para o trabalho; e a melhor qualificação da equipe do CDCJN.

O grupo percebeu que, essa temática era central, para que a comunidade pudesse fazer valer seus direitos humanos, sociais e políticos. De acordo com o PPP, a “luta” coletiva da sociedade pelo bem comum de todas as pessoas e comunidades é consequência direta da capacidade de compreender “a própria realidade e de atuar nela de forma consciente e crítica”.

Apesar dessa compreensão, na prática, constataram vários problemas que sinalizaram a necessidade de repensar melhor o trabalho nessa área: qualidade do trabalho, ausência de um projeto político específico sobre as atividades produtivas do grupo Tapeba; maior protagonismo na elaboração das atividades; e a inclusão da contextualidade na escolha das atividades produtivas. Por outro lado, viram que haviam algumas iniciativas voltadas para a reorientação do trabalho: o investimento na formação de lideranças, principalmente jovens; o nível de satisfação dos beneficiários; mudanças de comportamento a partir da nova metodologia de trabalho.

4.1 Resignificação e Complementaridades

O processo de construção coletiva do Projeto Político Pedagógico, assentado em bases democráticas e participativas, se desenvolveu como parte constitutiva da afirmação da comunidade em direção à sua autonomia. Interagindo de modo articulado, por meio das ações

e dos procedimentos formativos, os sujeitos se organizaram, tendo em vista a efetivação dos objetivos comuns.

A construção do PPP se dá num cenário de intensas transformações na comunidade em que é necessário retomar o sentido do PDA na constituição de um desenvolvimento com qualidade social, considerando as reais necessidades do grupo.

Nessa direção, Paro (1999) assinala que toda instituição social carece de processos administrativos e a administração, em sua forma geral, refere-se à utilização racional dos recursos para a obtenção de fins determinados. A definição destes fins é o mais fundamental nos projetos e não apenas a definição de algumas ações desvinculadas de um projeto maior da comunidade.

Como se observa ao mesmo tempo em que o projeto se propõe passar pelo processo de resignificação, os movimentos a serem construídos e as formulações das propostas, indicam que é necessário criar as condições para a construção da autonomia da comunidade, por meio da definição da sua organização e da delimitação do grau de flexibilidade a ser dada a ela.

De modo geral, avalio que vale a pena insistir por um processo em que a comunidade seja a autora do seu projeto. A sensibilização à cultura, a memória, aos gostos e todo o registro do pensado e vivido pela comunidade; o encontro de alternativas criativas para problemas cristalizados no cotidiano; o aumento do interesse da comunidade em se conhecer melhor; a busca de processos mais democráticos e, em especial, o aguçamento da crítica e da autocrítica, pautados no respeito às diferenças, em relação às práticas de gestão e à atuação dos órgãos parceiros, são pontos fundamentais para o avanço democrático e formativo no âmbito da comunidade.

Quanto às questões de ordem logística, note-se que a falta de recursos devido ao término do convenio com a Visão Mundial, será a primeira dificuldade que se apresenta ao PPP. No entanto, a composição do grupo Tapeba, conforme tenho observado aqui diversas vezes, faz das situações adversas e contraditórias, uma base de trabalho e oportunidade de interação coletiva. Ao término da elaboração do PPP a comunidade considerou a necessidade de realizar ajustes e oferecer alternativas de solução para os problemas detectados pelo novo projeto.

Para a área da educação, as principais necessidades e alternativas de solução apontadas, foram com relação ao trabalho pedagógico organizado e estruturado. O grupo concluiu que a ação educativa dos monitores deve ser planejada coletivamente; que os educadores sejam melhores qualificados; que haja a organização e estruturação do trabalho

pedagógico; e o planejamento sistemático da ação educativa com a definição de um plano de formação teórico prática para os educadores.

Para a área da cultura, as propostas se dirigiram por uma ação estratégica que definiu melhor a foco de atuação do PPP. As ações deviam ser implementadas por educadores qualificados especificamente para atuarem na área da cultura; os projetos culturais serem potencializados e divulgados e que houvesse a elaboração de uma tática de intervenção no âmbito da cultura (concepção cultural, eixos de trabalho; objetivos estratégicos, etc.); a ação se constituísse em um plano de formação dos educadores na área da cultura indígena e a definição dos projetos de ação fosse na mesma direção.

Quanto à questão da intervenção pedagógica, as propostas trataram sobre a formação da uma equipe técnica preparada didática e metodologicamente para a ação pedagógica; seus participantes deveriam apresentar um perfil técnico-político mais bem definido e apropriado nas contratações, e, também, com relação à formação teórico-metodológica da equipe de educadores.

Para as atividades de desenvolvimento social e econômico, as principais necessidades e alternativas de solução apontaram para a constituição de uma estratégia de intervenção na área do desenvolvimento, que contemplasse ações de acordo com os potenciais econômicos identificados na comunidade; que a elaboração dessas ações promovesse o desenvolvimento socioeconômico das comunidades requerendo a identificação das potencialidades locais a serem trabalhadas.

Nas questões de cidadania, o destaque foi para a utilização como trabalhar o tema de maneira transversal em todas as áreas e no trabalho comunitário. O PPP sugere que se desenvolvam comunidades estruturais mais organizadas para o trabalho e para a participação comunitária; que se constituam novas lideranças, sendo estas, capacitadas para desempenharem políticas de cidadania, onde a formação de líderes comunitários seja um processo permanente.

Essas reflexões indicam a comunidade como protagonista, consolidando o processo de cumprir com os objetivos do desenvolvimento, muito embora, ressalto aqui, que teoricamente os enunciados e o centro das proposições do PPP não se configuram uma crítica tão distanciada e isenta das ações que foram idealizadas pelo programa inicial da Visão Mundial. Sobretudo quando consideramos que já se havia passado, aproximadamente dez anos de intenso envolvimento com atividades em conjunto — 1995 a 2005.

Sobre este assunto a Visão Mundial diz:

Está clara a importância da necessidade da criação de mecanismos que possibilitem participação mais direta da comunidade na formulação, no detalhamento e na aplicação das políticas do programa. A crescente difusão desse enfoque pode ser atribuída, por um lado, ao próprio avanço do processo de democratização desses programas e, por outro, a uma nova abordagem que vem se tornando dominante no contexto internacional, que enfatiza a importância da participação da sociedade civil e da articulação de atores sociais para as ações relacionadas com a promoção do desenvolvimento. Como consequência dessa difusão, já se tornou prática corrente promover consultas aos segmentos diretamente ou indiretamente interessados, quando da elaboração de projetos e programas específicos. Isso equivale a entender que o PPP, não deixa de ser parte de um processo continuado daquilo a que nos propomos (DVM).

Constituído pela presença de diferentes atores sociais, cujas agendas contêm suas especificidades e diferenças, o programa de desenvolvimento de área, PDA, a despeito disso, por meio da criação do Projeto Político Pedagógico, mostrou ser um campo transversal capaz de criar possibilidades e construir novas formas de articulação e consenso entre diferentes lógicas. Esse encontro, no entanto, impõe mudanças, ao mesmo tempo em que motiva a resignificação dos objetivos e compromissos. Usando palavras de Polanyi (1980), a organização social do PDA anuncia uma “racionalidade substantiva” quando, além de garantir as transações sociais e econômicas entre a Visão Mundial e a comunidade Tapeba, desempenha a função de constituir-se um espaço político.

A existência dos conflitos e obstáculos, ao contrário do pensamento de alguns, demonstra que os efeitos no percurso, não correspondem aos interesses particulares apenas de um grupo social. O projeto existe e significa para os sujeitos ali presentes, o lugar da mediação, onde os discursos se encontram e são resignificados. Esse reconhecimento da pluralidade de interesses, valores e formas de atuação cria a experiência que integra as identidades e abre possibilidades para as transformações.

Assim, entendo que, para analisar o PPP, enquanto as condições de desenvolvimento a que se propõe e as possibilidades reais criadas em seu entorno é preciso observar como as tensões e limites são forças capazes de assegurar pelo inconformismo dos sujeitos, as transformações necessárias e a criação de novas tecnologias sociais.

A articulação transversal de um conjunto de técnicas e procedimentos associada à forma de organização coletiva, característica da comunidade Tapeba, atua no grupo refletindo especificamente sobre a conformação do conceito de desenvolvimento de área. Os sujeitos, interagindo uns com os outros trataram de interrogar sobre o modo ou a natureza do PPP provocando a incorporação de novas perspectivas e transversalidades; o programa adquire outras relevâncias imbuídas da experiência dos próprios sujeitos, transportando e captando pensamentos e ideais, desejos e valores; a experiência é capaz de desvendar as

potencialidades do programa e manter uma relação aberta e equilibrada para a aquisição de novas práticas econômicas, sócio-culturais, sócio-políticas e sócio-ambientais.

Enquanto a preocupação com o desenvolvimento aparecia fortemente vinculada a uma série de questões não resolvidas e deslocadas da própria comunidade, as ações foram incapazes de gerar bem-estar e aperfeiçoar as iniciativas do grupo. O processo inicial, embora pautado nas idéias associativistas, mantiveram a comunidade distante da construção do programa. ; a lógica de intervenção, quase que exclusivamente centrada nas possibilidades de êxito contidas na dinâmica de marketing da Visão Mundial, não foi suficiente para constituir as expectativas do grupo.

De um modo geral, as ONGs tendem a fomentar projetos numa dinâmica que Solé (SOLÉ apud FRANÇA FILHO, 2002) qualifica de *empresarização*, mesmo que o formato das iniciativas utilizadas em alguns momentos seja do tipo associativo ou cooperativo, esses projetos, muitas vezes, não conseguem dar conta da realidade. Nesse sentido, os programas de desenvolvimento, em geral, necessitam apreender distintas compreensões que possam dar conta de “outras formas” do fazer econômico.

De acordo com Polanyi (1980), a sociedade passou por mudanças e transformações, as quais nos revelam que a humanidade experimentou formas diferentes de produzir a vida material. Essas formas de produção e distribuição de riqueza rompem com o pressuposto ortodoxo da economia e destaca a existência de outros saberes.

Ao olharmos para as práticas associativas de comunidades como o grupo Tapeba, oportunizamos que nossa mirada se alargue e possa captar certas singularidades próprias às práticas associativas. Importa-nos descobrir como essas singularidades dizem respeito à possibilidade de pensar essas práticas e iniciativas como “modos de gestão” que pertence a uma lógica diferente da utilitarista e que se coloca “em tensão” com a dinâmica organizativa da *empresarização* do PDA. Neste sentido, França Filho (2007) enfatiza que o desafio fundamental é a busca do equilíbrio necessário para a sustentabilidade de tais práticas em meio a esta tensão de lógicas.

Contudo, mais além dessa combinação de diferentes lógicas econômicas vale salientar, também, a possibilidade de se pensar a economia como construção conjunta da oferta e da demanda. Tal perspectiva deve ser compreendida estimando que para entender as iniciativas de natureza associativa ou cooperativista, implica voltar o olhar num determinado contexto, onde as pessoas estão procurando a solução para os problemas do dia a dia. Neste sentido, a criação das atividades sócio-produtivas, ou, a oferta de serviços, são construídas em função de

demandas reais expressas pelos moradores em seu local. Tal economia estimula, então, na sua área “um circuito integrado de relações sócio-econômicas envolvendo outra lógica de produção da vida material” (id. 2007 p.160).

Assim, nesse modelo de economia, ao considerar mercadoria e consumo, oferta e demanda como sendo entidades abstratas destaco o caso do “pararuá e uruá”, no qual constato como os Tapeba tomaram a decisão. Pode-se compreender que a lógica competitiva também deixa de ter importância nesse evento. Isto porque o objetivo do grupo Tapeba é demarcar sua “fronteira identitária” e uma das estratégias que utiliza é procurando encontrar iniciativas que condensem a idéia de ruptura com o pensamento habitual do “não índio” em regimes de mercado.

Sabemos que o PPP nasceu por meio de diálogo e debate “público concreto” (id. 2007) no espaço associativo do CDCJN, num exercício de democracia local em que os próprios moradores planejaram e decidiram sobre seus destinos e sobre o tipo de desenvolvimento que queriam ter em função das demandas efetivas identificadas por eles próprios. Supõe-se ainda, pelo documento final do projeto político pedagógico, que durante a constituição do mesmo o grupo procurou articular as dimensões socioeconômica e política que integrasse as necessidades dos moradores da comunidade. Nesse sentido, descobrimos que no exercício de construir o documento, o grupo ampliou vários conceitos econômicos.

Baseado na redefinição de valores econômicos proposta por França Filho (2007), o grupo Tapeba, com relação à produtividade, decidiu que queria preparar ações coletivas organizadas de natureza produtiva e que se caracterizassem por serem atividades econômicas sem fins de acumulação privada e em benefício da comunidade. Quanto à compreensão sobre o que seja o ato econômico, definiu-se que seu sentido fosse dirigido para a vida em comunidade resignificando sua forma de produzir e distribuir riquezas. Que a concepção de atividades econômicas por meio de iniciativas organizadas, fosse estratégias de resolução de problemas públicos concretos para a comunidade e que desafiassem as pessoas a agir. Que a visão sobre a natureza humana e seus comportamentos considerasse o homem como um ser simbólico, dotado de valores, desejos e cujo comportamento não pode ser entendido em termos de previsibilidade, mas, sobretudo é marcado pela improvisação da própria vida.

As práticas e iniciativas do PDA-Caucaia ganharam em complexidade com o PPP, quando o grupo afirmou-se como um campo de sujeitos inventando soluções muito inovadoras entre o econômico e o político para a resolução dos problemas cotidianos enfrentados em sua comunidade como decorrência dos processos de exclusão social.

Do formato inicial do PDA-Caucaia para as proposições do PPP, o percurso também afirma, além do plano sócio-econômico, uma forte dimensão política, seja por meio do processo de democratização gerado nas relações de construção do novo projeto, seja na perspectiva de poder constituir atividades autogestionárias para a comunidade. Entendo que essa afirmação passa por dois vértices: nega o senso comum sobre os Tapeba; afirma a comunidade como um “tipo novo de espaço público de proximidade naquelas experiências em que se vivencia outro modo de instituir a economia nas comunidades por meio de processos de construção conjunta” (FRANÇA FILHO 2007, p.161).

Para a comunidade Tapeba, a conquista mais significativa alcançada por meio do PDA, foi aquela que, sensível às condições da comunidade, pôde conceber a mudança e avançou para sua realização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando ao final deste trabalho, gostaria de fazer algumas considerações acerca dos processos que me possibilitaram conhecer o desdobramento das ações do programa de desenvolvimento econômico, PDA-Caucaia, sendo percorrido por distintos sujeitos e experiências, no fluxo das relações, que se constituíram no cenário da nossa observação. Com isso, quero desafiar aos leitores desta dissertação que se permitam realizar a sua própria apreciação sobre a concepção do PDA.

Vimos que a emergência da religião como força pública se insere rapidamente numa série de projetos e discursos sobre o enfrentamento dos problemas sociais, sejam de ordem proselitista, ou, pela reiteração histórica dos protestantes ao lado dos católicos no cenário social, ou ainda, pela reivindicação de uma nova economia dos lugares da religião na sociedade e na política. Nesse aspecto, um dos protagonistas do PDA, a Visão Mundial, nos desvenda sua trajetória, na qual percebemos a imbricação dos elementos que conformam sua identidade. Durante o percurso, ao olhar para a organização, nos damos conta como a realidade reivindica da análise sociológica, novos planos e estratégias para não cair na esfera estereotipada de uma comunidade homogênea, altruística e afetiva, ou determinada por macroestruturas econômicas.

Como ator religioso, ocupando lugar de destaque na representação dos valores evangélicos, portanto, do testemunho cristão, a Visão Mundial, como tal, tem contribuído para reforçar as práticas associativas e incrementar a consciência de cidadania e a solidariedade entre os segmentos com os quais se relaciona. Ao mesmo tempo em que mobiliza diferentes identidades e experiências expondo outras lógicas, estratégias de significação e de vinculação social.

Assim foi que procurei chamar a atenção para a pluralidade de espaços públicos e lógicas discursivas, de outro tom, que tiveram seu lugar na formação das políticas públicas e deram espaço a atores oriundos da esfera religiosa, como interlocutores de novas práticas sociais. Simultaneamente, eles traduzem ser parceiros do Estado e da sociedade, como também, compõem esforços de iniciativas politicamente possíveis, centradas nas idéias de sociedade civil, cidadania democrática e equidade social.

Quanto ao PDA, o programa faz parte das iniciativas econômicas que buscam promover o desenvolvimento e gerar oportunidades em áreas de pobreza e exclusão social.

Essas experiências possuem a vocação de suscitar novas interações pela característica da sua transversalidade de tratamento com a realidade, articulando várias áreas (educação, saúde, trabalho, habitação, desenvolvimento econômico, tecnologia, crédito, entre outras) para criar um contexto efetivamente propulsor da emancipação e sustentabilidade.

Sabemos das imensas conjunturas e dificuldades, contudo, trata-se aqui de um horizonte que começa a desenhar-se como prática e aprendizado para muitos atores, em experiências que já caminham nessa direção, com a propensão a se constituir como políticas de desenvolvimento.

Ao se dirigirem a um público historicamente excluído, tais políticas respondem a demandas efetivas do campo mais estruturado da economia solidária, mas também induzem processos de auto-organização coletiva e solidária. Neste sentido, a política de geração de trabalho e renda, numa perspectiva sustentável solidária (FRANÇA FILHO, 2007), associa-se diretamente a uma concepção de desenvolvimento com enfoque territorial e a visão e regulação da economia implícita nessa idéia.

Busquei demonstrar por meio do PDA-Caucaia, as aproximações e complementaridades entre duas diferentes lógicas: a da ONG Visão Mundial e da comunidade Tapeba. Observadas sob a perspectiva dinâmica de um “sistema de dádivas” elas incorporam a construção e ampliação da reciprocidade na qual os sujeitos se apropriam e resignificam os discursos da religião e da emergência étnica.

Ambos os atores, frente à necessidade de afirmação e reconhecimento da sociedade, adotam estratégias de acordo com seus interesses materiais e simbólicos. Assim, o grupo se constrói e reconstrói. No entanto, esta construção não é totalmente livre. Na dinâmica do PDA cada ação passa a coordenar um processo central, na aquisição dos significados e no cruzamento dos discursos, nos quais se estabelece o contato entre os sujeitos. Cada qual, do seu modo vai apropriando-se das ações no interior de seus contextos. Em decorrência disso, o PDA nos permite conhecer como os índios Tapeba e a Visão Mundial, situam os fatos, a si mesmos e aos outros em seu universo cognitivo. Este conhecimento é indispensável para o entendimento das representações e das estratégias por eles adotadas na construção do programa.

Da experiência, emergem novas práticas coletivas e tecnologias sociais que mostram a existência de outras formas de mediações das relações e modos de produção da vida material. O movimento constante presente nessas interações nos indica que a constituição da economia

é um campo em permanente construção, onde o processo de socialização, reinterpretação e criação de novas possibilidades fortalece a troca de experiências entre o grupo e a sociedade

O Projeto Político Pedagógico demonstrou ser um campo capaz de criar possibilidades e construir o novo, especialmente, frente aos conflitos que se apresentaram. Na tensão das relações sociais, econômicas e políticas os sujeitos conceberam novas possibilidades e, com criatividade, reformularam e redefiniram suas trajetórias. No marco do desenvolvimento transformador sustentável, o CDCJN foi o espaço que associou o grupo em torno do debate. Desde esse lugar, se decidiu pelo tipo de desenvolvimento que queria a comunidade com base nas demandas identificadas por eles próprios.

Dessa forma, o PDA é o cenário das mediações políticas, da alternância dos discursos e do cruzamento das racionalidades. Nele, encontramos os movimentos de complementaridade e reconhecimento mútuo, mas, também, daquilo que reproduz riscos, vícios e desequilíbrios.

Se o avanço das experiências transversais nos valem para pensar como enfrentar os problemas de exclusão social e de políticas de combate a pobreza; se a inserção das religiões nas políticas sociais vai contribuir para enfrentar tais problemas; se a emergência do discurso étnico pode estimular outros grupos e articular novos atores nas lutas pelos seus direitos – não saberia afirmar. O PDA-Caucaia é um pequeno signo onde repercutem e vibram temas sociais, políticos e culturais e que é, pelo menos, uma tentativa de expressar responsabilidade, numa área em que qualquer discurso ou ciência corre o risco de perder de vista o ponto central da questão. Estudar o que aconteceu naquela comunidade foi uma oportunidade para prover outros sentidos aos atores e analistas, que, hoje, é uma das formas por meio das quais se arroja o destino do social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABONG.** *ONGs no Brasil: perfil e catálogo das associadas à ABONG 2002.* São Paulo: 2002.
- ABREU, Domingos.** *No bico da cegonha: histórias de adoção e da adoção internacional no Brasil / Domingos Abreu – Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política. Coleção Antropologia da política, no. 13. Rio de Janeiro: 2002.*
- ARMANI, Domingos** *O desenvolvimento institucional como condição de sustentabilidade das ONGs no Brasil.* 2001. Disponível em: <<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicações/027AidsSustentabilidade.pdf>>. Acesso em 13 de abril, 2009.
- _____, *Sustentabilidade: do que se trata afinal?* Mimeo, Unisinos. Rio Grande do Sul: 2002.
- ALMEIDA, R. T. F.** *O Projeto Kaiowa-Nadeva.* Dissertação de Mestrado - Museu Nacional, Rio de Janeiro: 1991.
- ÁLVARES, Lúcia Capanema.** *ONGs: Uma Alternativa Aos Descaminhos do Desenvolvimento.* Cadernos da Escola do Legislativo, V.5, n.10, p.39-62. Belo Horizonte: jan. / jul.2000.
- ARANTES, Paulo Eduardo.** Esquerda e Direita no Espelho das ONGs. *Cadernos ABONG*, 27:3-27: 2000.
- BANDEIRA, Pedro.** *Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional.* IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: 1999.
- BARTH, Fredrick.** Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas.* Contracapa, Rio de Janeiro: 2000.
- BARRETO FILHO, Henyo Trindade.** *Tapepa, Tapebanos e Pernas-de-pau: Etnogênese como processo social e luta simbólica.* Dissertação de Mestrado - UFRJ. Rio de Janeiro: 1993.
- _____, *Sociedades indígenas: diversidade cultural contemporânea no Brasil.: Contra Capa Livraria Ltda.* Rio de Janeiro: 1998.
- BASTIDE, Roger.** *Elementos da Sociologia Religiosa.* Editora: Ciências da Religião. Instituto Ecumênico de Pós-Graduação em Ciências da Religião. São Paulo: 1990.
- BONINO, José Miguez.** Os Rostos do Protestantismo Latino-americano. Sinodal, São Leopoldo: 2003.
- BOURDIEU, Pierre.** Marginalia: algumas notas adicionais sobre o dom. *Revista Mana*, volume 2, número 2, p. 7-20. Rio de Janeiro, Museu Nacional: 1996.

_____, *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. Papirus Editora, 4ª Ed. Campinas - São Paulo: 2003 a.

_____, *O Poder Simbólico*. Edição 2003.

BRASIL, MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL. *II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975- 1979)*. Brasília: 1974.

BURITY, Joanildo A. *Redes sociais e o lugar da religião no enfrentamento de situações de pobreza: um acercamento preliminar*. Cadernos de Estudos Sociais da Fundação Joaquim Nabuco. 16, n.1, p.29-53. Recife/PE: 2000 (<http://www.fundaj.gov.br/docs/text/jburity08.doc>)

_____, *Redes, parcerias e participação religiosa nas políticas sociais no Brasil*. Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, Recife: 2006.

CALVANI, Carlos E. B. *O Movimento Evangelical: considerações históricas e teológicas*: Dissertação de Mestrado (Ciências da Religião), Instituto Metodista de Ensino Superior. São Bernardo do Campo: 1993.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. *Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios*. Papirus, Campinas: 2003.

CESAR, Waldo. *Igreja e Sociedade — ou Sociedade e Igreja?* Religião e Sociedade, Vol. 23, número especial: 2003.

CLEVELAND, Harlan e Luyckx, Marc. *Religion and Governance*. Brussels, Maio: 1998.

CONRADO, Flávio. Relatório Final da Pesquisa *Voluntariado no âmbito das instituições religiosas e das comunidades populares*. ISER, Rio de Janeiro: 2003.

_____, *Religião e Cultura Cívica*. Um estudo sobre modalidades, oposições e complementaridades presentes nas ações sociais evangélicas no Brasil. Tese de doutorado - UFRJ/ PPGSA. Rio de Janeiro: 2006 a.

_____, *A Reinvenção da Fé Protestante*. Nossa História, Rio: 2006.

ESCOBAR, Samuel. Missiologia Evangélica: olhando para o futuro na virada do século. In: TAYLOR, William. (Org.). *Missiologia Global para o Século XXI: a consulta de Foz do Iguaçu*. Descoberta, Londrina: 2001.

FERREIRA, Ebenézer Soares. *História dos Batistas Fluminenses 1891-1991*. Edição do autor, Rio de Janeiro: 1991.

FERNANDES, Rubem César, *Censo Institucional Evangélico*. ISER, Rio de Janeiro: 1992.

_____, *Privado porém Público: o terceiro setor na América Latina*. Relume-Dumará, Rio de Janeiro: 1994.

FRANCO, Juliana; **PEREIRA**, Marcelo Farid; **SARTORI**, Rejane. Captação de recursos para o terceiro setor: um estudo na cidade de Maringá-R. In: *Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração*. ANPAD, Atibaia: 2003.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho *Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: Traçando fronteiras conceituais*. Bahia Análise & Dados, v. 12, n. 1, junho. Salvador: 2002.

_____, **LAVILLE**, Jean_louis. *Economia solidária: uma abordagem internacional*. UFRGS, Porto Alegre: 2004.

_____, de. Teoria e Prática em Economia Solidária: Problemática, Desafios e Vocação. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, vol. 7, nº1, 2007.

FRESTON, Paul Charles. *Protestantes e Políticas no Brasil: da Constituinte ao Impeachment* Tese de doutoramento em Sociologia. Universidade Estadual de Campinas. Mimeo, Campinas: 1993.

GARISSON, Jonh W. *Do Confronto à Colaboração: Relações entre a Sociedade Civil, o Governo e o Banco Mundial no Brasil*. Banco Mundial, Brasília: 2000.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. UNESP, São Paulo: 1991.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história*. Tradução: Frederico Carotti. Editora Schwarz Ltda. São Paulo: 1991.

GIUMBELLI, Emerson. *Faces e Dimensões da Campanha contra a Fome*. ISER, Rio de Janeiro: 2000.

GODELIER, Maurice. *O Enigma da Dádiva*. Edições 70, Lisboa: 2001.

GONH, Gohn, *Conselhos populares e participação popular*, in Serviço Social e Sociedade, V. IX N° 26 pp. 25 – 47. São Paulo: 1989

GONZÁLEZ, Justo. *Uma história ilustrada do cristianismo*. Vida Nova, Volume 5. São Paulo 1995.

HADDAD, Paulo Roberto. *Participação, justiça social e planejamento*. Zahar Editora; Rio de Janeiro: 1980.

HACK, Osvaldo Henrique. *Protestantismo e Educação Brasileira*. Editora Cultura Cristã. São Paulo: 2000.

HENNIG-THURAU, Thorsten; **GWINNER**, Kevin P.; **GREMLER**, Dwayne D.

Understanding *Relationship Marketing Outcomes*: an integration of relational benefits and relationship quality. *Journal of Service Research*, v. 4, n. 3, p. 230-247: 2002.

- IBGE**, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Tendências demográficas: uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos Censos Demográficos 1991 e 2000*. Comunicação Social nº13 de dezembro de 2005.
- IGLESIA-CARUNCHO**, Manuel. *El impacto económico y social de la cooperación para el desarrollo*. Catarata, Madrid: 2005.
- IPEA**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *A Iniciativa privada e o espírito público: um retrato da ação social das empresas no Brasil*. IPEA, Brasília: 2006.
- IPECE**, Instituto de Pesquisa e estratégia Econômica do Ceará. *1º Primeiro Marco Referencial dos Povos Indígenas do Estado do Ceará 1996 a 2006*. Governo do Estado do Ceará, 2007/2008.
- LANDIM**, Leilah. *Para Além do Mercado e do Estado? Filantropia e Cidadania no Brasil*. ISER, Rio de Janeiro: 1993.
- _____, (Org.). *Ações em Sociedade*. Militância, caridade, assistência etc. NAU Editora, Rio de Janeiro: 1998.
- LONGUINI**, Luiz. *O novo rosto da missão*. Ultimato, Viçosa: 2002.
- LÖWY**, Michael. *A Guerra dos Deuses: Religião e política na América Latina*. Vozes, Petrópolis: 2000.
- LÜCHMANN**, L. H. H; Nobre, A.; Carvalho, L. A da C. *Identidades e diferenças no movimento comunitário de Florianópolis*. UFSC- Centro de Filosofias e Ciências Humanas. Florianópolis: 2002.
- MACHADO**, Ziel. *Sim a Deus, Sim à Vida: igreja evangélica redescobrimo sua cidadania*. Dissertação de Mestrado (Ciências da Religião), PUC-SP. São Paulo: 1997.
- MAUSS**, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. Cosac & Naify, São Paulo: 2003.
- MENDONÇA**, Antônio Gouvêa; **VELASQUES FILHO**, P. *Introdução ao Protestantismo no Brasil*. Edições Loyola. São Paulo: 1990.
- _____, *O Celeste Porvir*. A inserção do protestantismo no Brasil. EDUSP, São Paulo: 2008.
- MUNDIAL**, Visão. *Caminhado com os pobres*. Manual do Desenvolvimento Transformador Sustentável. Guía DTS- San José, Visión Mundial. Oficina Regional para América Latina y el Caribe: 1999.
- _____, Manual de Procedimentos do FUNDAF, 2005.
- _____, *Relatório anual*: 2000, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007.

NASCIMENTO, Luiz Augusto Sousa do. *WYTY-CATE: associativismo, representação e faccionalismo político entre os povos Timbira*. Caderno Pós Ciências Sociais - v. 2, n. 4, jul./dez. São Luís: 2005.

NOVAES, Regina. *Hábitos de doar: motivações pessoais e as múltiplas versões do “espírito da dádiva”*. Disponível em: http://www.iser.org.br/publique/media/texto_regina_novaes.pdf. Acesso em: 10 de abril, 2009.

OLIVEIRA, M. A. Os dilemas éticos de uma economia de mercado. *Revista Tempo e Presença*, v. 295, p. 14-16, 1997.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (Org.). *A viagem da volta – etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Contra Capa, Rio de Janeiro: 1999.

_____, (Org.). Cidadania e globalização: povos indígenas e agências multilaterais. In: *Horizontes Antropológicos*, no. 14 pp. 125-141. Porto Alegre: 2000.

_____, Políticas indígenas contemporâneas: régimen tutelar, juegos políticos y estratégias indígenas. In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco (comp.). *Hacia una antropología del indigenismo: estudios críticos sobre los procesos de dominación y las perspectivas políticas actuales de los indígenas en Brasil*. Contra Capa / Centro Amazónico de Antropología y Aplicación Práctica, Rio de Janeiro / Lima: 2006.

OLIVEIRA, Kelly G. *Cultura e memória: oralidade na transmissão das lendas e rituais indígenas tapeba*. UFCE, Monografia em Comunicação Social. Fortaleza: 2004.

PADILLA, René. *Missão integral*. Temáticas Publicações, São Paulo: 1992.

PARO, V. O Conselho de escola na democratização da gestão escolar. In: BICUDO, M. A. V.; SILVA JR, C. A. (orgs). *Formação do educador e avaliação educacional - organização da escola e do trabalho pedagógico*. UNESP, São Paulo: 1999.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. In: Pierucci, A.F. & Prandi, R. *A Realidade Social das Religiões no Brasil*. Hucitec. São Paulo: 1996

PINHEIRO, Daniel Moraes. Sustentabilidade Social de uma Organização de Economia Social: um estudo de caso na AFECE - Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial. *Revista Venezolana de Economia Social: CAYAPA*, n. 7, p.48-65, jan/jun. Semestral. Mérida: 2004.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação - as origens de nossa época*. Tradução de Fanny Wrobel. Editora Campus Ltda, Rio de Janeiro: 1980.

- PORTELA**, Rodrigo. *Em busca do dossel sagrado*. Horizonte, v. 4, n. 8, p. 77-96. Belo Horizonte: 2006.
- PUTNAM**, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna*. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro: 1996.
- QUIROGA**, Ana Maria. *Caridade, Filantropia e Justiça Social*. Praia Vermelha, v.5. Rio de Janeiro: 2001.
- RAMOS**, Alcida Rita. Indigenismo de resultados. *Revista Tempo Brasileiro* 100:133-149. NAU Editora, Rio de Janeiro: 1998.
- RENDUELES**, Cesár. Karl Polanyi o la humildad de las ciencias sociales. *NEXO*. Revista de Filosofía, Núm. 2 pp.155-166: 2004.
- RIVERA**, Paulo Barrera. *Tradição, transmissão e emoção religiosa: sociologia do protestantismo contemporâneo na América Latina*. Olho d'Água, São Paulo: 2001.
- ROMANO**, Jorge O. *Estudos Sociedade e Agricultura*. 4/ julho, 66-77. UFRRJ/CPDA, Rio de Janeiro: 1995.
- ROQUE**, Atila Pereira. *Cooperação Internacional e Democracia: as agencias não governamentais européias e as ONGs no Brasil*. IUPERJ - Dissertação de Mestrado em Ciências Políticas, Rio de Janeiro: 2001.
- ROSA**, Alexandre Moraes da. *Marco legal do terceiro setor: aspectos teórico e prático*. Tribunal de Justiça/Divisão de Artes e Gráfica, Florianópolis: 2003.
- SACHS**, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável: idéias sustentáveis*. 4. ed. Garamond, Rio de Janeiro: 2002.
- SANTISO**, Carlos. ¿El paraíso en la otra esquina? reflexiones sobre eficiencia de la ayuda en los países de ingreso medio y la cooperación entre la Unión Europea y América Latina. In: *Asociación Latino Americana de Organizaciones de Promoción (Org.)*. Mito y realidad de la ayuda externa: América Latina al 2006. Lara Segura &Asoc. p. 21-38. Lima: 2006.
- SANTOS**, Milton. *Por uma geografia nova*. HUCITEC, São Paulo: 1996.
- SANTOS**, Tacilla da Costa e Sá Siqueira. *As diferentes dimensões da sustentabilidade em uma organização da sociedade civil brasileira: o caso do GAPA-Bahia*. 2005. 190 f. Dissertação (Mestrado) - UFBA, Salvador, 2005.
- SCHERER-WARREN**, Ilse. ONGs na América Latina: trajetória e perfil. In: **SCHERERWARREN**, Ilse et al. *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*.. Cortez, Florianópolis: 1995.

- SCHOMMER**, Paula Chies. Gestão de organizações sem fins lucrativos: algumas questões sobre as "especificidades" do campo e o perfil dos gestores. In: *CONGRESSO NACIONAL DAS APAES*, 20. Federação Nacional das APAEs. Fortaleza: 2001.
- SCOTTO**, Gabriela; **CARVALHO**, Isabel Cristina de Moura; **BELINASO**, Leandro. *Desenvolvimento sustentável*. Vozes, Petrópolis: 2007.
- SÉRIE LAUSANNE**. *Evangelização e Responsabilidade Social*. São Paulo: ABU, s/d.
- SILVA**, Aracy Lopes da. Por que discutir hoje a educação indígena? In: *Comissão pró Índio*. A questão da educação Indígena. Brasiliense São Paulo: 1981.
- _____, Mitos e Cosmologias Indígenas no Brasil, in *Índios do Brasil*, MEC, Brasília: 1994.
- SILVA**, Marina. Ministério do Meio Ambiente. O que é Agenda 21. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=9>>. Acesso em: 17 abril, 2009.
- SOUZA**, M. J. L. de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: **CASTRO**, I. E. de; **GOMES**, P. C. da C.; **CORRÊA**, R. L. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. 5ª ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro: 2003.
- STEUERNAGEL**, Valdir. *A Serviço do Reino: Um Compêndio sobre a Missão Integral da Igreja*. Missão Editora, Belo Horizonte: 1992.
- _____, *A Missão da Igreja*. Uma visão panorâmica sobre os desafios e propostas de missão para a igreja na antevéspera do terceiro milênio. Missão Editora, Belo Horizonte: 1994.
- TELLES**, Vera da S. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In Dagnino, Evelina. *Anos 90-política e sociedade no Brasil*. Brasiliense, São Paulo: 1994.
- THEIJE**, Marjo de. *A Caminhada do Louvor; ou como os carismáticos e católicos de base vêm se relacionando na prática*. Religião e Sociedade, Vol. 24 (1): 37-45. Viçosa: 2005.
- WEBER**, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Editora Universidade de Brasília, Brasília: 2000.
- _____, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Ed. Martin Claret, São Paulo: 2003.
- WANDERLEY**, Luis Eduardo. Participação popular, poder local e conselhos. In *Rev. São Paulo em Perspectiva*. Nº 5, vol. 2. (23-30). São Paulo: 1991

VIEIRA, Susana Camargo. Desenvolvimento sustentável. *A evolução do conceito*. Jus Navigandi, Teresina, ano 13, n. 1961, 13 nov. 2008. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=11961>>. Acesso em: 22 nov. 2008.

Sites

www.vatican.va/archive/hist_councils/iivatican_council/index_po.htm

www.lausanne.org/pt/news-releases

www.metodistasonline.kit.net

www.wnrf.org/sem/print_govern.shtml.

www.conic.org.br.

www.visaomundial@.org.br

www.pt-br.wordpress.com/tag/jean-louis-laville/

www.auditoria.mg.gov.br

www.cgu.gov.br/ocde/sobre/index.asp

www.anpad.org.br/evento.php

www.visaomundial.org.br/visaomundial/avisaomundial/avisaovalores

www.ccr6.pgr.mpf.gov.br/documentos-e-publicacoes/jurisprudencia-1/terras-indigenas/terras-indigenas.

www.funai.gov.br/quem/legislacao/indios_na_constitui.htm

www.mma.gov.br/index

www.habitatbrasil.org.br/producao-social-do-habitat/o-que-e-habitabilidade

www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/estocolmo.doc

www.bndes.gov.br/produtos/custos/juros/tjlp.asp

www.monergismo.com/textos/cinco_solas/cinco_solas_reforma_erosao.htm

<http://www.pronaf.gov.br/>

ANEXOS

01-Cartilha do Padrinho da VMB

02-Documento do Projeto Político Pedagógico, PPP, CDCJN, 2005

03-Questionário

04-Fotografias

ANEXO 01

CARTILHA DO PADRINHO

A contribuição vai direto para as mãos da criança ou da família?

O dinheiro da contribuição não é enviado diretamente para a criança ou sua família. Além do mais, as atividades dos projetos, tais como educação, nutrição, saúde, desenvolvimento econômico e comunitário, capacitação profissional, entre outros são financiados com a sua contribuição, ou seja, a criança receberá benefícios e não o dinheiro em si. Qualquer projeto desenvolvido pela Visão Mundial tem a comunidade local como parceira, para que os recursos sejam aplicados da melhor forma e nas atividades que suprirão as necessidades locais.

Como apenas R\$ 40,00 por mês são suficientes para proporcionar tantos benefícios para uma criança?

A união faz a força. O conjunto de todas as contribuições de apadrinhamento das crianças de um projeto é que permite o desenvolvimento dos programas para as crianças e suas famílias.

Como as crianças são escolhidas para participarem do apadrinhamento?

As crianças que participam do programa de apadrinhamento da Visão Mundial vivem com suas famílias e dentro da sua comunidade local. As crianças mais vulneráveis ao contexto social de cada região e suas famílias são prioridades na hora das inscrições. As famílias sempre são consultadas se querem fazer parte do programa de apadrinhamento e sempre são expostos os objetivos do programa como também os benefícios que irão receber e o compromisso que estão assumindo.

Como é feito o monitoramento das crianças nos projetos e em suas famílias e comunidades?

Cada criança inscrita no programa de patrocínio é vista (fisicamente) pelo menos uma vez a cada três meses por uma pessoa responsável perante a Visão Mundial. A situação da criança é observada e são mantidos registros sobre seu estado no escritório de projetos. É o chamado monitoramento da participação contínua das crianças.

Todas as medidas necessárias são tomadas de acordo com as informações colhidas, sempre visando o melhor atendimento às crianças inscritas no apadrinhamento.

Assim, três perguntas básicas dos padrinhos e madrinhas serão respondidas: **A criança existe, está presente no PDA e recebendo os benefícios das atividades do projeto? As necessidades básicas da criança estão sendo atendidas?**

Como faço para alterar ou atualizar os meus dados de contato e de contribuição?

Você tem as seguintes opções caso precise ou queira alterar seus dados e opções de pagamento: 1. Ligue para o número 0800 70 70 374 e fale com uma de nossas atendentes
2. Envie um fax para (11) 3133 5601
3. Envie um e-mail para vmb_atendimento@wvi.org
4. Visite a área exclusiva para padrinhos e madrinhas em nosso site www.visaomundial.org.br e faça as alterações.

Como posso me corresponder com meu afilhado?

É uma das nossas premissas básicas o encorajamento aos padrinhos e madrinhas para escreverem para seus afilhados. Os benefícios emocionais de um relacionamento saudável são tão importantes quanto os benefícios que as crianças recebem nos projetos.

Você poderá escrever para seu afilhado e ele responderá suas cartas dentro de um prazo entre 30 a 45 dias. As cartas podem ser enviadas pelo e-mail vmb_atendimento@wvi.org, através da área exclusiva de padrinhos e madrinhas do nosso site www.visaomundial.org.br ou postadas para Caixa Postal 6288 Recife Pernambuco CEP 52041-010. Lembre-se sempre de colocar o nome e o número do seu afilhado, por exemplo, João da Silva 168747-0001

Desenvolvimento Transformador Sustentável. O que isso significa?

A Visão Mundial trabalha com as comunidades no sentido de desenvolver o protagonismo e estimular a vida associativa, que une as pessoas pelo interesse comum, fazendo-as conversar sobre assuntos de preocupação mútua e refletir sobre seus desejos em relação ao bem comum. Assim, as comunidades apoiadas têm a oportunidade de progredir criando oportunidade para a participação das famílias e crianças em áreas de interesse comum, relacionando-se de forma sinérgica para o alcance de resultados estáveis e sustentáveis.

Eu posso adotar ou trazer meu afilhado para a minha residência para uma visita?

Não. É norma da Visão Mundial não promover nem permitir adoção ou a ida das crianças para a casa de seus padrinhos ou madrinhas. As crianças vivem com suas famílias e, na grande maioria das vezes, em condições não muito boas. Assim, seria um choque em potencial para a criança ao ser levada para outra realidade e depois ter que voltar para sua rotina. Entretanto nós incentivamos aos padrinhos e madrinhas que visitem seus afilhados na comunidade onde vivem! É uma experiência da qual você nunca se esquecerá!

Eu posso apadrinhar mais de uma criança?

Sim, você pode apadrinhar quantas crianças você quiser ou puder. O número de apadrinhamentos é uma escolha individual. Muitos padrinhos e madrinhas preferem apadrinhar crianças que tem a mesma idade de seus filhos. Essa é uma grande oportunidade de envolver toda sua família no apadrinhamento e desenvolver em seus filhos a consciência social necessária para o desenvolvimento do nosso país. Muitos padrinhos e madrinhas enviam seus depoimentos para a Visão Mundial dizendo o impacto positivo que o apadrinhamento trouxe a toda família. Isso é um dos princípios básicos do apadrinhamento; que tanto a criança e a família que recebem os benefícios quanto o padrinho ou a madrinha e sua família sejam impactados e transformados com o apadrinhamento.

Eu receberei relatórios de progresso da minha criança apadrinhada?

Sim, todos os anos você receberá, além de nossas publicações e apelos especiais, um relatório completo de progresso e desenvolvimento de sua(s) criança(s), um relatório anual do Projeto onde sua(s) criança(s) são beneficiadas e uma síntese do relatório anual da Visão Mundial, com as ações, atividades, aplicação e prestação de contas dos recursos.

Eu serei o (a) único (a) padrinho/madrinha da criança?

Sim, a Visão Mundial designa apenas um padrinho/madrinha para cada criança.

Meu(s) afilhado(s) irá (ao) me responder? Quanto tempo levará para eu receber a resposta?

Sim, todas as cartinhas dos padrinhos e madrinhas serão respondidas pelas crianças. Dentro de 45 dias, a partir do momento em que processarmos sua carta você receberá a resposta.

O apadrinhamento é realmente um modo efetivo de ajudar uma ou mais crianças?

A melhor forma de transformar a vida de uma criança é transformar o mundo onde ela vive.

Apadrinhando uma criança, você ajuda a trazer à comunidade mudanças significativas que farão com que seja um lugar mais alegre e saudável para se viver e crescer.

Suas Contribuições para o apadrinhamento irão ajudar a promover ações de desenvolvimento vitais na comunidade tais como educação, nutrição, saúde, desenvolvimento econômico, liderança comunitária, protagonismo, empreendedorismo, agricultura entre outras necessidades comunitárias. Todo esse trabalho é desenvolvido junto à comunidade local e crianças mais necessitadas das comunidades é que são selecionadas para que façam parte do programa de apadrinhamento. Através do seu envolvimento com o programa de apadrinhamento, você poderá acompanhar o progresso de sua ou suas crianças e também de sua família e comunidade.

O que acontece se eu não receber a foto da criança ou uma resposta das minhas cartinhas e presentes?

Você tem as seguintes opções caso precise ou queira solicitar um pedido especial:

- 1 - Ligue para o número 0800 70 70 374 e fale com uma de nossas atendentes
- 2 - Envie um fax para (11) 3133 5601
- 3 - Envie um e-mail para vmb_atendimento@wvi.org

O que acontece se eu precisar interromper os pagamentos por um período de tempo mas continuar apadrinhando?

Se por algum motivo especial você precisar suspender temporariamente as Contribuições, por favor, entre em contato pelo e-mail vmb_atendimento@wvi.org ou pelo número 0800 70 70 374 e converse com uma de nossas atendentes. Certamente acharemos a solução adequada para seu caso

O que é um PDA?

O Programa de Desenvolvimento de Área (PDA) é a principal estratégia de intervenção para fomento do desenvolvimento local. Esta é uma forma concreta de ação que gera impacto transformador em uma determinada área, incorporando às ações desenvolvidas os conceitos de fortalecimento institucional, mobilização, participação, planejamento e avaliação comunitária.

Porque às vezes as crianças parecem felizes e saudáveis ao invés de parecerem necessitadas?

As famílias, ao levarem as suas crianças para serem fotografadas pela Visão Mundial, tratam de fazer com que seus filhos usem a melhor roupa e que obtenham a melhor impressão da pessoa que se tornará seus padrinhos ou madrinhas. Muitas vezes eles até pegam emprestadas roupas mais conservadas e coloridas só para tirarem a foto. Além do mais, a foto da criança não mostra, na maioria das vezes, as suas necessidades. Você pode até ficar surpreso em quanto bem a criança parece estar, mas lembre-se que problemas de saúde, nutrição e desenvolvimento humano não aparecem em fotos e muitas vezes ficam escondidas atrás de sorrisos. A criança não precisa estar em estado crítico de desnutrição para sofrer as conseqüências da falta de alimentação e de cuidados com sua saúde.

Posso enviar presentes grandes, tipo bicicletas ou cestas básicas?

Você poderá enviar presentes em dinheiro caso você queira presentear seus afilhados com algo que ultrapasse o tamanho recomendado, como uma cesta básica ou uma bicicleta, por exemplo. Entre em contato conosco pela área exclusiva para padrinhos e madrinhas em nosso site www.visaomundial.org.br, pelo e-mail vmb_atendimento@wvi.org ou pelo telefone 0800 70 70 374 para que seja agendada uma contribuição especial.

Todos os presentes em dinheiro serão recebidos até o 2º dia de cada mês e serão enviados aos projetos no 4º dia do mês. Assim sendo, para que sua criança receba seu presente na data que lhe for conveniente, fique atento ao prazo de envio para a Visão Mundial.

O projeto fará os orçamentos e comprará o presente que desejar. Você receberá dentro de 45 dias uma carta da sua criança confirmando o recebimento o presente que você comprou. Além disso, seguirá uma foto para os presentes enviados acima de R\$100,00.

Posso visitar meu(s) afilhado(s)?

As visitas são uma forma excelente de ver como nosso apoio financeiro e emocional realmente fazem a diferença na vida de nossas crianças. Assim, é um prazer para a Visão Mundial possibilitar esse contato tão marcante e maravilhoso tanto para a criança que está recebendo a visita quanto para o padrinho ou madrinha que está visitando.

O padrinho e a madrinha devem ficar atentos ao documento referência à Norma de Proteção à Criança e Adolescente, elaborada, inicialmente, pela Parceria e aprovada pela Diretoria da Visão Mundial. Tal Norma destina-se a toda Parceria, incluindo voluntários, doadores, padrinhos e madrinhas, visando proteger as crianças e os adolescentes assistidos nos nossos projetos.

Por isso, caso deseje visitar algum projeto ou programa é preciso entendê-la na perspectiva, considerando os diversos contextos nos quais a Visão Mundial opera assinar um termo de concordância com a mesma (formulário presente no fim do documento) e enviá-lo assinado para a Visão Mundial no endereço abaixo:

Visão Mundial Rua Tupis, nº38 / 19º andar/ Sala 1903 - Centro Belo Horizonte - MG CEP 30190-060.

Esse procedimento visa zelar pela segurança e privacidade de seu (sua) afilhado (a) e família. O contato com a Visão Mundial deve ser feito com, no mínimo, 30 dias de antecedência, para que possamos agendar a visita, evitando transtornos pela grande demanda e possibilitando que sua visita transcorra da melhor forma.

Quais são os endereços disponíveis para o envio das cartas e dos presentes?

Você poderá enviar presentes para seu afilhado e ele responderá com cartas dentro de um prazo entre 30 a 45 dias. Os pacotes (no máximo 2 kgs) devem ser postados para Caixa Postal 6288 Recife Pernambuco CEP 52041-010 Lembre-se sempre de colocar o nome e o número do seu afilhado, por exemplo, João da Silva 168747-0001. Entretanto, caso você resida em Minas Gerais, São Paulo ou Rio de Janeiro e apadrinhe crianças no mesmo Estado, você poderá enviar os presentes para os escritórios regionais que são:

1-São Paulo - Rua Ambrosina de Macedo - 174 - Vila Mariana -São Paulo - SP CEP - 04013030. Esse é o endereço para você que mora em São Paulo e apadrinha crianças em São Paulo.

Caso você tenha também crianças em outros Estados, todas as correspondências para essas crianças devem ser enviadas para Recife.

2- Rio de Janeiro - Praça Tiradentes, 10 Sala 2802 - Centro - Rio de Janeiro - RJ CEP 20060-070. Esse é o endereço para você que mora no Rio de Janeiro e apadrinha crianças no Rio de Janeiro.

Caso você tenha também crianças em outros Estados, todas as correspondências para essas crianças devem ser enviadas para Recife.

3- Belo Horizonte - Caixa Postal - 848 - Cep - 30123-970 - Belo Horizonte - MG. Esse é o endereço para você que mora em BH, Contagem e Região e apadrinha crianças em Nova Contagem. Caso você tenha também crianças em outros Estados, todas as correspondências para essas crianças devem ser enviadas para Recife.

4- Recife - Caixa Postal 6288 CEP 52041 010 Recife-PE para o escritório de Recife devem ser enviados/entregues os presentes e correspondências destinados às crianças apadrinhadas de todo o Brasil, com exceção daquelas residentes nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro cujos padrinhos residem nas mesmas cidades.

Qual é o trajeto percorrido por minhas cartas ou presente?

As cartas e presentes são processados ao chegarem pelo correio na Visão Mundial. São feitas análises criteriosas dos conteúdos e, sendo aprovados, seguem para os projetos e são entregues para as crianças. As cartinhas de agradecimento são escritas e processadas pela Visão Mundial. Depois são enviadas por correio para seus respectivos padrinhos e madrinhas. Lembrando que todo o processo leva em torno de 45 dias a partir do 1º processamento da Visão Mundial.

Quando vou receber a primeira cartinha da minha criança apadrinhada?

A partir do momento em que recebemos sua primeira contribuição você receberá dentro de 30 dias uma carta introdutória da sua criança e, depois disso, você poderá se corresponder com ela quando quiser.

Se eu mandar cartinhas pela Internet as respostas serão mais rápidas?

Sim. Você estará poupando o tempo que sua cartinha chegaria á Visão Mundial. Entretanto, a partir do momento em que sua carta for processada por nossos técnicos, o prazo de resposta da criança segue os mesmos padrões das outras formas, que é de 45 dias. Além do mais, todos nós estaremos economizando recursos financeiros com papel e postagens das correspondências. Assim, mais recursos poderão ser destinados às atividades nos projetos.

Substituições de crianças podem acontecer?

A Visão Mundial estabelece parcerias com projetos em um tempo determinado, que em média são 10 anos. Você pode apadrinhar durante todo o tempo que essa parceria durar. É claro que a Visão Mundial espera o dia em que a família da(s) sua(s) criança(s) e comunidades estejam prontas para dizer: Obrigado pelo seu amor e atenção. Você nos ajudou a dar um grande passo! Porém, ocasionalmente, as famílias se mudam da área de atuação do projeto. Quando isso ocorre, a criança é substituída por outra que vive dentro da comunidade onde o projeto desenvolve suas atividades. Não se entristeça se isso acontecer, pois a nova criança também precisa muito de você. Lembre-se: seu maior presente foi ter mudado a vida de uma criança para sempre!

ANEXO 02

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

(DOCUMENTO/ PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO, PPP, CDCJN, 2005)

Marco Situacional

Somos o Conselho de Desenvolvimento Comunitário Jardim da Natureza, CDCJN, uma entidade que atua no município de Caucaia desde 1998, tendo como missão contribuir para o desenvolvimento e bem-estar da sociedade, difundindo conhecimento e tecnologias nas comunidades, valorizando o ser humano, o meio ambiente e os valores cristãos. Somos uma referencia política para o trabalho social e comunitário junto ao Povo Tapeba desenvolvendo atividades importantes na região, a exemplo do Programa de Desenvolvimento de Área, por meio do qual atendemos crianças e adolescentes indígenas e não indígenas de cinco comunidades (Lagoa dos Tapeba I e lagoa dos Tapeba II, Tapeba do trilho, Jardim do Amor, Tabuleiro Alto), implementando ações nas áreas de arte-educação, saúde, profissionalização, moradia, desenvolvimento econômico e organização comunitária, tendo como maior parceria a ONG Visão Mundial.

Vendo o mundo de hoje embutido num sentimento muito forte de ausência de perspectiva de vida na busca de solução dos problemas pessoais e coletivos. Por um lado, experimentamos a globalização, como fonte de troca de informações ao alcance de todos, até mesmo entre diferentes culturas e países. A mídia passa a ser a principal condutora destas informações. O aumento e a eficácia tecnológica promovem um avanço científico espetacular, porém todo esse desenvolvimento só está disponível a uma pequena parcela da humanidade. Os problemas crescem como: o analfabetismo e o desemprego, que promovem a miséria, a violência e a fome; as classes divididas em ricos, pobres e miseráveis e, como sempre, países ricos dominam países pobres, dificultando assim a evolução de povos menos favorecidos. Constatamos o aprofundamento da face capitalista do mundo, girando sempre em torno do lucro; máquina substituindo homens, trazendo grande preocupação para a humanidade.

O mundo vive uma grande instabilidade social, política, econômica e ambiental, mas ainda assim o ser humano tem expectativa e esperanças de que vai melhorar. Essa situação no mundo reflete diretamente na sociedade brasileira, que vive, entre outras tendências, o crescimento do desemprego, não apresentado oportunidade de trabalho principalmente para os jovens, que entram em sua vida adulta deparando-se com este obstáculo.

Nesse contexto cresce vertiginosamente o descrédito do povo brasileiro nos governantes e em suas políticas. Estamos nos tornando uma sociedade totalmente urbana, favorecendo o desaparecimento do mundo rural. Em algumas regiões se deflagra uma concentração grande de investimentos e desenvolvimento e em contra partida o abandono de outras. A educação pública continua de péssima qualidade, excluindo uma parcela significativa da população.

Diante deste quadro, destacam-se algumas tendências positivas em nossa sociedade: o fortalecimento do trabalho social e comunitário; o reconhecimento por parte do governo e da população das etnias indígenas e suas demarcações territórios; o avanço de alguns programas sociais no âmbito governamental e não governamental. Especificamente no Estado Ceará os problemas são graves e aparentemente eternos, pois convivemos com o descaso quanto ao alto índice de prostituição infantil, a falta de oportunidade quanto ao mercado de trabalho, inexistência de investimento na área de capacitação profissional, concorrendo com a falta de estruturas sociais e econômicas, gerando desemprego, déficit habitacional e fome.

Convivemos há anos com a indústria da seca e agora com a indústria das enchentes e catástrofes, evidenciando o descaso e o descompromisso dos governos na implantação de políticas públicas capazes de dar respostas estruturais aos problemas que se repetem a cada ano. A política conservadora adotada é vergonhosa, são sempre os mesmo grupos que se revezam no poder, gerando o continuísmo do quadro político. Toda essa situação favorece a formação de seres humanos materialistas, egoístas, sem ética, pessoas desenraizadas culturalmente, desqualificadas e excluídas das possibilidades de alcançar uma vida digna, justiça e solidária.

Apesar de o quadro social apresentar-se desfavorável para a maioria dos setores excluídos e populares de nosso país, estado e município, vemos com esperança a organização e a articulação da sociedade, em nível nacional, regional, estadual e municipal, por meio de suas entidades representativas e comunitárias, ampliando seu trabalho social, servindo de estímulo e referencia para o poder governamental. Esse trabalho tem apresentado resultados significativos em todo país, apontando para saídas e soluções políticas criativas e inovadoras.

Marco Doutrinal

No “Marco Doutrinal”, a comunidade discute a sua concepção de organização societária visando a um esforço analítico da realidade constatada no Marco Situacional, e vai definindo como as prioridades devem ser trabalhadas.

Por meio de nossa ação nas comunidades Lagoa dos Tapeba I e II, Tapeba do Trilho, Tabuleiro Alto e Jardim do Amor, queremos contribuir na construção de uma sociedade que seja:

Solidária, onde todos os indivíduos atuem com responsabilidade, em parceria e de forma comprometida junto às comunidades;

Justa, onde todos tenham direito ao lazer, trabalho saúde, educação, transporte, habitação, sem discriminação social, analfabetismo, miséria e prostituição infantil;

Livre, onde se tenham liberdade de pensamento

Valorizadora do ser humano;

Formadora de homens e mulheres participativos, conscientes e preparados para futuras mudanças, com visão ampla; indivíduos modestos, fiéis e comprometidos com sua verdadeira identidade e com as causas sociais, independente de cor, etnia, religião e classe social;

Respeitadora do meio ambiente;

Honesta e Ética acima de tudo;

Organizada social e comunitariamente de forma a atender às necessidades dos homens e mulheres de hoje, voltada para a valorização e satisfação das pessoas em seus desejos elementares; suas organizações sociais, ONGs devem lutar para que o Estado cumpra seu papel social, garantindo aos cidadãos o acesso programas e serviços sociais;

Promotora da cultura de todos os povos;

Parceira das comunidades, fortalecendo laços sociais que favoreçam a vivencia da dimensão emocional e espiritual do ser humano;

Marco Operativo

O Marco Operacional refere-se às atividades a serem assumidas e realizadas para mudar a realidade das escolas. Implica a tomada de decisão para atingir os objetivos e as metas definidas coletivamente.

Atuamos em várias áreas sociais, buscando cumprir nossa missão e vivenciar os valores que defendemos. Nosso campo de ação é perpassado por vários eixos temáticos, os quais procuramos trabalhar de forma integradora em nossa intervenção social.

Queremos, pois, promover um desenvolvimento que seja entendido como: um processo de transformação, crescimento e progresso da sociedade e da natureza; um estado de bem-estar social, sustentado na paz e na consciência e acesso pleno aos direitos; a capacidade

de conviver com o diferente e com os conflitos, implicando a negociação de interesses entre os diversos atores sociais, por meio do exercício do diálogo e da luta de idéias e propostas.

Queremos desenvolver uma educação que se caracteriza: como um processo permanente de qualificação para a ação, capacidade de desenvolver a sociedade e promover o progresso transformador; como um processo de resgate e manutenção dos valores culturais do povo; como um processo de cidadanização, construção, luta e conquista dos direitos de todos e de todas; como um processo preparador para a vida, dotado de qualidade e das condições estruturais necessárias para que o ser humano alcance seus objetivos e ideais de forma plena.

Queremos trabalhar a cidadania das pessoas e grupos, entendendo-a como: a luta para conhecer e fazer valer o exercício e a vivência dos direitos humanos, sociais e políticos; a luta coletiva da sociedade para pensar e trabalhar para o bem de todos e de todas; a capacidade de compreender a própria realidade e de atuar nela de forma consciência e crítica.

Queremos desenvolver um trabalho comunitário como uma ação planejada e organizada que: una as pessoas e as comunidades, promova a troca, o trabalho e a vivência coletiva e a solidariedade; traga em seu objetivo o resgate da cultura, tradições, a melhoria do nível social e educacional das pessoas e comunidades; a participação e a integração; exige algumas condições: a comunicação, paciência, empenho, disponibilidade, eficiência e organização.

A pedagogia orientadora de nossa ação deve ser: inovadora criativa e envolver todas as áreas de trabalho; motivadora capaz de transformar o ser social; promotora do conhecimento e da autonomia das comunidades; eficiente.

Devemos pautar nossa ação social nos seguintes princípios: honestidade, respeito, ética na gestão dos recursos materiais e financeiros; sensibilidade às necessidades das pessoas e grupos com os quais trabalhamos; responsabilidade e determinação em relação ao cumprimento e vivência de nossa missão.

Queremos trabalhar a cultura como: um processo de resgate, preservação e produção dos costumes, valores e tradições populares, abertos às inovações e mudanças dos tempos atuais, resguardando seus elementos centrais e essenciais; conhecimento dos valores, costumes e raízes da sociedade local; desenvolvimento, participação e integração dos costumes e das artes.

Queremos promover e trabalhar pela qualidade de vida das pessoas e comunidades, garantindo: acesso aos direitos, sem nenhum tipo de discriminação, independente da condição

social, opção religiosa e etnia; o amor, o respeito e vivência da afetividade nas relações de trabalho e no cotidiano da ação social.

Diagnóstico, (Juízo da Prática)

Os movimentos de acompanhamento e avaliação devem seguir todos os atos, de forma a possibilitar a implementação de decisões coletivas, bem como introduzir novas questões e propostas de ações. A avaliação é também responsabilidade coletiva e parte integrante do processo de construção do PPP.

Em nosso marco referencial (marco situacional, doutrinal e operativo) procuramos expressar nossa compreensão da realidade global, descrevendo e julgando essa realidade nos aspectos social, político, cultural, econômico e ambiental; apresentamos nossos ideais de sociedade e ser humano, referencial orientador de nossa intervenção técnico-político-pedagógica, bem como o nosso posicionamento a respeito do que é adequado para nossa entidade, considerando as várias temáticas em que atua.

Nesta parte de nosso projeto político-pedagógico fazemos um julgamento de nossa prática social em suas várias dimensões, principalmente na dimensão técnico-político pedagógica, tomando como ponto de partida nosso marco operativo. Entendemos o diagnóstico como uma análise, um juízo para verificar a distância entre o que traçamos nos marcos doutrinal e operativo e a descrição da realidade da instituição, sua atuação social e técnica-política. Isto é, como ela se apresenta.

Para fazer esse juízo levamos em conta as áreas temáticas, as quais serão tomadas como referência na avaliação de nossa atuação social neste documento sistematizada.

Área temática: educação

Analisando nossa atuação nesta área identificamos vários problemas, que evidenciam que ainda estamos distante de trabalhá-la como um processo de qualificação para a ação, capacidade de desenvolver a sociedade e de promover o desenvolvimento transformado; de cidadanização; preparador para a vida, dotado de qualidade e de condições estruturais necessárias para que o ser humano alcance seus objetivos e ideais de forma plenos. Observando nossa atuação, identificamos os seguintes problemas: o investimento em capacidade para os monitores é muito baixo; baixa estrutura para o desenvolvimento das atividades com maior qualidade; os projetos não integram as famílias nas ações; as ações nem sempre têm uma intencionalidade clara e objetiva, voltada para estimular a cidadania e o senso crítico; nem sempre nós definimos o projeto temático na ação educativa.

Esses problemas ocorrem porque os recursos para investimento nessa área são escassos e não há um planejamento adequado, que leve em conta todas as necessidades, a estrutura e ações de qualidade; a entidade carece de uma coordenação pedagógica que acompanhe o desenvolvimento das ações e o trabalho dos monitores.

Apesar dessa situação, vemos com prazer e alegria o crescimento do número de interessados nas atividades realizadas pela entidade; muitas atividades acontecem, mesmo diante das dificuldades; o interesse e o envolvimento da equipe, diretoria e lideranças animam a todos a acreditar na proposta de trabalho; o apoio de nossos parceiros, principalmente da Visão Mundial, mostra que é possível ampliar as ações e enfrentar a realidade local, alcançando resultados significativos.

A avaliação de nossa atuação nessa área permite-nos, pois, concluir que precisamos avançar buscando qualificar melhor nossa intervenção; precisamos definir o tempo necessário para a realização das ações; trabalhar a ação educativa em todas as dimensões da pessoa (mente, corpo, cidadania, sexualidade entre outras); buscar a melhoria, o desenvolvimento e o crescimento do público com o qual trabalhamos; compreender que a ação educativa deve valorizar e promover as potencialidades da pessoa em seu meio; os educadores deverão ser preparados/qualificados para trabalhar o processo educativo como um caminho para a vida, na efetiva construção do ser humano.

Área temática: cultura

Apesar do trabalho do CDCJN no âmbito da cultura indígena ser algo marcante em sua trajetória, vemos com tristeza o processo de desvalorização das culturas locais. Não reconhecemos o real valor da cultura indígena. Constatamos que é fraca a qualificação dos educadores/técnicos no trato com a cultura. A proposta de trabalho não define com clareza uma estratégia de ação nessa área. As discussões e as propostas para um trabalho de qualidade na área da cultura são escassas e pobres. A população indígena não possui um memorial (Casa do índio), indicador de que nossa ação nessa área ainda deixa muito a desejar.

São muitas as causas dessa realidade, entre as quais podemos citar: perda da identidade e massificação da cultura indígena; baixo debate sobre o valor e a importância da cultura, recurso e apoio insuficientes; ausência de políticas públicas voltadas para esta área.

Em que pese essa realidade, podemos apontar fatos, situações e experiências que revelam que estamos buscando definir uma estratégia clara de intervenção na área da cultura indígena, quais sejam: conquista das escolas diferenciadas, com professores preparados para trabalhar o enfoque cultural, incentivo por parte do CDCJN ao artesanato, a dança, às comidas

e bebidas típicas, a produção de CD com músicas indígenas, a realização de feiras culturais e das olimpíadas indígenas, publicações de um livro Tapeba; vivência de costumes no uso de plantas e ervas medicinais implementação de oficinas literárias; a construção de um Centro Cultural Tapeba.

A avaliação de nossa atuação nessa área remete-se para o desafio de construir uma proposta de trabalho assentada numa visão atual e crítica da cultura que implique em ações de arte-educação voltadas para o resgate e promoção na cultura indígena; trabalho de auto-estima, sensibilização e conscientização direcionadas para a apropriação e vivência da cultura; apoio as ações das escolas diferenciadas, investimento na formação e qualificação de pessoas que trabalham a questão cultural; projeto cultural definido estrategicamente para área.

Área temática: pedagogia de trabalho

Fazendo um juízo de nossa atuação pedagógica, apontamos dois problemas importantes: baixa qualificação técnica, político pedagógica da equipe; inexistência de uma Coordenação Pedagógica para o trabalho educativo.

Analisando os problemas, verificamos que há desinteresse pelo trabalho e falta de planejamento; desorganização do processo de trabalho; necessidade de uma Coordenação Pedagógica; certo grau de desinteresse por parte da equipe em se qualificar; falta de exigência da entidade no que se refere à definição de um perfil necessário para o trabalho educativo; falta de um plano que integre e articule as diversas ações.

Apesar desse juízo, não podemos deixar de reconhecer que existem fatos e situações que têm ajudado na superação das falhas, como: o novo enfoque dos educadores; o interesse por ações inovadoras; a conscientização da necessidade da formação e reciclagem.

Área temática: desenvolvimento

Na área do Desenvolvimento, temos nos deparado com problemas gerais que têm impedido uma atuação mais consistente nessa temática. Assim, constatamos:

Não temos uma estrutura adequada para desenvolver as atividades técnicas e políticas na área do CDCJN;

Não é significativa na ação do CDCJN a intervenção nas políticas públicas, principalmente educacionais;

O CDCJN, no que se refere à qualificação e capacitação das comunidades com potencial de desenvolvimento econômico, é ineficiente; não em trabalhado a profissionalização;

CDCJN planeja, mas não realiza;

Apontamos como causas significativas desses problemas:

Esta temática é central em nossa atuação. Por isso é que a entendemos como luta para conhecer e fazer valer o exercício e a vivência dos direitos humanos, sociais e políticos; luta coletiva da sociedade pelo bem comum de todas as pessoas e comunidades; como capacidade de compreender a própria realidade e de atuar nela de forma consciente e crítica.

Apesar dessa compreensão, na prática, constatamos vários problemas que sinalizam a necessidade de repensar melhor o trabalho nessa área. Ainda não conseguimos empreender uma qualidade maior ao trabalho, o que se explica pelo fato de não termos um projeto político claro. Da mesma forma, não temos trabalhado a formação dos indivíduos de maneira adequada. Nossas ações, nos últimos anos, foram pautadas no assistencialismo, o que difundiu uma cultura de não participação e envolvimento político e social por parte da população atendida pelas nossas ações e serviços. O contexto social nem sempre é levado em conta nas ações que visam trabalhar a temática da cidadania.

Por outro lado, vemos que atualmente há uma busca voltada para a reorientação do trabalho em todas as áreas, principalmente nesta. Os sinais são visíveis: o investimento na formação de lideranças, principalmente jovens; o nível de satisfação dos beneficiários; mudanças de comportamento a partir da nova metodologia de trabalho.

Área temática: trabalho comunitário

O trabalho comunitário na forma que descrevemos em nosso marco operativo ainda é um grande desafio para a nossa entidade. Nossa atuação até então não tem conseguido trabalhar uma estratégia que de fato desencadeie processos significativos de organização e politização de nossas comunidades. Muitos são os problemas constatáveis: repasse inadequado das informações; rivalidade e choques entre as lideranças; desorganização e desestrutura das comunidades; briga pelo poder; inexperiência no trabalho coletivo (as comunidades não têm tradição de organização nesse aspecto). Pesa na explicação dessa situação o fato de nossa entidade ter nascido junto com o programa de desenvolvimento de área, implementado em parceria com a Visão Mundial, confundindo-se com ele.

O trabalho nessa área, todavia, não é de todo ruim. Constatamos aspectos positivos que indicam que estamos enfrentando o desafio do trabalho comunitário: a boa participação de muitas lideranças; a formação de lideranças jovens; o potencial político das comunidades que vem sendo identificado; o trabalho de capacidade que vem sendo realizado; melhoramento na qualificação da equipe. Entendemos que essas iniciativas apontam e nos aproximam da concepção e visão do trabalho comunitário descrito em nosso marco operativo.

ANEXO 03**QUESTIONÁRIO**

(Respondido pelos agentes da Visão Mundial)

- a. Quais as dimensões perceptíveis do impacto dos programas capitaneados pelo PDA-Caucaia com a comunidade Tapeba?
- b. Quais as principais dificuldades encontradas pelos atores envolvidos?
- c. De que forma a população local viu a atuação e o funcionamento dos programas implantados? Essa atuação de fato solucionou seus problemas?
- d. Que aspectos puderam ser mantidos até o final do convênio? Que outros aspectos poderiam ser aprimorados?
- e. Como você avalia a participação da Visão mundial em redes de ação social, juntamente com órgãos públicos e entidades não-governamentais?
- f. Como você avalia que sua organização percebe e interage com os formatos das políticas sociais mais recentes nos contextos nacional e local?
- g. Que ações no enfrentamento da pobreza você considera ter participado e que são as mais eficientes e importantes?
- h. Que resultados concretos foram alcançados por essas ações?
- i. Como sua organização avalia as parcerias e como você avalia sua própria experiência na dinâmica vivenciada, na tomada de decisões, gestão dos programas, diferenças culturais e religiosas?
- j. Que outros comentários você gostaria de fazer sobre a participação da organização e a sua no PDA?

**ANEXO 04-
FOTOGRAFIAS**



FIGURA 1- ARTESÃ FAZENDO PANELA DE BARRO - FOTO CHICO GADELHA



FIGURA 2 – TRILHA TAPEBA - FOTO CHICO GADELHA.



FIGURA 3-DANÇA DO TORÉ - FOTO CHICO GADELHA.



FIGURA 4 – ESCOLA INDÍGENA - FOTO ARTUR VASCONCELOS.



FIGURA 5 – LAN HOUSE - FOTO ARTUR VASCOCELOS.



FIGURA 6 - LAN HOUSE - FOTO ARTUR VASCONCELOS.



FIGURA 7-FOTO ARTUR VASCONCELOS.



FIGURA 8-FOTO ARTUR VASCONCELOS.



FIGURA 9 - ESTRADA DAS PEDRINHAS-CAPUÃN - INÍCIO DAS TERRAS PROTEGIDAS PELA FUNAI
- FOTO NORMA ATHAYDE.



FIGURA 10- BOB PIERCE-FOTO CONCEDIDA PELA VM.



FIGURA 11-FOTO DA CHAMADA PARA O APADRINHAMENTO-SITE VM.



FIGURA 12-FOTO DE CHAMADA DO SITE DA VM.